



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 46

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 12 de dezembro de 2013

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Rogério Veiros) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.*

A sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Ao abrigo do artigo 73º foram emitidos diversos votos.

O primeiro, [Voto de Congratulação “pelo facto dos Atletas do Judo Clube São Jorge, Moisés Soares, André Soares, Carlos Luz, Miguel Soares e Tiago Rodrigues terem-se sagrado campeões regionais no ano de 2013, bem como pela nomeação do Atleta Carlos Luz e Treinador Victor Soares por parte da Federação Portuguesa de Judo para a Gala do Desporto da Confederação do Desporto de Portugal nas categorias de “Atleta](#)

**Masculino” e “Treinador” respetivamente**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado André Rodrigues, tendo usado posteriormente da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*). Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Seguiu-se mais um **Voto de Congratulação “pela terceira vitória no campeonato de Portugal de ralis absoluto, do piloto Ricardo Bento Moura”**, também apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS e novamente aprovado por unanimidade.

Usaram da palavra os Srs. Deputados José Contente (*PS*), a quem coube a apresentação do voto, e Cláudio Almeida (*PSD*).

Posteriormente, foi apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda um **Voto de Protesto “pelo incumprimento do compromisso assumido pelo Senhor Ministro Poiares Maduro a visitar as três Delegações da RTP/Açores, aquando da sua prometida visita à Região, marcada para os dias 9 e 10 do mês corrente”**.

Após a leitura do voto pela Sra. Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco Coelho (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e José Andrade (*PSD*).

Ainda sobre este voto usou da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), para um protesto.

Submetido à votação, o voto foi rejeitado por maioria.

Em seguida passou-se para a apresentação de dois Votos de Pesar, apresentados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo sido ambos aprovados por unanimidade.

O primeiro, **Voto de Pesar pelo “falecimento de João Manuel Silveira Bettencourt”** foi apresentado pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*), usando de seguida da palavra os Srs. Deputados Jorge Costa Pereira (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O segundo, **Voto de Pesar pelo “falecimento do Professor Doutor José Moreira Figueiredo”** foi apresentado pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento da ALRAA, foram apresentadas 3 declarações políticas.

A primeira, foi apresentada pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

A segunda, foi apresentada Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), seguindo-se o debate, no qual participaram os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Andrade (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

A terceira declaração política foi apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Usaram da palavra sobre a mesma o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) e ainda os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Proferiu um protesto a Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com a leitura do Relatório da Comissão de Assuntos Sociais sobre três petições:

- **Petição n.º 10/X – “Contra o encerramento do serviço de atendimento urgente do centro de saúde da Praia da Vitória, aos dias de semana a partir das 20 horas, aos sábados à tarde e aos domingos todo o dia”**, apresentada por João Manuel dos Santos Rodrigues, na qualidade de primeiro subscritor;

- **Petição n.º 11/X – “Reestruturação do Serviço Regional de Saúde - Encerramento do SAP no Centro de Saúde de Nordeste”**, apresentada por Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral, na qualidade de primeiro subscritor;

- **Petição n.º 12/X – “Contra o Plano de Reestruturação da Saúde para a Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por Carlos Fernando Mimoso Vouzela, na qualidade de primeiro subscritor.

A leitura do relatório coube à Sra. Deputada Arlinda Nunes, relatora da CAS, usando posteriormente da palavra as Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Judite Parreira (*PSD*) e os Srs. Deputados Domingos Cunha (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

A **Proposta de Resolução n.º 3/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2012”**, apresentada pela Mesa da ALRAA, foi aprovada por unanimidade.

Também por unanimidade, foram aprovados o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 11/X – “Segunda Alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM e a **Anteproposta de Lei n.º 11/X – “Segunda Alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”**.

Seguiu-se o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 50/X “Criação do Espaço Museológico da Horta dos Cabos Submarinos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A justificação da urgência do diploma foi feita pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

O debate do **Projeto de Resolução n.º 50/X “Criação do Espaço Museológico da Horta dos Cabos Submarinos”**, iniciou-se com a intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), participando posteriormente o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Costa Pereira (*PSD*) e Lúcio Rodrigues (*PS*).

Findo o debate, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 51/X “POSEI”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), usou da palavra o Sr. Duarte Moreira (*PS*).

Aquando da votação, o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Novamente por unanimidade, foi aprovado o [Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X “Cria o regime de integração excecional dos docentes contratados por concurso externo extraordinário em 2014”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE, após a justificação da Sra. Deputada Zuraída Soares (BE) sobre a respetiva urgência.

Seguiu-se mais um **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 52/X “Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento (FLAD)”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM, o qual também foi aprovado por unanimidade.

No debate do [Projeto de Resolução n.º 52/X “Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento \(FLAD\)”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM, usaram da palavra os Srs. Deputados Berto Messias (PS), Aníbal Pires (PCP), Duarte Freitas (PSD), Artur Lima (CDS-PP), Paulo Estêvão (PPM), a Sra. Deputada Zuraída Soares (BE) e o Sr. Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de dezembro.**

*Os trabalhos terminaram às 18 horas e 25 minutos.*

**Presidente:** Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

*Eram 10 horas e 10 minutos.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**  
**António** Gonçalves Toste **Parreira**  
**Arlinda** Maria Focha **Nunes**  
**Bárbara** Pereira Torres de Medeiros **Chaves**  
**Benilde** Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**  
**Catarina** Paula **Moniz Furtado**  
**Domingos** Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**  
**Duarte** Manuel Braga **Moreira**  
**Francisco** Manuel **Coelho** Lopes Cabral  
**Francisco** Miguel Vital Gomes do Vale **César**  
**Iasalde** Fraga **Nunes**  
**José** António Vieira da Silva **Contente**  
**José** Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa  
**José** Manuel Gregório de **Ávila**  
**Lizuarte** Manuel **Machado**  
**Lúcio** Manuel da Silva **Rodrigues**  
**Manuel** Alberto da Silva **Pereira**  
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**  
**Marta** Cristina Moniz do **Couto**  
**Miguel** António Moniz da **Costa**  
**Paulo** Alexandre Vieira **Borges**  
**Pedro** Miguel Medeiros de **Moura**  
**Renata** Correia **Botelho**  
**Ricardo** Bettencourt **Ramalho**  
**Rogério** Paulo Lopes Soares **Veios**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António** Augusto Baptista Soares **Marinho**  
**António** Lima Cardoso **Ventura**  
**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**  
**Cláudio** Borges **Almeida**  
**Cláudio** José Gomes **Lopes**  
**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**  
**Humberto** Trindade Borges de **Melo**  
**João** Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**  
**Jorge** Alberto da **Costa Pereira**  
**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**  
José **Joaquim** Ferreira **Machado**  
**José** Maria de Medeiros **Andrade**  
**Luís** **Maurício** Mendonça Santos  
**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**  
Maria **Judite** Gomes **Parreira**  
**Renato** Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**  
**Valdemiro** Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Ana** Carina Alberto **Espínola**  
**Artur** Manuel Leal de **Lima**  
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal** da Conceição **Pires**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declara aberta a sessão.

Vamos começar os nossos trabalhos com o PTAP e como é habitual com a apresentação de votos.

O primeiro voto é de congratulação, apresentado pelo Partido Socialista, referente aos atletas do Judo Clube de São Jorge.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

Decorreu no passado dia 26 de Outubro, na Vila das Velas, Ilha de São Jorge, no Pavilhão do Marítimo Velense, o Campeonato Regional de Seniores de Judo, prova que contou com a participação de atletas das associações de Judo do Arquipélago dos Açores (AJAA) e da Ilha Terceira (AJIT). Destaque para os resultados alcançados pelos atletas da casa, nomeadamente do Judo Clube São Jorge, que venceram em todas as categorias em que participaram.

Deste modo, Moisés Soares (-60kg), André Soares (-66kg), Carlos Luz (-81kg), Miguel Soares (-90) e Tiago Rodrigues (+90) sagraram-se Campeões Regionais dos Açores, para orgulho de todos os Açorianos, mas em particular dos Jorgenses que assistiram a mais um feito dos seus heróis desportivos locais.

O Judo Clube São Jorge é uma Associação desportiva sem fins lucrativos fundada em 2 de março de 2002, com Estatuto de Utilidade Pública concedido pelo presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro, a 29 de julho de 2013, que tem como princípios e valores **a SUPERACÃO, a DISCIPLINA, o RESPEITO, o ESFORÇO, o ESPÍRITO DE EQUIPA, o ESPÍRITO DE MISSÃO, o ENTUSIASMO, a HUMILDADE, a PRESERVERANÇA e a CONFIANÇA.**



O Judo Clube São Jorge tem como missão desenvolver o ensino do judo de forma regular e devidamente orientada, promover iniciativas pontuais que visam a promoção do desporto, desenvolvimento pessoal, cultural, social, de cidadania e de criação de hábitos de vida saudáveis, e ao nível do alto rendimento, participar em importantes competições de Judo, tanto de âmbito nacional como internacional.

Neste momento conta com 138 atletas federados e cerca de 70 atletas não federados, distribuídos por 3 locais de treino (EBS de Velas, Santa Casa da Misericórdia de Velas e EBS da Calheta), e divididos por 7 núcleos devido às suas etapas de desenvolvimento.

Temos de destacar a existência nos seus quadros de atletas federados, 3 atletas com estatuto de Alto Rendimento Desportivo, atribuído pelo Instituto de Desporto de Portugal. André Soares, com 22 anos (n.º 94 do Ranking Mundial), Tiago Rodrigues, com 23 anos (n.º 70 do Ranking Mundial), e Carlos Luz (n.º 27 do Ranking Mundial) e que integra o Projeto Olímpico Rio de Janeiro 2016.

O judoca Carlos Luz, atleta luso-brasileiro que integra a seleção nacional portuguesa e que representa desde 2009 o Judo Clube de São Jorge, onde exerce também as funções de treinador, foi nomeado para o prémio “Desportista do Ano” na categoria de “Atleta Masculino” para a Gala do Desporto da Confederação do Desporto de Portugal, que se realizou no Casino Estoril no passado dia 14 Novembro, pela Federação Portuguesa de Judo, que deste modo reconhece-o como Atleta do Ano do Judo Nacional Masculino, devido ao seu brilhante desempenho desportivo no decorrer do ano de 2013.

A Federação Portuguesa de Judo nomeou, de igual modo, mas para a categoria de “Treinador”, Vítor Soares, que representa o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo fundador e responsável técnico por toda a atividade do Judo Clube de São Jorge. Vítor Soares foi galardoado recentemente pelo Governo Regional, na Gala do Desporto Açoriano, pelos seus 25 anos como treinador e dirigente desportivo.

De facto e para quem acompanha de perto a modalidade de Judo não poderá ficar indiferente aos recentes resultados do Judo Clube de São Jorge, que nos

últimos anos obteve resultados de vulto, tanto a nível nacional como internacional, que representam um orgulho para os Açorianos, promovendo a região a nível nacional e internacional, enaltecendo e levando bem longe o nome dos Açores e de Portugal (19 países diferentes apenas na época de 2013).

No entanto, estes resultados, também criam expectativas relativamente ao futuro. É neste sentido que surge a ambição do Judo Clube de São Jorge apresentar um ou mais atletas Açorianos nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

Para atingir o Sonho Olímpico, o Judo Clube São Jorge elaborou um Plano Estratégico para o quadriénio 2013-2016, que representa um conjunto de intenções que irão contribuir para a concretização dos objetivos a que se propõe.

Este Plano apresenta-se de forma continuada relativamente à manutenção do que de bom está a ser desenvolvido e, também, ao incremento de algumas ações de mudança de modo a atenuar possíveis ameaças e pontos fracos, ações estas que deverão ser sempre realizadas com muito empenho, disciplina, competência e motivação por parte de todos os envolvidos.

Esta ambição, rumo à excelência, deve inspirar todos os envolvidos para um caminho de sucesso ao nível do alto rendimento, mas também como potenciadora do desenvolvimento sustentável de atividades desportivas e sociais, ao nível da formação de base e do desporto para todos, em São Jorge e nos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 12 de dezembro de 2013, emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto dos Atletas do Judo Clube São Jorge, Moisés Soares, André Soares, Carlos Luz, Miguel Soares e Tiago Rodrigues terem-se sagrado campeões regionais no ano de 2013, bem como pela nomeação do Atleta Carlos Luz e Treinador Victor Soares por parte da Federação Portuguesa de Judo para a Gala do Desporto da Confederação do Desporto de**

**Portugal nas categorias de “Atleta Masculino” e “Treinador” respetivamente.**

**Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos e dirigentes daquele clube que vêm assim reconhecidos o mérito de um trabalho de excelência, levando assim o nome de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores para além das fronteiras do país.**

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Judo.

Horta, 12 de dezembro de 2013.

**Os Deputados Regionais:** André Rodrigues, Rogério Veiros e Berto Messias.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado António Pedroso.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este voto, porque entende que o Judo Clube de São Jorge é um exemplo de sucesso do desporto açoriano.

Este sucesso resulta do trabalho intenso e empenhado dos atletas e dos seus dirigentes na formação de atletas de excelência, obtendo resultados muito positivos para orgulho, do clube, dos jorgenses, da Região e até do país.

O Judo Clube de São Jorge é, sem dúvida, um embaixador ao mais alto nível do desporto açoriano e por isso merecedor de usar a marca Açores a nível internacional.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para um voto de congratulação referente à 3ª vitória no Campeonato de Portugal de Ralis pelo piloto Ricardo Moura.

Tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

### **VOTO CONGRATULAÇÃO**

Ricardo Moura conquistou há dias o campeonato de ralies de Portugal, em absolutos, pela terceira vez consecutiva, título que junta a seis títulos, igualmente consecutivos de campeão de ralies da Região Autónoma dos Açores.

Em todas as provas, nomeadamente as realizadas no continente português, Ricardo Moura para além do nome dos Açores inscrito no seu carro, exhibe, sempre, uma bandeira dos Açores, o que em conjunto com as notícias publicadas na comunicação social é uma forma importante de divulgação das nossas ilhas.

À sua competência como condutor, consequência de um permanente esforço de valorização, Ricardo Moura tem uma postura social de serenidade e mesmo modéstia, ou chã simplicidade que lhe assegura grande popularidade, afirmando a qualidade cívica dos açorianos e a capacidade técnica que lhe permite um palmarés desportivo de alta qualidade.

Depois de praticar várias modalidades desportivas, nomeadamente o body board, o futebol e o motocross, Ricardo Moura iniciou-se nos ralies em 1999 e em 2008 ganhou o seu primeiro ralie, no Ralie do Faial, iniciando uma série de triunfos que o levaram à sucessão de títulos que agora acumula: Campeão dos Açores de Ralis de 2 Rodas Motrizes 2001, 2003;

Hexacampeão dos Açores de Ralis;

Campeão absoluto nos anos 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013;

Tricampeão de Portugal de Ralis de Produção 2010, 2011, 2012;

Tricampeão de Portugal de Ralis absoluto 2011, 2012, 2013.

Mas, este nosso hexacampeão, campeão e tricampeão nacional, preza sobretudo a condição de açoriano e também por isso este voto de congratulação traduz a

dimensão ajustada dos legítimos representantes do Povo dos Açores a um dos seus filhos que é “primus inter pares”.

Formado em Estudos Europeus e Política Internacional pela Universidade dos Açores Ricardo Moura é bem o exemplo das potencialidades dos jovens açorianos, fazendo jus aos apoios que tem recebido, quer a nível oficial quer de empresas que o patrocinam.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, aprove este voto de congratulação pela terceira vitória consecutiva no campeonato de Portugal de ralis absoluto, dando conhecimento ao piloto Ricardo Bento Moura, bem como ao Grupo Desportivo Comercial, à Federação Portuguesa de automobilismo e Karting e a todas as entidades que patrocinam a carreira automobilística deste piloto açoriano.

Horta, sala das sessões, 12 de novembro de 2013

**Os Deputados Regionais:** José Contente, Berto Messias, José San-Bento, Francisco César e Lúcio Rodrigues.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(\*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Como é óbvio, o PSD associa-se a este voto apresentado pelo Partido Socialista, inclusive será de dizer que o PSD já ontem apresentou um voto sobre a mesma matéria.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o voto de protesto. É apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentação do voto de protesto.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE PROTESTO**

Um Serviço Público de Rádio e Televisão, na Região Autónoma dos Açores, isento, plural, adequado do ponto de vista técnico, que interaja com todas as ilhas e a diáspora, com autonomia redatorial e de gestão, assumindo a tripolaridade é, não só um desejo, mas um direito e uma necessidade imperiosa.

O atual Governo da República e a Direção da RTP.SA, em vez de trabalharem para a satisfação desta necessidade da Região, conduziram o Serviço Público de Rádio e Televisão, nos Açores, a um tal estado de degradação que, para além de não servir os objetivos para que foi criado, tem o efeito contrário de afastar as pessoas deste serviço.

Os efeitos nefastos desta política (a ser prosseguida), sendo já hoje visíveis, serão ainda mais a médio prazo, com a consequente perda de coesão e desgaste da identidade regional.

Temos dois anos e meio desta política, de indecisões e meias palavras, de ideias apresentadas, que logo são varridas para aparecerem outras de sinal contrário.

Todo este processo alimenta a angústia dos/as trabalhadores/as da RTP/Açores e desespera os/as Açorianos/as que amam a sua terra e não se querem ver despojados de tão importante instrumento de ligação entre si, de expressão e de desenvolvimento da sua cultura.

A evolução de todo este processo tem ainda, como apanágio, o profundo desrespeito que os seus protagonistas têm evidenciado para com a Região e os seus órgãos de Governo Próprio e, por consequência, das suas populações.

Todos/as nos lembramos das atitudes do anterior Ministro Miguel Relvas, mas o atual detentor da pasta segue-lhe as pisadas.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é verdade!

**A Oradora:** Comprometeu-se o Sr. Ministro Poiares Maduro, em 18 de Novembro deste ano, em reunião com uma Delegação de Representantes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a visitar as três Delegações da RTP/Açores, aquando da sua prometida visita à Região, marcada para os dias 9 e 10 do mês corrente.

Tinha como objetivo, segundo as suas palavras, conhecer as situações de perto, pois não as conhecia.

Realizada a visita, o Governante não cumpriu com o compromisso firmado com os/as Parlamentares, mostrando, assim, o seu total desrespeito pela Delegação Parlamentar e, em última análise, por esta Assembleia Legislativa.

Em conformidade, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta este Voto de Protesto pela quebra do compromisso assumido pelo Ministro Poiares Maduro aos/às Parlamentares Açorianos/as, em representação oficial da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, manifeste o seu mais veemente protesto pelo incumprimento do compromisso assumido pelo Senhor Ministro Poiares Maduro.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento à Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro Poiares Maduro, à Comissão de Trabalhadores da RTP.SA e à Sub-Comissão de Trabalhadores da RTP/Açores Horta, Sala das Sessões, 12 de Dezembro de 2013.

Disse.

**A Deputada Regional:** Zuraida Soares

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Zuraída Soares é recorrente nesta sessão. Digamos que fez como o Cortês, o Conquistador do México.

Nesta sessão a Sra. Deputada mandou queimar os navios para que não exista regresso. Ou vitória, ou derrota!

Penso que nesta questão a Sra. Deputada procura a derrota, não procura a vitória.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** É impossível obter uma vitória que não resulte do esforço e da convergência de todos nesta questão da RTP/Açores.

Não é possível ganhar sozinho e, sobretudo, não é desejável – e também não é possível! – contra os outros.

Por isso, meus senhores, este Voto de Protesto, na minha perspetiva, não tem razão de ser.

Eu estive nessa reunião. O Sr. Ministro, que aliás, ao contrário do Ministro Relvas, foi uma pessoa dialogante, assumiu o compromisso de diálogo com os diversos intervenientes.

O que aconteceu foi que há um compromisso para que no início do próximo ano a questão fique resolvida.

A questão que a Sra. Deputada aqui traz é uma questão menor. Existiu na conversa que se estabeleceu com a delegação, não um compromisso, mas uma vontade do Ministro de se deslocar aos Açores e às três delegações.

Visitou a delegação de São Miguel. Visitou a RTP/Açores em São Miguel, mas tanto quanto sei, por razões de agenda, não lhe foi possível deslocar-se nesta ocasião às outras delegações, mas já informou que o irá fazer numa visita posterior.

Por isso, meus senhores, pergunto, qual é o problema?

O que o Bloco de Esquerda nos traz aqui é uma questão menor. A questão que interessa é a referente à resolução da questão essencial, que é colocar a RTP/Açores a funcionar para todos os açorianos. É essa a questão fundamental.



O compromisso do Sr. Ministro, em relação a visitar também as delegações da Terceira e do Faial, não foi possível numa primeira viagem. Virá numa segunda viagem. Qual é o problema? Isto é uma questão menor.

A questão essencial é que a resposta venha a ser uma resposta efetiva para colocar outra vez a RTP/Açores a funcionar. Isso é que é essencial.

Se isso não for feito no momento em que foi acordado, que é no início de 2014, aqui estará o PPM para efetuar a crítica.

Agora não nos vamos gastar numa questão que é absolutamente irrelevante, Sra. Deputada.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer o seguinte:

É lamentável a atitude do Bloco de Esquerda em apresentar este Voto de Protesto ao Sr. Ministro Poiares Maduro.

É lamentável que o Bloco de Esquerda tente reacender velhas guerras e desrespeitos, mostrados a esta casa e aos Açores, pelo Ministro Relvas (e é verdade!), e tente comparar Poiares Maduro a Miguel Relvas. É absolutamente maldosa esta comparação, acintosa e revela bem qual é a intenção do Bloco de Esquerda neste processo. É não chegar a um consenso e não defender a RTP/Açores. É, pura e simplesmente, fazer guerrilha política contra o Ministro Poiares Maduro, até porque (e é bom que esta câmara saiba) o Sr. Ministro teve a delicadeza de mandar um *mail* a todos os Deputados da CAPAT a justificar-se por que é que não podia reunir-se com eles e visitar a delegação da Horta e do Faial.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que a respeito desta relevante e vital questão para os Açores, que é a subsistência do Serviço Público de Rádio e Televisão, esta Assembleia não pode, naturalmente, descansar, até porque falta ainda muito para fazer.

Mas esta Assembleia pode ter a consciência tranquila, porque tem feito, de forma largamente consensual, aquilo que lhe compete.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Também podemos acreditar que este nosso trabalho, conjunto e naturalmente com outros, designadamente o Governo Regional, os sindicatos e a Comissão de Trabalhadores da própria RTP/Açores, tem produzido os seus frutos.

A verdade é que o Sr. Ministro Poiares Maduro teve a oportunidade de anunciar e de reafirmar, na visita que a Subcomissão da CAPAT lhe fez (e aliás, lembre-se, meritoriamente sob proposta do Bloco de Esquerda e da Sra. Deputada Zuraida Soares), que a subsistência do Serviço Público de Rádio e Televisão não está em causa.

Ainda falta muito, mas para aquilo que é o comportamento geral deste Governo da República, podemos dizer que já é bastante. Portanto, devemos ter isso em consideração.

É certo, Sra. Deputada Zuraida Soares, que até insistimos, e fizemos questão de lembrar ao Sr. Ministro Poiares Maduro, para conhecer a RTP/Açores na sua multipluralidade e, atenta a nossa realidade arquipelágica, não bastaria visitar a sede de Ponta Delgada.

É verdade que o Sr. Ministro também concordou em visitar as delegações de Angra e da Horta.

A verdade é que o Sr. Ministro não o fez, embora também, como já lembrou o Sr. Deputado Artur Lima (talvez com a infelicidade meia irónica do Sr. Adjunto do Sr. Ministro se chamar Pistacchini e correr sérios riscos, numa leitura mais apressada dos mails, de parecer Spam) recebemos um *mail* a justificar.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Nem todos!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Leia aí para quem é dirigido o *mail*!

**O Orador:** Atentas estas circunstâncias, tendo em conta aquilo que é verdadeiramente essencial e tendo em conta que apesar das naturais, salutares e democráticas divergências políticas, também estamos aqui para elogiar ou reconhecer uma atitude positiva, seja de quem for, designadamente do Governo da República, quando ela exista, e para criticar quando houver razões para criticar, creio que neste caso, naturalmente, o Sr. Ministro, até porque se justificou, merece o benefício da dúvida.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Claro!

**O Orador:** Nós devemos valorizar mais a decisão fundamental que foi tomada, de subsistência, do que propriamente esta questão.

Agora, concordo com o objetivo da Sra. Deputada Zuraida Soares e gostava, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de propor mais (não o fazemos de forma formal, porque o Regimento nesta altura já não permite, por exemplo, apresentar uma proposta com urgência e dispensa de exame em comissão):

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostava de fazer um repto para que, todos nós, da forma como geralmente nos temos portado nesta questão, com o máximo consenso possível, reiterássemos ao Sr. Ministro o convite para que visite as delegações de Angra e da Horta e, depois, faça um balanço com a comissão competente sobre isso.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Tenho a certeza que havemos de arranjar a forma regimental adequada para fazermos isso e para insistirmos junto do Sr. Ministro para que essa visita se cumpra, para que ele faça connosco um balanço e para que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores não só subsista como leve a reviravolta e o *upgrade*, para usar linguagem informática, que todos nós temos consciência que é bem possível.

Atentas estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará naturalmente contra este Voto de Protesto.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(\*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente o encontro que mantivemos com o Ministro Poiars Maduro foi substantivamente diferente, pela cordialidade com que fomos recebidos e com que houve troca de impressões, mas o Sr. Ministro Poiars Maduro comprometeu-se, perante aquela delegação, a visitar as delegações, não o fez, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Vai fazer!

**O Orador:** ... (não o fez!) e a decisão vai ser tomada em janeiro.

Portanto, este Voto de Protesto faz todo o sentido, porque o Ministro, apesar de nos ter recebido de uma forma cordial e dialogante, mostrou-se recetivo até a algumas preocupações que lhe foram transmitidas, quer relativamente à dispersão geográfica, quer relativamente a uma questão que é central nesta questão, que é a redução de trabalhadores. Há a ideia de que a RTP/Açores tem trabalhadores a mais.

Nós, quando aqui estamos no plenário (nem sequer precisamos de ir a outro lado), verificamos que esta delegação no Faial não tem trabalhadores a mais. Tem trabalhadores a menos!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Essa é outra questão!

**O Orador:** Não, não. Para o Ministro Poiars Maduro a questão central é que a RTP/Açores tem trabalhadores a mais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E tem!

**O Orador:** É preciso que o Ministro Poiars Maduro, e o Governo da República, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é isso que está em discussão. O voto de protesto não é sobre isso!

**O Orador:** ... não se esqueçam que tem havido desinvestimento na RTP/Açores, que tem havido diminuição de custos de funcionamento da

RTP/Açores, e não venha com a treta da cantiga que é preciso reduzir trabalhadores, porque esse é o cerne da questão.

Portanto, o PCP vai votar favoravelmente este voto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra

(\*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há coisas que são naturalmente simples e por isso não vale a pena dramatizá-las. E é este o caso!

É verdade que um dos objetivos da deslocação oficial do Sr. Ministro à nossa Região era conhecer a situação atual das instalações da RTP/Açores.

Ora, como sabemos, as instalações da RTP/Açores são tripolares e nós queremos que continuem a sê-lo, razão pela qual faz todo o sentido, nesta altura ou mais tarde, o Sr. Ministro visitar igualmente as delegações da Terceira e do Faial.

Teríamos, porventura, até por esta motivação, razão para nos associarmos a esta posição proposta pelo Bloco de Esquerda, mas a verdade é que não nos revemos na linguagem radical deste Voto de Protesto.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E acintosa!

**O Orador:** Valorizamos a circunstância do Sr. Ministro, em tempo oportuno, ter comunicado a esta casa que tenciona visitar, muito proximamente, as delegações da RTP/Açores, na Terceira e no Faial.

Por essa razão nós não podemos votar a favor deste Voto de Protesto e aqui está, reduzida à sua simplicidade e ao seu significado, a posição coerente do PSD/Açores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A propósito de linguagem radical, gostaria de fazer um repto às Sras. e aos Srs. Deputados, para aproveitarmos a época natalícia, cotizarmo-nos todos, e oferecermos um dicionário de língua portuguesa a cada um dos Membros do Governo da República,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Com acordo ou sem acordo ortográfico?

**A Oradora:** ... por razões publicamente conhecidas.

Para o Governo da República, Sras. e Srs. Deputados, *irrevogável* quer dizer *mude-se tudo num instantinho*.

*Brevemente*, que era a promessa do Sr. Ministro Poiares Maduro, quer dizer *quando Deus quiser*.

Finalmente, *todas as delegações*, quer dizer *nenhuma*.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Nenhuma, não é verdade!

**A Oradora:** Mais radical do que isto, Sras. e Srs. Deputados, nem o Bloco de Esquerda é capaz.

Depois, para além de faltar à palavra, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Falso!

**A Oradora:** ... e é esta a constatação que o Bloco de Esquerda faz, fez e continua a fazer, a única coisa que o Sr. Ministro Poiares Maduro veio fazer aos Açores, tanto quanto é público (o que se passa nos bastidores, os encontros clandestinos ou que não são acompanhados pela comunicação social, nem informados, não são para aqui chamados, nem o Bloco de Esquerda os considera), foi dizer que ia haver despedimentos na RTP/Açores; ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não foi isso!

**A Oradora:** ... foi dizer que havia trabalhadores a mais!

Não foi isso que o Sr. Ministro se comprometeu com a delegação de Deputados/as desta casa, que foram a Lisboa.

O Sr. Ministro disse claramente que não conhecia a realidade da RTP e que se iria deslocar nos dois dias que cá estava às delegações.

Os trabalhadores da delegação da Terceira e os trabalhadores da delegação da Horta estiveram à espera do Sr. Ministro Poiares Maduro...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é falso!

**A Oradora:** ... para ele ver as condições...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mentira!

**A Oradora:** ... indecentes em que os nossos profissionais da RTP/Açores trabalham.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é mentira!

**A Oradora:** Portanto, o Sr. Ministro faltou à palavra.

Mais. O Sr. Ministro veio aqui dizer que era preciso despedir trabalhadores. Foi a única boa notícia, a boa nova natalícia. Mas esqueceu-se de dizer que desde 2003, os milhões, as centenas de milhões de euros que foram investidos em vários canais, em vários centros, para os Açores não veio um tostão.

O Sr. Ministro esqueceu-se de dizer que as instalações, o equipamento, os recursos humanos estão a morrer diariamente, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O seu Voto de Protesto não é sobre isso, Sra. Deputada!

**A Oradora:** ... por muitas iniciativas que esta casa, que esta câmara tenha feito, continue a fazer, e por maior unanimidade que exista nesta casa.

O Sr. Ministro DES-RES-PEI-TOU, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, quer a promessa assumida com a delegação desta casa, quer os trabalhadores da RTP/Açores.

Mais. Ficou provado mais uma vez que os sacrifícios não são para todos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Seja séria!

**A Oradora:** ... porque a RTP/África e a RTP Internacional vão ser reformuladas de raiz, enquanto que o Centro Regional dos Açores tem que ter contenção de custos, Sras. e Srs. Deputados. Isto não é sacrifícios iguais para todos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Seja séria!

**A Oradora:** É castigo para a RTP/Açores, e, portanto, é castigo para os/as açorianos/as.

Quanto ao *mail*, Sras. e Srs. Deputados, o *mail* que o Sr. Ministro ou o assessor do Sr. Ministro mantou a alguns Deputados...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Foi a todos!

**A Oradora:** ... chegou depois.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A todos os Deputados!

**A Oradora:** Esta casa, que eu saiba, tem 57 Deputados.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Aos Deputados da CAPAT. A todos! Seja séria!

**A Oradora:** Portanto, mandou a alguns Deputados. Repito: mandou a alguns Deputados!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Mandou a assumir o compromisso!

**A Oradora:** Fê-lo no dia 10. O Sr. Ministro veio cá no dia 9 e no dia 10, para, durante estes dois dias, se deslocar às delegações.

Depois de não ter ido, informou alguns/as Deputados/as desta casa que não foi.

Muito obrigada! A informação já era pública.

Deveria tê-lo feito (é para isso que existe um protocolo!) antes. Deveria ter dito que não podia ir. Não devia ter dito *não fui*.

*Não fui*, toda a gente já sabia que não tinha ido.

Portanto, o *mail* nem comove o Bloco de Esquerda, nem me comove a mim.

A única coisa que me indigna é o reiterado incumprimento, o blá-blá-blá, as palavras. É como diz a canção: “Parole, parole, parole”. E os trabalhadores não só estão cada dia pior do que aquilo que estavam...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Está fora de contexto!

**A Oradora:** ... como agora têm, sobre as suas cabeças, a ameaça de desemprego, porque o Sr. Ministro não tem dinheiro para a RTP/Açores. Mas só não tem para a RTP/Açores!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para um esclarecimento.

**Presidente:** Tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para esclarecer a câmara que efetivamente houve um *mail*.



**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A senhora faltou à verdade! O mail foi enviado a todos os Deputados da CAPT!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Eu disse alguns Deputados!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** A senhora mente. É mentirosa!

**Presidente:** Srs. Deputados ... O Sr. Deputado Aníbal Pires está no uso da palavra para uma interpelação.

**O Orador:** E que consiste num esclarecimento.

O *mail* efetivamente chegou e chegou para todos os deputados que integraram a delegação. Não foi para a CAPAT. Foi para todos os deputados que integraram a delegação, mas o meu *mail* está na caixa que diz publicidade não solicitada, isto é, SPAM. Porquê? Não sei.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade! Eu confirmo!

**O Orador:** Portanto, agora...

**Presidente:** Sr. Deputado, fica registada a interpelação.

**O Orador:** Sra. Presidente, eu tinha que dizer isto.

**Presidente:** Já disse.

**O Orador:** SPAM!

**Presidente:** A Sra. Deputada Zuraída Soares pediu a palavra para?

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Para um protesto, Sra. Presidente.

**Presidente:** Um protesto?

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Eu não gosto de ser chamada de mentirosa. Não gosto mesmo!

Portanto, quero protestar nesse sentido, se a Sra. Presidente me permitir.

**Presidente:** Vou dar-lhe a palavra, apesar de ter sido em aparte.

Tem 3 minutos, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Queria apenas dizer que acho significativo, e mais, acho compreensível que o Sr. Deputado Artur Lima se apresse a chamar-me mentirosa, não dizendo uma única evidência dessa mentira, mas se recuse a assumir que o Sr. Ministro Poiães Maduro, ou enganou ou mentiu à delegação dos Deputados desta casa.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima quer usar da palavra para um contraprotesto?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não, Sra. Presidente!

**Presidente:** Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

**Secretária:** O Voto de Protesto foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos passar agora aos votos de pesar.

Pelo Partido Socialista, para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de João Manuel Silveira Bettencourt, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE PESAR**

### **Falecimento de João Manuel Silveira Bettencourt**

João Manuel Silveira Bettencourt nasceu no dia 8 de setembro de 1951, natural da freguesia da Matriz, ilha do Faial, faleceu no passado dia 2 de dezembro, no Hospital da Horta onde se encontrava internado sofrendo de doença prolongada, deixando de luto toda a família e toda a ilha do Faial.

Iniciou a sua atividade profissional a 25 de fevereiro de 1978 como aspirante na Direção de Finanças da Horta, entre 19 de julho de 1971 e 15 de setembro de 1974 prestou serviço militar em Dili – Timor, regressando ao Faial a 27 de outubro de 1974.

Iniciou atividade na Caixa de Providência do Distrito da Horta a 14 de abril de 1974, tendo exercido funções até 31 de dezembro de 1977, a 1 de janeiro de 1978, desempenhou funções nos Serviços Médicos Sociais (atual Centro de Saúde da Horta), onde no dia 1 de agosto de 2003 assumiu funções de vogal administrativo, tendo exercido funções até 13 de abril de 2007, data em que se aposentou.

Deixou de luto toda a nossa comunidade, era sem dúvida uma pessoa que acreditava na causa pública, dedicando os últimos 20 anos da sua vida à freguesia da Conceição, a sua freguesia de coração.

Partiu um dos autarcas mais dedicados da ilha do Faial, quem privou da sua companhia, foi sempre presenteado com a maior educação e sinceridade.

A par de muitos outros autarcas, passou e sentiu na pele o sismo de 1998 e os problemas que surgiram desta catástrofe natural, estando sempre ao lado daqueles que precisaram de ajuda.

Com uma estrutura robusta mas com muito sentido de humor, sabia sempre retirar um sorriso às crianças e aos idosos, aliás o trabalho que desenvolveu com os idosos do Centro de Convívio da Conceição, é motivo de orgulho para todos nós Faialenses, muitas foram as obras realizadas na freguesia da Conceição, mas o seu maior orgulho era o novo Centro de Dia daquela freguesia, foi um grande impulsionador e dinamizador daquela estrutura.

Era um homem com uma humildade enorme, que não dizia não a ninguém, dedicava-se de corpo e alma para ajudar as pessoas, nunca virava costas ao trabalho, estava sempre presente com o objetivo de melhorar as condições de vida dos habitantes da sua freguesia.

Ficará para sempre entre nós Faialenses, será sempre um exemplo para todos aqueles que desempenham cargos políticos, e para aqueles que tiveram o prazer de trabalhar com o Sr. João Bettencourt, será um autarca lembrado pela sua dedicação e persistência, mas também uma fonte de inspiração para todos os autarcas da Região Autónoma dos Açores.

A sua dedicação e o seu exemplo fundam o presente Voto de Pesar pelo seu falecimento, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do

Partido Socialista propõem a aprovação deste voto de Pesar pelo Falecimento de João Manuel Silveira Bettencourt, e que este seja dado conhecimento à sua família, à Junta de Freguesia da Conceição, ao Centro de Dia da Conceição, à Câmara Municipal da Horta e a todos os órgãos de comunicação Social.

Horta, sala das sessões, 12 de dezembro de 2013

**Os Deputados Regionais:** Lúcio Rodrigues, Berto Messias, Miguel Costa, André Rodrigues e José Ávila.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao presente e justo Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. João Manuel Silveira Bettencourt.

Nesta ocasião permitam-me um testemunho pessoal sobre o Sr. João Bettencourt.

Desde logo, como “freguês” que fui da Conceição, da Horta, onde ele, durante duas décadas, exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia.

Nessa dimensão, o Sr. João Bettencourt deixou uma indelével marca de humanidade e de verdadeira preocupação com o próximo, que depressa definiram a marca dos seus mandatos.

Foi um autarca com uma preocupação social inexcedível, que ultrapassou, e muito, o tempo do sismo, e será também por isso um autarca recordado com muita saudade pelos “fregueses” da Conceição, da Horta.

Como Deputado e como autarca também me cruzei com o Sr. João Bettencourt muitas vezes.

Eleito pelas listas do Partido Socialista, a quem ofereceu sucessivas e significativas vitórias na Conceição, o Sr. João Bettencourt, porém, sempre colocou os seus “fregueses”, os seus interesses e as suas causas em primeiro lugar.

Lembro o caso do encerramento da Escola da Volta, quando o Governo Regional iniciou a deriva do encerramento de escolas do 1º ciclo nesta ilha. Ali estava ele, sentado, ao lado dos pais e ao lado dos habitantes da freguesia da Conceição que contestaram essa injusta medida.

Também várias foram as vezes em que, na Assembleia Municipal, o Sr. João Bettencourt votou de forma diferente da sua bancada, preservando a sua independência de pensamento e os interesses daqueles que eram os seus munícipes e seus “fregueses”.

Por tudo isso, é com verdadeiro sentido de justiça que nos associamos a este Voto de Pesar.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pelo Deputado Rogério Veiros)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM associa-se a este Voto de Pesar ao Sr. João Bettencourt, meu vizinho, aqui, na Ilha do Faial.

O que posso dizer é que era uma boa pessoa, era um homem bom.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretário:** O presente Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para apresentação do último voto, desta manhã, o Voto de Pesar referente ao falecimento do Prof. Doutor José Figueiredo, tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

### **Voto de Pesar**

#### **Falecimento do Professor Doutor José Figueiredo**

No passado dia 9 de novembro, faleceu nos Estados Unidos da América, aos 68 anos de idade, o mariense José Moreira Figueiredo, quando a doença foi mais forte que a imensa vontade que tinha de viver!

José Figueiredo nasceu no lugar da Azenha, freguesia de Santo Espírito em Santa Maria, no ano de 1945.

Terminada a 4ª Classe em Santo Espírito, decidiu ir trabalhar: durante os verões, para um bar em São Lourenço e, tempos depois, em Vila do Porto, no Bar Prazeres, onde conheceu aquela que viria a ser a sua esposa, Juvenália Figueiredo.

No entanto, sempre soube que o seu futuro passaria pela saída da ilha, em busca de novos horizontes!

Assim, em 1960 emigrou com os pais e irmão para os Estados Unidos da América, tendo fixado residência na Califórnia, instalando-se, em 1970, em Hudson.

Estudou na Oakland Technical High School, continuando os seus estudos em San Francisco State Collage, onde se licenciou em Espanhol e Alemão.

Obteve o Grau de Mestre em Românicas no Boston College e, posteriormente, Doutoramento em Ciências da Educação. Frequentou a Universidade de Harvard e desenvolveu estudos avançados em Literatura Portuguesa e Literatura Africana de Expressão Portuguesa na Universidade de Massachusetts Amherst. Era ainda diplomado pelas Universidades dos Açores, de Coimbra, do Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Trabalhou durante mais de 30 anos como Professor Administrador, tendo lecionado na Universidade de Boston.

Mas o Dr. José Figueiredo não era apenas um estudioso!

Dedicou grande parte da sua vida à Comunidade, tendo sido co-fundador da Escola Portuguesa de Hudson e da Escola Portuguesa de Cambridge/Sommerville, bem como da Associação “Amigos de Santo Espírito”, em Hudson e do Clube Português de Hudson. Foi presidente da Organização do Centenário da chegada do primeiro português a Hudson, celebrada em 1986, membro do Hudson School Committee, desde 1982, Presidente geral da União Portuguesa Continental e da Luso American Life Insurance Society.

Recebeu condecoração com a “Medalha de Ordem Oficial do Infante D. Henrique”, tendo merecido distinção com o “Prémio Peter Francisco” da União Portuguesa Continental.

Permitam-me que vos fale um pouco da sua vida pessoal.

Todos os anos, o Dr. José Figueiredo regressava à terra natal. Regressava a Santa Maria. Ao seu cantinho de céu. Regressava a São Lourenço, sempre sem esquecer a sua Azenha, que o viu nascer. Sem esquecer a Maia, onde participava nos Serões que, tipicamente, se realizavam naquela Baía.

Participava em tudo o que era eventos da ilha: desde os festivais de verão, aos colóquios ou aos lançamentos de livros.

Era casado com Juvenália Figueiredo e tinha dois filhos, Chrystine e Edward, e dois netos, um dos quais já não conheceu.

Era uma pessoa calma e afável, com gostos simples. Porém, um exemplo de cidadania difícil de igualar.

Além da leitura, alguns dos seus maiores prazeres, aquando dos seus períodos de férias, era olhar o mar do terraço de sua casa de veraneio em São Lourenço, tratar a vinha e as bananeiras, fazer trilhos pedestres, aproveitando para apanhar as doces e maduras amoras que circundam as pastagens; trepar as rochas de basalto negro e atirar a linha e o anzol ao mar, olhando as ondas a bater na pedra, observando o garajau a beijar o mar!

Prazer, era conversar com os amigos à beira da piscina ou mergulhar nas águas tépidas e límpidas da sua amada baía de areia dourada e quente.

Tudo isto ficou, precocemente, para trás...

Ficam, sem dúvida, as recordações de um bom amigo e de um mariense ilustre. Manifestando o nosso profundo pesar pelo falecimento do Doutor José Figueiredo, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Doutor José Moreira Figueiredo e de que deste voto seja dado conhecimento à sua família, ao Clube Português de Hudson e à Associação “Amigos de Santo Espírito”.

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2013

**Os Deputados Regionais:** Bárbara Chaves, Berto Messias e Duarte Moreira.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Não havendo coloco então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretário:** O presente Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 e meia.

*Eram 11 horas e 07 minutos.*

*(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na mesa)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 11 horas e 44 minutos.*

Recomeçamos com as declarações Políticas.

Pelo Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.



**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A democracia representativa vive hoje um dos seus maiores desafios. A crise das dívidas soberanas e a ameaça de colapso financeiro fizeram tremer os alicerces da sociedade contemporânea ocidental.

A intensificação do fenómeno da globalização acentuou diferenças e, em alguns casos, esbateu semelhanças culturais; o choque provocado pela competitividade económica entre sociedades com modelos civilizacionais distintos e, em muitos casos, antagónicos tornou a evolução da realidade política mais complexa.

Os cidadãos tendem a sentir-se isolados e indefesos perante o extraordinário enquadramento económico que hoje, para além das dificuldades e sacrifícios impostos, se tornou demasiado complexo e enredado em múltiplos interesses, por vezes difíceis de descortinar.

Existe, por isso, uma necessidade evidente de reforçar os laços entre representantes e representados.

É neste complexo contexto, de rápidas e intensas transformações, que as democracias representativas se têm vindo a debater. Não só estamos perante um desafio de atualização e de reforço do sistema como também se afigura central assumir uma forte defesa do regime democrático.

A cristalização institucional é a negação da própria essência da democracia.

Acreditamos que o parlamento é a casa da democracia. Representativo das várias sensibilidades da sociedade. Compete também, por isso, a esta Assembleia reforçar a necessária coresponsabilidade nos desafios do presente e do futuro.

O Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores é hoje composto por cerca de 57 empresas: três Entidades Públicas Empresariais, 46 societárias e 8 não societárias sobre as quais recai um escrutínio maior. As atuais circunstâncias colocam ao Setor Público Empresarial o desafio da permanente atualização e modernização como forma de melhor responder à ameaça que a

escassez de recursos representa em termos da redefinição das prioridades políticas.

As dificuldades que hoje vivemos constroem a vida das famílias, das empresas e constitui uma prova de fogo aos serviços públicos e às entidades públicas empresariais. Há, portanto, a consciência das dificuldades mas, igualmente, a perfeita noção de que as necessárias reformas a empreender não podem ser efetuadas, como acontece no plano nacional, nas costas dos parceiros sociais e dos cidadãos.

O Setor Público Empresarial está, igualmente, obrigado a modernizar-se, como tem vindo a ser feito, a conciliar competitividade e sustentabilidade sem, contudo, perder de vista os objetivos da sociedade que serve.

Numa época em que o serviço público e o setor público empresarial, em particular, são alvos de uma profunda ofensiva liberal a nível nacional, torna-se fundamental proceder à reestruturação necessária com vista à otimização de recursos, à eficiência, eficácia e qualidade da oferta disponível, o que tem vindo a acontecer, conforme se debateu no último plenário.

Nos Açores, com uma economia simultaneamente aberta, arquipelágica e ultraperiférica, o serviço público assume particular relevância face às nossas especificidades. Tal não significa, porém, que o Setor Público Empresarial seja imutável perante as transformações e as circunstâncias. É necessário, por isso, atualizar diagnósticos e proceder a reformas, como têm vindo a ser feitas, com o necessário consenso social, para que o Setor Público Empresarial continue a responder às exigências que o tempo impõe.

É também fundamental fazer a devida justiça que, por vezes, as dificuldades impedem de reconhecer. Nos Açores, o Setor Público Empresarial foi, por diversas vezes, responsável pela abertura de novas vias, pioneiro na facilitação das acessibilidades, moderador de excessos, corretor de injustiças, redutor do isolamento e instrumento de desenvolvimento e alavancagem económica. Não reconhecer estas características, para além de injusto, é prestar um mau serviço à Autonomia Regional.

O Partido Socialista orgulha-se do seu património político de defesa de um serviço público de proximidade e de qualidade enquanto instrumento de desenvolvimento e equidade. O PS congratula-se, igualmente, como pai fundador da democracia portuguesa por continuar a inovar na defesa e no aprofundamento do regime democrático.

O reforço do acompanhamento e do escrutínio público afigura-se, no atual contexto, imprescindível para o reforço da confiança dos eleitores no regime democrático.

Há novas exigências da sociedade e novas expectativas do eleitorado a que o PS quer responder.

Isto implica o reforço da transparência, do acompanhamento e do escrutínio parlamentar face às decisões dos órgãos políticos.

Não significa que o que se fazia antes estava mal. É uma questão de evolução, de aperfeiçoamento e de satisfazer novas expectativas.

Não estando em causa com o atual modelo, a transparência nas nomeações para as entidades do Setor Público Empresarial sai reforçada pelo envolvimento do parlamento regional. Cumpre-se assim também o desígnio do reforço da atividade parlamentar e contribuiu-se para evitar polémicas que desprestigiam as instituições e os agentes políticos (acreditamos nós).

Nos Açores, devemos dar sinais claros de que, mais do que palavras, somos consequentes na ação. Porque os comportamentos políticos não são todos iguais, não fazemos como o Governo da República que se deixou enredar, infelizmente, em inúmeros casos polémicos que não abonam para o prestígio das instituições públicas.

Para nós a participação política ampla e o aprofundamento do vínculo entre representados e representantes são vetores fundamentais para a evolução da democracia na sua componente representativa.

Foi o PS que promoveu uma genuína abertura à participação política de amplos sectores da nossa sociedade.

Foi também o PS que inovou na governação ao considerar a opinião dos destinatários das políticas que promove como um contributo para a melhoria da ação governativa.

Fomos nós que lideramos a reforma da Lei Eleitoral que permitiu maior pluralidade aqui na Casa da Democracia Açoriana.

Fomos também nós que lideramos a reforma do Estatuto Político Administrativo que incluiu a limitação dos mandatos do Presidente do Governo dos Açores.

Fizemo-lo mesmo sabendo que poderíamos ser os primeiros destinatários de tal norma.

Somos, por tudo isso, um exemplo de renovação, inovação e exigência porque enquanto partido maioritário fomos e continuaremos a ser responsáveis pelas reformas de fundo que têm possibilitado a transformação e a evolução das nossas instituições autonómicas. Temos muito orgulho nisto!

Está no nosso código genético. Somos lúcidos na interpretação da realidade, atentos ao evoluir dos tempos e abertos à pluralidade de opiniões.

Constituímo-nos como uma plataforma política de liberdade e participação que tem sabido manter a capacidade de inovar e liderar a mudança.

Não chegamos agora à abertura política nem à cooperação democrática. Sempre o fizemos!

Os açorianos sabem bem que o aprofundamento da democracia não é para o PS apenas retórica política.

Um exemplo claro desta nossa cultura foi o convite endereçado a um antigo presidente do PSD para presidir a uma sociedade anónima, detida pela Região, responsável pela captação de investimento externo. Este é um exemplo que nós atestamos.

O reforço da democracia e da transparência também se faz através do sentido ético das decisões políticas. E este foi um dos grandes contributos dos governos socialistas dos Açores. O sentido ético que, ao contrário do que acontecia no passado, implica que o principal critério para as nomeações públicas seja o mérito e as qualidades necessária para o desempenho das funções, em

detrimento do critério do cartão partidário que vigorou durante quase duas décadas na Região.

**Deputados Francisco César e Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Humberto Melo (PSD):** E vigora!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E vigora! É uma vergonha!

**O Orador:** Enquanto Lisboa reforça, nas empresas-públicas-a-privatizar, o domínio do acionista escolhido pelo Governo, aqui, a nossa proposta é reforçar a importância do setor público e do seu controlo democrático.

Por vezes a oposição acusa-nos de governarmos há muito tempo mas curiosamente é o PS que revela mais criatividade, mais inovação e mesmo mais exigência em relação à transparência da nossa vida pública.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No plano político, algumas das mudanças exigidas pelos cidadãos prendem-se com o reforço da transparência, do acompanhamento e do escrutínio das decisões dos órgãos políticos.

Em consequência (achamos nós), o Parlamento dos Açores deve passar a ter um papel de maior acompanhamento, escrutínio e avaliação das diversas nomeações para as empresas do Setor Empresarial Regional.

Trata-se de reforçar a democraticidade e a transparência. Atenta a importância prática e o peso relativo do setor público empresarial regional, pretende-se que o Parlamento, com a sua legitimidade direta e plural (repito: direta e plural!) condicione essas escolhas, num equilíbrio difícil entre a clássica separação de poderes e as modernas exigências de mais participação e maior escrutínio. É este o desafio que também aqui deixamos.

Esta nova abordagem representa o reconhecimento do amadurecimento do nosso regime autonómico. Representa também uma forte valorização da exigência, do rigor e da transparência, elementos basilares da nossa democracia representativa.

E traduz também, indiscutivelmente, mais um contributo inovador para construirmos o que designamos orgulhosamente de “Via Açoriana”. Ou seja,

aproveitarmos aqui nos Açores o nosso regime Autónimo para fazermos diferente e para fazermos melhor.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não confundimos planos nem competências. Sabemos, porém, que a participação deste Parlamento, pela pluralidade que comporta, qualifica a Autonomia e aprofunda a Democracia. Fica aqui também este repto a todos.

Neste sentido, o GPPS irá apresentar, no próximo mês de janeiro, um projeto de Decreto Legislativo Regional que viabilize a audição prévia, em comissão parlamentar competente, dos presidentes dos órgãos executivos indigitados pelo Governo Regional para as entidades que integram o Setor Público Empresarial.

A este propósito, manifestamos abertura e total disponibilidade para, aqui neste Parlamento, construir consensos políticos com todas as oposições interessadas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** De certeza que vão responder por apontamentos, como fizeram com a comissão de inquérito!

**O Orador:** Valoriza-se assim a democracia...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não éramos irrelevantes?!

**O Orador:** ... e em simultâneo reforça-se o envolvimento do Parlamento no acompanhamento do Sector Público Empresarial Regional.

Esta proposta não pretende censurar o passado nem condicionar o presente. A nossa ambição é construir o futuro através da melhoria da nossa democracia e do aprofundamento da nossa Autonomia.

No Partido Socialista, como sempre, achamos que isso deve ser feito com criatividade, inovação e exigência.

Este é, assim, mais um contributo que demonstra aquilo que os açorianos bem sabem, temos sido (o PS) os mais capazes de interpretar, protagonizar e liderar as mudanças que os nossos concidadãos desejam e que a nossa terra merece.

Disse!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Presunção e água benta....

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados se há inscrições?

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado Joaquim Machado, então não se escreve? Estamos à sua espera!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Inscrevi-me antes! É botox!

**Deputado Berto Messias (PS):** Oh, Sr. Deputado Joaquim Machado, que pena!

**Presidente:** Não havendo inscrições, eu pergunto ao Sr. Deputado José San-Bento se ainda assim quer usar o tempo sobran­te para encerrar o debate?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para encerrar o seu debate!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Espelho meu, espelho meu!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu lancei alguns reptos...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Foram mais répteis do que reptos!

**O Orador:** ... e o convite aos partidos da oposição para que se juntassem a nós em torno de uma proposta, uma proposta que, considera o Grupo Parlamentar do PS, não resolve todos os problemas que é um contributo positivo.

**Deputado António Marinho (PSD):** Já foi apresentada?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Ainda não apresentou!

**O Orador:** Já foi apresentada.

**Deputado António Marinho (PSD):** Mas disse que era em janeiro!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É como o diploma do desporto, já estava em vigor antes de ser aprovado!

**O Orador:** É uma declaração política onde é muito clara a nossa intenção.

O que está aqui em causa, Srs. Deputados, era saber qual seria a vossa postura face a esse convite e a esse repto.

Apelámos à oposição para nos ajudar...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Éramos irrelevantes. Agora vêm fazer-nos apelos?

**O Orador:** ... a tornar uma proposta que consideramos boa, numa proposta excelente. Era isso que gostaríamos. Ajudem-nos! Ajudem-nos a fazer desta boa proposta uma iniciativa excelente.

Sras. e Srs. Deputados, façam isso pelos Açores, pela Autonomia.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Isso não cola! Somos irrelevantes!

**O Orador:** É esse o nosso convite, é este nosso repto.

**Deputado Francisco César (PS):** Isso dá trabalho!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** É o repto do Grupo Parlamentar ou do Governo?

**O Orador:** Também gostava de fazer um último apelo:

Pensem, cada um vós, cada um dos partidos aqui representados, o que é que dirão daqui a alguns anos (daqui a muitos anos!) os deputados que aqui estiverem a defender a Autonomia, a desenvolver os Açores e a enfrentar os desafios dessa altura, daqueles que (sendo nós) aprovaram uma medida que melhorou a democracia nos Açores, aprofundou a Autonomia e, se me permitem, deu mesmo um exemplo ao país.

Muito obrigado.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar para a declaração política seguinte.

Tem a palavra, pelo CDS, o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:



A Constituição da República Portuguesa determina que “*o Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão*”.

A Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, aprovou os Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal S.A., os quais definem como objeto da sociedade a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão e definem a existência de centros regionais da RTP nas Regiões Autónomas, com capacidade necessária para a produção.

Ao longo dos últimos anos, na consagração de um dos dispositivos legais previstos nos referidos Estatutos, esta Assembleia Legislativa tem procedido a audições aos Diretores do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A., que, repetida e consecutivamente, tem declarado aos Deputados Regionais os seus lamentos e críticas pela “*falta de autonomia financeira do Centro Regional*”, que “*dispõe de um orçamento «muito limitado» já que ponderado pela administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.*”, referindo ainda que “*há questões essenciais que foram abandonadas ao longo dos tempos, como seja a aquisição de equipamentos*”.

Aliás, na sequência destas audições e de outras diligências, o Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal S.A., assumiu um conjunto de diligências e compromissos, das quais se realçam a de dotar o Centro dos Açores de infraestruturas físicas, equipamentos e recursos humanos, em quantidade e qualidade, mas até à data nunca chegaram a ser concretizados.

Como consequência deste aparente abandono da administração central da empresa ao seu Centro Regional dos Açores, não se pretende omitir quaisquer responsabilidades da atual e das pretéritas Direções do Centro Regional dos Açores, a RTP/Açores tem evidenciado falhas graves a diversos níveis, como falta de meios humanos, em algumas ilhas, técnicos, financeiros e materiais para a concretização do seu desiderato principal.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pelas especificidades próprias da realidade insular e ultraperiférica da Região, a RTP/Açores é um importante meio de promoção da coesão social e territorial,

que foi concebida erradamente à imagem do modelo centralista continental, quando deveria ser a um modelo descentralizado porque insular.

Porém, precisamos ser realistas e não vale a pena continuar a tapar o sol com a peneira. Manter a RTP/Açores obriga a uma reestruturação profunda rumo ao aumento da qualidade e à eficiência, ao seu apetrechamento tecnológico e reestruturação dos quadros de pessoal.

Existem algumas despesas de funcionamento, nomeadamente os custos com pessoal, quer na RTP, S.A., como na RTP/Açores, que são verdadeiramente escandalosos e não podem ser mantidos.

Há muito que o CDS-PP Açores vem alertando para a degradação do serviço público, para, por vezes, evidente pressão política e partidária que é exercida sobre as respetivas redações, para as más decisões e para a falta de visão estratégica desta e das anteriores direções regionais, da falta de meios e de instalações adequadas à prestação de serviço público...

Não podemos escamotear que a principal vantagem da RTP e da RDP Açores é a de serem os únicos meios de comunicação social dos Açores claramente com capacidade regional, tendo assim capacidade para assumir um papel central na promoção da identidade e da cultura açorianas e das várias formas de participação de cidadania.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com a azáfama da campanha eleitoral, PS e PSD, concorreram em ideias para uma suposta resolução da prestação do serviço público audiovisual.

Uns querem uma empresa paga por Lisboa, mas gerida pelos seus nomeados; outros, defendem uma empresa paga pelos Açores, mas com sede numa determinada ilha e com chefia partilhada... E, ao que consta, até já se entendem quanto às nomeações dos futuros diretores, com a célebre regra dos dois terços.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não me diga! Isso é muito grave!

**O Orador:** Na ótica do CDS-PP o serviço público de audiovisual deve comportar três componentes: televisão, rádio e plataformas digitais.

O trabalho editorial na RTP e RDP Açores deve assentar, a bem da diversidade e da integração plena de todas as ilhas da Região, em três centros de produção (Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada).

Porém, estes polos devem ter autonomia editorial e capacidade para emitir de forma autónoma, em especial noticiários e telejornais, bem como programas de grande informação, num princípio de rotatividade. As redações da rádio e da televisão devem ser independentes e autónomas uma da outra.

Nas restantes sete ilhas, a figura de “correspondente” deve ser substituída pela noção de “redação”, com a presença em todas as ilhas de um número adequado de jornalistas com polivalência técnica e comunicacional, enquanto garante do pluralismo.

Fundamental e, porventura, o mais urgente, o serviço público de audiovisual nos Açores deve ser dotado dos meios técnicos e das infraestruturas físicas que permitam a produção de informação e de outros conteúdos com elevada qualidade.

Deve ser privilegiado um sistema tecnológico moderno e fiável, que coloque todas as ilhas “em rede”, de modo a que o alinhamento informativo permita a participação de todos os jornalistas envolvidos na produção de informação.

Relativamente ao quadro de pessoal, o CDS-PP entende que é necessária também uma reestruturação e renovação significativas.

A RTP e RDP Açores devem ter um quadro de pessoal próprio, afeto ao Centro Regional dos Açores, ajustado a métodos produtivos modernos e otimizada à tecnologia a adquirir, abrindo-se a novas gerações de quadros, preferencialmente com formação superior.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A RTP para ser digna do nome Açores tem que ser uma televisão para todos os Açorianos, de Santa Maria ao Corvo.

Como está o serviço público de rádio e televisão nos Açores não pode continuar.

Já o disse anteriormente e reafirmo-o!

É preciso corrigir, reestruturar e adequar a RTP/Açores a um verdadeiro e indispensável serviço público, descentralizado, plural, isento e garante da unidade Açoriana.

E para isso é importante que, quer a Direção do Centro Regional dos Açores, quer a Administração em Lisboa, quer o Governo Regional dos Açores, quer o Governo da República, respeitem e tenham em boa consideração o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por esta Assembleia, nomeadamente as conclusões do “Estudo do Conceito de Serviço Público de Audiovisual na Região Autónoma dos Açores”.

Muito obrigado.

*(Aplausos das Deputadas da bancada do CDS-PP)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa já tem inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que tem aqui vários pontos de concordância com V. Exa., mas talvez comecemos pelos de discordância.

Um deles, de discordância, tem a ver com o facto de não termos a mesma opinião acerca dos lamentos que a atual direção da RTP/Açores tem feito.

Não tenho ouvido muitos lamentos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nenhuns! Eu não disse isso!

**O Orador:** Antes pelo contrário. Da atual direção da RTP/Açores nós não temos ouvido...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Foi o que eu disse!

**O Orador:** ... as críticas que os senhores viam anteriormente. Isto é, a atual direção da RTP/Açores assume, e tem assumido, aquilo que tem sido a

estratégia para a RTP, SA, que está a ser delineada pelo Governo da República e executada pelo Conselho de Administração da RTP, SA.

Portanto, já o afirmei aqui em outras ocasiões e hoje volto a dizê-lo. A atual direção da RTP/Açores é, para a Representação Parlamentar do PCP, a comissão liquidatária da televisão e da Rádios Públicas nos Açores. Infelizmente é isso que se constata.

Depois, e relativamente à questão da RTP/Açores, dizer-lhe então que concordo consigo naquilo que incumbe efetivamente ao Estado, a garantia do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores. Esse é um princípio do qual não abdicamos.

Essa responsabilidade é do Estado; essa responsabilidade não tem que ser assumida pela Região, aliás, como outras competências que são do Estado, as quais o Estado tem vindo, paulatinamente, a demitir-se, mas que não são competência da Região ou a Região não tem que as assumir.

Eu até percebo e compreendo que, nalgumas situações, e na defesa das/os açorianas/os, o Governo da Região, os órgãos próprios de Governo da Região, possam e tenham vindo a assumir algumas competências, mas, em primeira instância, essas competências são do Estado e nós não podemos abdicar desses princípios, porque ao abdicarmos desses princípios e ao assumirmos competências que são do Estado, estamos, no fundo, a prestar um mau serviço à nossa Autonomia.

Depois, queria chamar aqui a atenção para o seguinte:

Já há pouco, na questão do voto, referi um facto.

O Governo da República, o Ministro Poiães Maduro, disse-nos, na reunião que tivemos com ele, que havia muitos trabalhadores, que os custos de funcionamento da RTP/Açores eram, digamos, elevadíssimos, em termos de pessoal, mas a verdade é que aquilo que notamos é que há falta de pessoal. Aliás, o Sr. Deputado Artur Lima, depois, poderá explicar melhor, mas até estão a pedir mais pessoal, até estão a pedir pessoal para as ilhas, não só um correspondente mas um corpo de jornalistas ou pelos menos alguns jornalistas,

coisa com a qual eu concordo. Isto quer dizer que a RTP/Açores não tem trabalhadores a mais. Se calhar tem é trabalhadores a menos.

Relativamente à questão dos trabalhadores há uma questão, que é a seguinte:

Não estão a ser devidamente utilizados e há carência de quadros, quer ao nível do jornalismo, quer ao nível técnico, quer ao nível da produção e da realização.

Há carência!

Portanto, esta questão dos trabalhadores e da responsabilidade, ou melhor, de atacar o problema por via da diminuição dos custos com os salários dos trabalhadores, para nós continua a ser uma falácia, até pelo seguinte:

Quando se fala na RTP/Açores, normalmente fala-se em despesa.

Mas será que a RTP/Açores não gera receita? Mas será que a RTP/Açores não tem um potencial para gerar ainda mais receita do que aquela que gera?

Claro que sim! Mas para isso precisamos de ter a necessária autonomia, ou melhor, precisamos que a RTP/Açores tenha a necessária autonomia que, de facto, não tem. Não tem autonomia administrativa, não tem autonomia financeira, e claramente, por via de não ter esta autonomia administrativa e financeira, não tem autonomia editorial.

Mas se a tivesse podia potenciar a receita, designadamente com a venda de conteúdos. Todos nós sabemos que a taxa de penetração da RTP Internacional, nos Estados Unidos e no Canadá, se deve em grande parte aos conteúdos produzidos pela RTP/Açores, junto da nossa comunidade, e poderia eventualmente ainda ser potenciado esse mercado com a venda doutros produtos, outros até por televisões locais que servem as nossas comunidades nos Estados Unidos e no Canadá. Isso sim, deve ser feito e isto para se retirar este dogma de que a RTP/Açores é um sorvedouro de dinheiros públicos e não gera receita.

Infelizmente a receita que atualmente gera não é contabilizada a favor da RTP/Açores. Vai para o bolo global da empresa que, também como sabemos, tem uma cultura de gestão centralista.

Portanto, esta situação da RTP, SA tem merecido a nossa atenção, mas as abordagens à solução para a RTP/Açores, por parte da Representação

Parlamentar do PCP, mantêm-se no princípio que vimos defendendo há muito tempo. É um serviço que incumbe ao Estado assegurar e aquilo que é necessário fazer é alterar os Estatutos e o contrato de concessão, bem como a lei da televisão, de modo a que a este Centro Regional lhe seja conferida a necessária autonomia administrativa...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... e financeira, de onde advém a autonomia editorial de que tanto necessita.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de salientar a importância e a atualidade do tema trazido pelo Sr. Deputado Artur Lima, quanto ao futuro da RTP/Açores.

Existe nesta declaração alguns aspetos com os quais o Governo não se revê, críticas nas quais o Governo não se reconhece, mas isso obviamente não elimina, nem faz esquecer aquela que é a importância e a atualidade deste tema.

O Governo considera esta questão da RTP/Açores, ou dito de forma talvez mais concreta, do Serviço Público de Rádio e Televisão dos Açores, como uma matéria importante, uma matéria que tem a ver com algo que vai para além da simples existência desse serviço público de Rádio e Televisão, sobretudo naquelas componentes que tocam com a identidade e com a coesão regional, nas quais a RTP/Açores é também uma peça importante e uma peça que ajuda a construir.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo não está apenas nesta questão na posição de reivindicar, da parte do Estado, da parte que quem tem essa responsabilidade, uma solução que se afigura como necessária.

O Governo está também disponível para colaborar na concretização dessa decisão.

Julgo que aquelas que têm sido as várias declarações, a propósito desse assunto, atestam bem aquele que é o posicionamento do Governo Regional em relação a esta matéria, no sentido de considerar que a importância que o Serviço Público de Rádio e Televisão tem para uma região, desde logo arquipelágica, como a nossa, é algo que justifica plenamente também o envolvimento das entidades regionais.

Também julgo ser importante salientar que, quer na fase de campanha eleitoral para as eleições legislativas regionais de 2012, quer posteriormente, da parte do Governo, na altura ainda como candidato, depois das eleições já como Governo, foram aventadas várias hipóteses.

Foi falado na questão da empresa 100% pública, 100% regional; foi falada na questão de uma solução 51-49% do capital social de uma empresa que seria detida em parceria com o grupo RTP, mas disto o que releva é o seguinte: o Governo Regional não está fechado numa solução e não quer, aliás, a constituição de uma empresa regional ou entrar no capital social de uma empresa pública, em parceria com a RTP.

O que o Governo quer é que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores tenha condições para desempenhar o seu papel cabalmente...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e que, para além disso, tenha condições para realizar o seu potencial.

O seu potencial é, desde logo, aquele contributo que esse serviço regional de rádio e televisão pode dar para a projeção dos Açores, nomeadamente junto dos Estados Unidos e do Canadá, fruto daquela que é a ligação que mantemos com as nossas comunidades emigradas.

Este é o ponto essencial e esse ponto essencial é complementado por outro que tem a ver com a existência de um centro de decisão nos Açores.

Portanto, de forma muito clara e muito simples: vamos supor que na sequência deste trabalho que o Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional está a desenvolver, chega-se à conclusão de que é possível construir uma solução dentro do universo da RTP, sem qualquer questão de capital social, que



salvagarde esses dois aspetos: um centro de decisão nos Açores e, por outro lado, aquele que é a realização do potencial.

O Governo dos Açores está encantado da vida. Portanto, isso é suficiente.

Nós não temos nem qualquer vontade, nem qualquer desejo de ter uma questão de participação no capital social desta empresa ou dessas empresas, dessas possibilidades.

Para nós, o que é essencial são esses dois aspetos:

Em primeiro lugar, que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores tenha condições para cumprir cabalmente a sua função e realizar o seu potencial.

Obviamente que isto é dito desta forma, porque na nossa análise, neste momento, o Serviço Público de Rádio e Televisão, nos Açores, nem sequer tem condições para cumprir cabalmente o seu papel, porque não tem, desde logo, os meios e em consideração as especificidades da Região.

Isto, em abono da verdade, também se diga, não é de agora, já vem de há muitos anos, uma atitude de sucessiva insensibilidade ou desconhecimento, ou de alheamento da parte de diversos responsáveis, a diversos níveis, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É verdade, sim senhor!

**O Orador:** ... quer na empresa, quer na tutela, quanto à importância e às especificidades que esse serviço público assume na nossa Região. Não é de agora!

Mas efetivamente agora coloca-se também por vontade manifestada e, neste processo de reestruturação nacional do Serviço Público de Rádio e Televisão, esta questão.

Há um outro aspeto que gostaria de salientar. Tem a ver com o seguinte e tive oportunidade de manifestá-lo junto do Sr. Primeiro-Ministro:

Obviamente que se perguntarem ao Governo Regional: os senhores gostavam que esse assunto já estivesse resolvido?

Obviamente que gostávamos que esse assunto já estivesse resolvido.

Mas as indicações que recebemos, ainda nesta recente visita do Sr. Ministro, foram no sentido de que está a trabalhar numa solução, que contém um

conjunto vário de soluções, não apenas aquelas que foram apresentadas pelo Conselho de Administração do Grupo RTP, mas inclusive algumas soluções que o próprio Gabinete do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional está a analisar e a ponderar, no sentido de dar condições, de resolver esta questão que, julgo que também já foi percebido, assume especificidades muito particulares e assume especificidades muito próprias.

Para resumir aquela que é a posição do Governo em relação a esta matéria:

Em primeiro lugar, que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores necessita urgentemente de uma decisão quanto ao seu futuro e às condições para desempenhar o seu papel? Sim!

Está a ser desenvolvido trabalho no âmbito não apenas do Conselho de Administração do Grupo RTP, mas também no Gabinete do Membro do Governo da República com a tutela desta matéria, sobre este assunto? É verdade, sim senhor!

Em terceiro lugar, quais são os aspetos que para o Governo Regional dos Açores são essenciais?

Primeiro: que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores tenha as condições para cumprir cabalmente o seu papel, tendo em conta a realidade arquipelágica das nossas ilhas e para realizar todo o potencial que apresenta.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Segundo (um aspeto essencial): que haja um centro de decisão nos Açores.

Quarto aspeto que consideramos também fundamental: esta Assembleia deu já (e continua a dar) um contributo essencial para o envolvimento e para o enquadramento desta questão, nomeadamente através do relatório que foi aprovado na anterior legislatura sobre esta matéria.

Da parte do Governo, nós acompanhamos obviamente aquelas questões que, no caso concreto, vão suscitando reapreciações, mas esse é um dos instrumentos de trabalho que o Governo utiliza nessa abordagem.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

A mesa não tem mais inscrições, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para encerrar o debate.

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(\*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quanto tudo e apesar de tudo o que disse parece ainda demasiado indefinido, pelo menos perante o Parlamento, entre o Governo Regional e o Governo da República, não vale a pena dizer muito mais do que aquilo que tem sido dito sobre o futuro do Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores, até porque concordamos com boa parte da declaração política que aqui foi produzida pelo CDS/PP. Por exemplo, que deve haver redações separadas entre a televisão e a rádio; que os correspondentes das várias ilhas devem ser jornalistas profissionais.

O PSD, aliás, não precisa de reafirmar aqui e agora a sua posição sobre esta matéria.

Nós continuamos, como sempre estivemos, disponíveis para um consenso.

Nós defendemos, como sempre defendemos, que, por exemplo, a participação da Região Autónoma dos Açores, no futuro Serviço Público de Rádio e Televisão, deve incluir, desde logo, e acima de tudo, a verba resultante da contribuição audiovisual que é atualmente cobrada nos Açores.

Portanto, sobre esta matéria a nossa posição é conhecida e é coerente.

Ela é a mesma que tivemos na legislatura anterior; é a mesma que apresentámos nas últimas eleições; é a mesma que mantivemos no debate parlamentar do Programa de Governo; é a mesma que repetimos aqui há duas semanas na discussão do Plano Regional para 2014.

Mas nem todos podem dizer o mesmo.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** No final da legislatura anterior, nem queriam sequer ouvir falar de responsabilidades regionais no serviço público de rádio e televisão.

**Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Na última campanha eleitoral defendiam, pelo contrário, uma empresa 100% pública e 100% regional; no início deste ano admitiam uma empresa com 51% da Região e 49% da República; e no final deste ano já acham que, afinal, já não importam as percentagens e estão disponíveis para analisar qualquer solução.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É um ziguezague!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Estão chegando lá!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Demora, mas chegam lá!

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É caso para dizer:

“Foi uma entrada de leão e uma saída de cordeiro!”

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por reafirmar aquilo que também, acerca do voto, tive oportunidade de dizer e que, aliás, registei que o Sr. Presidente do Governo também recordou na sua intervenção.

Creio que este Parlamento, em matéria de Serviço Público de Rádio e Televisão, tem orgulhosamente cumprido o seu papel. Tem cumprido o seu papel numa matéria difícil, complexa, por sucessivos esforços de aproximação, de negociação, de carrear a experiência e de consensualização. Isso é verdadeiramente importante.

Creio que concordamos quase todos que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores existe enquanto tal, tem autonomia, tem especificidade, necessita de meios para se manifestar e deve existir.

Que esse serviço, aliás tal como a lei, começando pela Lei Fundamental, a Constituição da República, incumbe, *prima facie*, ao Estado. Essa lei, e muito menos a Constituição, não foi alterada e assim deve continuar a ser, por um conjunto de razões, inclusive editoriais e de direitos de programação e de autoria.

Que nos Açores esse serviço tem vindo paulatinamente a degradar-se, sob vários pontos de vista: o número dos seus recursos humanos, a obsolescência e diminuição do seu material tecnológico, do seu equipamento e das suas instalações.

Que esse serviço (em questão de autonomia temos que lutar sempre e permanentemente contra a recorrente tentação de todos os centralismos) não tem tido a adequada autonomia financeira, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Diz V. Exa. bem: todos! Todos os serviços!

**O Orador:** ... administrativa e editorial.

Que esse serviço tem vindo a degradar-se, sobretudo, ao nível da componente regional da autonomia, ao nível das suas ilhas de menor dimensão e das suas delegações da Horta e da Terceira.

Que é fundamental, como muito bem referiu o Sr. Presidente do Governo, que a solução, ou o instrumento jurídico ou organizativo que nós prossigamos, garanta, de forma exequível e bastante, que haja essas condições, mas que haja também um centro de decisão nos Açores, para que, tal como referiu o Sr. Deputado Artur Lima, a RTP/Açores tenha aqui um centro de divisão com autonomia administrativa, financeira e editorial, com autonomia editorial entre a rádio e a televisão, para garantir alguma concorrência ao nível público e regional; que cubra e sirva efetivamente os Açores na sua realidade arquipelágica, difícil, com sobrecustos, que também levanta certamente ao nível editorial e da própria uniformidade de informação e de programação algumas dificuldades.

Digo eu também, tal como já defendeu o Partido Socialista e o Governo, que haja uma palavra a dizer dos órgãos próprios da Região. Que essa palavra inclua, inclusive, na sua pluralidade de primeiro órgão de Governo próprio da Região, este Parlamento, não que queiramos interferir nos critérios editoriais, mas achamos que podemos, nessa nossa realidade plural e na nossa legitimidade democrática, ter uma palavra a dizer sobre a grande estrutura e os grandes objetivos do Serviço Público de Rádio e Televisão.

Também não aceitamos que em Democracia haja “vacas sagradas”, porque nesta questão também há muitos e vários responsáveis e que são merecedores de crítica.

O critério editorial não pode ser um dogma da *Sibylla* para iludir...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... ou dirimir qualquer tipo de responsabilidade ou impedir qualquer tipo de crítica.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Posto isto, aqui estamos registando que o trabalho do Governo e deste Parlamento não deixou, felizmente, de produzir os seus resultados.

Nesta matéria, como noutras, e usando também uma expressão do Sr. Presidente do Governo, também estamos perante uma prova de obstáculos. Temos já a garantia de que o Serviço Público de Rádio e Televisão, para além da lei e da Constituição, foi também reconhecido e quer ser mantido, ou vai ser mantido, por este Governo da República.

Queremos saber de que maneira, com que meios humanos, técnicos, materiais, instalações, com que equipamentos e com que voz a dar e a reconhecer também à Região Autónoma dos Açores, quer ao nível da sua própria organização, quer ao nível dos seus órgãos de governo próprio e deste Parlamento.

Penso que é fundamental que no essencial esse consenso alargado, que o nosso conhecimento da nossa realidade tem levado a que progressivamente cheguemos, deve ser mantido e aprofundado, porque ele tem produzido, como não deixará de produzir, bons resultados.

Que nesta questão, ao longo dos tempos, se calhar todos nós aprendemos e evoluímos, é bem verdade.

Se o Sr. Deputado José Andrade perguntar ao Sr. Deputado Joaquim Machado o que é que há 10 anos ele defendia como modelo, vai ser que não é exatamente o mesmo do que é a posição atual do PSD.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Se calhar o PS também, de alguma maneira, tem evoluído, sem prejuízo de ter tido sempre, na prática, designadamente no Governo, uma componente e um apoio regional, à semelhança aliás do que vinha de trás, à RTP/Açores e de continuar a afirmar a ligação e a responsabilidade que aqui existe ao nível do Estado.

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, creio que podemos todos ter nesta matéria “entradas de leão”, mas creio que vamos ter todos o devido cuidado para ter as devidas saídas.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Foram 4 ziguezagues num ano!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente, até porque tenho uma declaração política a fazer a seguir, para referenciar três aspetos:

Em primeiro lugar, concordo com muitos dos aspetos que o Sr. Deputado Artur Lima ali referenciou.

Qual é o meu modelo?

O meu modelo é uma televisão funcional.

Eu, desde que o PPM está neste Parlamento, tenho vindo a criticar uma situação em que a RTP/Açores conheceu uma degradação tão grande que já não está a cumprir o seu serviço público ou não está em condições, técnicas e em termos de pessoal, para cumprir esse serviço.

É um serviço, como se sabe, muito relevante para a Autonomia, porque sem a RTP/Açores é muito, muito difícil, que existam os instrumentos adequados de união dos açorianos.

Muitos de nós conhecemos a realidade das ilhas entre si através da RTP/Açores. Portanto, é absolutamente fundamental; é um instrumento da Autonomia fundamental.

Nós, o que defendemos, é um modelo funcional, que funcione.

Chegar a esse consenso, chegar a esse contexto, é o contexto que o PPM está disponível para apoiar.

Nesse sentido, esse tem sido o nosso esforço.

Devemos ter uma participação institucional? Com certeza! Através de ideias? Com certeza! Mas através de outros mecanismos.

Foi aqui aprovado neste Parlamento o Canal Parlamento, um projeto de resolução proposto pelo PPM.

É um modelo de apoio institucional, é um modelo que demonstra também o compromisso da Região com a RTP/Açores.

Eu considero que é esse o caminho que deve ser trilhado e aqui estamos para chegar a um consenso, até porque esta matéria não depende só de nós; existem diversos agentes, entre eles o Estado. Portanto, o bom senso significa que nós temos capacidade de negociação para chegar a uma solução que dê à RTP/Açores capacidade de funcionar e que permita que o centro de decisão se localize, aqui, na nossa Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para encerrar o debate.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.



Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o CDS traz aqui, com frontalidade e colocando em cima da mesa, a questão do Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores.

Faz pela voz do Deputado, de um deputado eleito nesta Casa, que já foi vítima de processo e de queixa junto da ERCS por parte do Conselho de Redação da RTP/Açores.

Mas essas coisas a mim não me incomodam, porque acima destas questiúnculas, está o verdadeiro Serviço Público de Rádio e Televisão.

Queria agradecer a participação dos Srs. Deputados e dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que estamos de acordo em tudo, porque o que eu disse ali foi que não ilibo de culpas a atual direção da RTP/Açores e pretéritas direções.

Eu não conheço, quer da atual, quer das pretéritas, um projeto, uma visão, para a RTP/Açores.

Eu não sei o que é que eles pensam da RTP/Açores.

Eu não sei o que é que eles querem para RTP/Açores.

Este Parlamento tem exercido o seu dever de os ouvir e ouvimos todos os anos a mesma coisa.

A pergunta que faço é: para que é que lá estão?

Iniciei uma visita pela delegação de Angra. Ainda não tive tempo de ir a Ponta Delgada e à Horta, mas irei, com frontalidade e lealdade confrontar os atuais responsáveis da Direção da RTP/Açores.

Portanto, longe de mim, Sr. Deputado Aníbal Pires, não lhes atribuir qualquer culpa, antes pelo contrário, e tenho-o dito várias vezes a eles e devo dizer também a alguns jornalistas e profissionais da RTP/Açores, porque uma empresa também se faz do empenho dos seus trabalhadores, também se faz do empenho dos seus profissionais. Esses também têm que dar o contributo para o sucesso da sua empresa. Isso é inegável.

Portanto, não me venham para cá: coitadinhos dos trabalhadores!

Não! Não! Os trabalhadores também são responsáveis e têm que ser responsabilizados. Alguns têm culpas no cartório e essas devem ser também relevadas.

Portanto, Sr. Deputado Aníbal Pires, só mais uma coisa:

Uma empresa que é concebida para um região arquipelágica e que concentra 80% ou mais de 80% dos seus funcionários numa ilha e 20% nas outras 8, algo está errado Sr. Deputado. Está errado o modelo, está errada a distribuição e é preciso reestruturar. Eu não estou a dizer despedir! Estou a dizer reestruturar, que é uma coisa bem diferente.

É preciso realmente renovar e como o Sr. Deputado disse, e bem, trazer gente nova e qualificada para a RTP/Açores.

Para o CDS o que interessa não é uma empresa X ou Y, ou com administradores nomeados com dois terços do Parlamento ou sem dois terços do Parlamento e serem coaptados de uma maneira e a empresa ter sede num lado e delegações no outro. Isso não nos interessa!

O que nos interessa é o modelo atual a funcionar, que seja funcional, que sirva todos os açorianos.

Devo dizer-lhe, Sr. Presidente do Governo, que elogio e reconheço a sua atitude de abertura, não dogmática, e entenda isso como legitimamente defendeu o que tinha que defender na campanha eleitoral, como eu defendi e os outros todos defenderam. Mas abdicar disso, eventualmente, evoluir para um modelo que seja mais consensual e que no fim seja funcional e que sirva os Açores e a nossa diáspora, não fazendo questão absoluta de ser uma empresa com as características X ou Y, acho que é de elogiar.

Portanto, a abertura do Governo Regional para qualquer solução, desde que elencar (e aí permita-me) um centro de decisão nos Açores e o potencial de chegar às nossas comunidades, Sr. Presidente, não interessa os meios, interessa o fim de lá chegar.

Se conseguirmos esse fim sem ser com uma empresa e com este modelo muito aperfeiçoado, eu registo a atitude de abertura ao diálogo para com o Governo da

República, como também registo a diferença deste Ministro em relação ao anterior, para já.

Se ele voltar a um registo que não seja o nosso, cá estaremos para o criticar e para estar ao lado do Governo dos Açores, se for o caso de defender os Açores, e estar neste Parlamento a criticar e a exigir da República, como fizemos em 2006 e como bem se lembra o Sr. Deputado Francisco Coelho, que era líder parlamentar do Partido Socialista, e eu o então chamado deputado único por alguns, em 2006, fomos, demos e realmente podemos orgulharmo-nos disso. Não foi uma entrada de coelho, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Naquela altura foi uma entrada de leão e o leão ainda está no terreno. Não vai sair, não vai ter saída de sendeiro e ainda temos cá a juba. Estamos a assegurar e não vamos perdê-la tão cedo.

É preciso que nenhum modelo ...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente.

... seja centralista, como bem disse o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Contra todos os centralismos, tem que ser o modelo a implementar da RTP/Açores e que una e ligue todos os açorianos e que essa ligação de todos os açorianos chegue de um modo eficaz aos Estados Unidos, ao Canadá e à diáspora açoriana pelo mundo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma última declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Os últimos resultados do relatório PISA demonstraram que o mundo está a mudar e que, uma vez mais, a educação e a economia seguem lado a lado. As economias emergentes da Ásia Oriental – a China, o Japão, a Coreia, Singapura – esmagaram os outrora hegemónicos países ocidentais. Os Estados Unidos, o

Canadá, a Austrália e os países europeus estão cada vez mais longe dos resultados alcançados por estes países asiáticos.

Mais uma vez, como sempre sucedeu ao longo da História, os que ganham a batalha do crescimento e do desenvolvimento económico são os que previamente triunfaram na batalha da educação.

Qual é o segredo da ascensão da China, do Japão e da Coreia do Sul? O segredo é, meus senhores, a dedicação, o trabalho, o sacrifício, a motivação, o esforço e a superação. Esforço e trabalho dos alunos. Dedicação, sacrifício e motivação dos professores e das famílias. Nada se conquista na vida sem esta predisposição e esta vontade de vencer.

Muitos, no nosso país e na nossa Região, esqueceram que nada nos é, nem deve, ser oferecido. Muitos esqueceram já a História dos nossos avôs e de como eles transformaram a lava impenetrável em terrenos produtivos. De como sulcaram, com coragem, o nosso mar selvagem.

Os avanços sociais e o Estado Social têm de ser suportados no trabalho, no esforço e na superação de todos. As multidões romanas do pão e do circo foram engolidas pela História porque esperaram e não agiram. Porque pediram e não construíram.

Meus senhores! Está inscrito no ADN dos açorianos uma enorme capacidade de triunfar. Os açorianos atuais são os descendentes, e carregam a História de família, dos intrépidos descobridores de outrora. São os mesmos que hastearam a bandeira das quinas quando ela estava arriada no resto do país. São da estirpe dos “Bravos do Mindelo”, que derrotaram o absolutismo. São os mesmos que deram a este país uma grande estirpe de homens da ciência e da cultura.

Por tudo isto, meus senhores, se é de esforço e de capacidade de superação que se fala na batalha da educação, então os Açores estão destinados a ganhar esta batalha. É esse o nosso ADN! O do trabalho e da dedicação.

Eu não aceito o último lugar nos resultados nacionais dos exames nacionais. Os Açores têm de ser os primeiros: está no ADN dos açorianos.

Sr. Secretário da Educação, Ciência e Cultura. Está na hora de apresentar resultados. Levante-se e ande! Imprima dinamismo. Projete ambição. Exija resultados e trace um objetivo.

Não quero desculpas! Quero resultados! E não me peça tempo que eu não lho dou. Quero, pelo contrário, recuperar o tempo perdido e colocar os jovens açorianos no seu lugar natural: entre os melhores do país.

Disse!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver inscrições.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Queria inscrever-me, mas não tenho tempo!

**Presidente:** Não tem tempo, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, muito obrigado por este pedido, este incentivo a que todos nós nos levantemos e caminhemos.

O Governo está a lançar, como já foi aqui anunciado (o Sr. Deputado conhece, porque está no terreno), um conjunto de medidas destinadas a ultrapassar alguns dos problemas que afetam o nosso sistema educativo, no que diz respeito sobretudo aos aproveitamentos.

O Governo desde o início enfrentou com clareza e reconheceu essa situação. Os números são os números.

É evidente que pomos em causa os critérios como são feitos os *rankings* que enchem os jornais e que nos põem em último lugar.

Sr. Deputado, como muito bem sabe, uma escola como a Mouzinho da Silveira não tem as mesmas condições sociais, humanas e até de comunicações, que tem uma outra escola no centro de Coimbra, Lisboa ou de Ponta Delgada.

Cada escola é um caso, cada escola representa o grupo, a comunidade social em que está integrada e temos que ver que os resultados que, infelizmente são maus e que temos tido, têm a ver não só com o funcionamento das escolas.

Já o disse aqui e em público, em vários, locais e na comunicação social que agora temos que trabalhar dentro das escolas.

Portanto, as escolas estão a fazer o seu papel, estão a rever alguns dos seus métodos organizacionais, também didáticos e pedagógicos, mas também temos que ver que isso é um problema social que está a montante da escola.

No entanto, temos no terreno, e porque achamos que é a nível do 1º ciclo que o problema deve ser atacado, equipas, que estão a funcionar ao nível de todas as escolas do 1º ciclo da Região, este ano a acompanhar os 2º e 4º anos e depois seguirão para a totalidade dos anos, de professores experimentados, de português, de matemática e do ensino básico, que estão a acompanhar e a ajudar, não a fiscalizar, os professores que trabalham muitas vezes em condições de isolamento consideráveis.

Essas medidas estão a produzir já alguns resultados, mas Sr. Deputado, nós estamos em pé e estamos a caminhar, só que esta é uma caminhada longa. Eu não lhe peço tempo a si, porque não tenho que pedir tempo, porque isto não é um problema que o Sr. Deputado resolva, senão eu convidava-o para vir resolver o problema.

Esse problema não se resolve com brevidade.

Agora queria sossegá-lo. Estamos a trabalhar nisso, temos um conjunto de programas no terreno, como o Programa Fénix e o Programa Oportunidade com algumas alterações que já vinham de trás.

Nós não quisemos entrar em algumas medidas que o Governo da República entrou, porque achamos que iriam provocar ruído nas escolas, como por exemplo as provas e outras medidas que consideramos que não fazem sentido aqui nos Açores. O que queremos é ter os professores do nosso lado, a trabalhar da melhor maneira que sabem, e quando tiverem dificuldades científicas ou de formação, a qualquer nível, a tutela tem meios e tem condições para dar as ações de formação necessárias.

O problema é da sociedade, e escola está a proceder de acordo com os meios e com as competências que são dela e o Governo está atento.

Nós não escondemos o problema. O problema existe.

Estamos a encontrar e a lançar no terreno soluções que consideramos que produzirão (no próximo ano, provavelmente ainda não), com algum tempo, resultados.

De resto, o Sr. Deputado foi autor de uma proposta que foi aprovada aqui, que introduz matérias que provavelmente serão interessantes e que captarão a atenção e o entusiasmo dos alunos, como por exemplo a História e a Geografia dos Açores.

São medidas desse tipo que, ao lado de outras medidas que o Governo vai lançar, que têm a ver com o alargamento do ensino vocacional e do ensino profissionalizado, já a partir dos níveis mais baixos, darão um contributo para que o aluno, com as suas características próprias, se sinta bem na escola, se sinta aproveitado, valorizado e seja um bom aluno. Obviamente estou a falar de alunos que não tenham problemas de ordem cognitiva, mas para os quais a escola tradicional dá aulas positivas, com manuais, com livros, que não puxa por outras características do aluno, e que podem fazê-lo sentir-se realizado.

Essas medidas, em conjunto, produzirão (estou eu convencido) efeitos que terão o seu resultado positivo.

O Governo está atento, muito obrigado. Espero que daqui a algum tempo, não com aquela brevidade que o Sr. Deputado e eu gostaríamos, possamos ganhar ou dar alguns passos que iniciem uma vitória, um ganho nesta batalha contra o insucesso escolar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota rápida para sublinhar a importância desta reflexão que o Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe a este plenário, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito boa reflexão!

**O Orador:** ... a preocupação que todos nós devemos ter face a esta verdadeira tragédia que representa aquilo que temos vindo a saber dos *rankings* em relação ao nosso ensino e em relação aos nossos jovens que saem do nosso sistema de ensino.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Falhanço! Falhanço total!

**O Orador:** É aqui que é preciso sublinhar duas ou três questões:

Temos tido, ao longo destes últimos largos anos, uma inconstância legislativa enorme, o carregar de burocracia para cima dos professores, o facilitismo com que muitas vezes se incentiva o ensino.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Estamos agora confrontados, como disse, com a verdadeira tragédia geracional. Isto é das coisas mais graves que podemos fazer à sociedade e aos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O ponto em que nos encontramos, a situação a que chegámos, é uma verdadeira tragédia geracional para os Açores.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Aqui, gostaria de sublinhar também o seguinte:

Não é culpando a sociedade, não é culpando os pais, não é apelando, como fez o Sr. Presidente do Governo há algum tempo, a um sobressalto cívico. Então a culpa neste caso ou é dos pais, ou é da sociedade.

No caso da saúde, é dos profissionais da saúde.

Quando não temos pais, nem profissionais de saúde para culpar, é sempre a República.

Dezassete anos de políticas socialistas, na área da educação, trouxeram-nos a esta tragédia e o Governo não tem um sobressalto político, mas quer que a sociedade tenha um sobressalto cívico. Foi a isto que chegámos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!



*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados, acho que todos nós temos que tentar encontrar soluções para este verdadeiro desastre, mas em primeiro lugar é preciso que o Governo Regional olhe para si, olhe para as suas políticas ao longo dos últimos anos, e ponha a mão da consciência. Deixe de procurar culpas nos outros, porque neste caso a culpa pode não ser exclusivamente do Governo, mas é quase só do Governo Regional e dos Governos Regionais do Partido Socialista.

**Deputados Luís Rendeiro e Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Isto é um legado tragicamente histórico que os Governos do Partido Socialista vão deixar aos Açores.

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não exijam um sobressalto cívico a quem não tem culpa. Exijam um sobressalto político a quem é o responsável por esta tragédia para os Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para intervir nesta discussão.

**Presidente:** O Sr. Deputado não tem tempo e a mesa também não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, nesta figura regimental, cada uma das bancadas só pode intervir uma única vez.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão trouxe aqui uma declaração interessante, pela competitividade do povo, pela capacidade de ultrapassar obstáculos pela nossa história, mas foi só até à hora de apresentar os resultados.

Exigir a um Governo que está há um ano em funções...

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)*

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Mas não eram 17?

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Essa é para rir, Sra. Deputada!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E o legado do Álamo?

**A Oradora:** ... é, ...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Pede a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso para defesa da honra!

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado... Vamos permitir que a Sra. Deputada continue a sua intervenção.

**A Oradora:** ... no mínimo, surrealista, diria eu.

*(Risos da bancada do PSD)*

Normalmente quem ri por último, ri melhor! Eu vou continuar.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Só pelo rir já perdeu a sua intervenção!

**A Oradora:** Exatamente. Era mesmo essa a intenção. Era um momento de humor antes do almoço.

Isso porquê?

Porque nenhuma das bancadas nesta casa consegue pedir outras coisas.

Já nenhum dos Srs. Deputados desta casa consegue pedir para o parque escolar.

Nenhum Deputado desta casa consegue pedir outro tipo de legislação.

Nenhum Deputado desta casa tem medidas para a educação.

Ou seja, a única coisa que agora se exige ao Governo (como assumiu desde a primeira hora, na sua primeira intervenção nesta casa o Sr. Secretário da Educação) é que a grande batalha desta legislatura sejam os resultados. É a única coisa que agora aqui se exige...

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Não é passado?

**A Oradora:** ... como, e bem, o resto tivesse feito.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E quem se responsabiliza pelas outras legislaturas, Sra. Deputada? É a oposição?

**A Oradora:** Como o Governo já trabalhou nos governos anteriores para ter o parque escolar, a estabilidade docente, as políticas de integração em várias e diversificadas áreas curriculares, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Que o diga as Lajes do Pico!

**A Oradora:** ...trazer todos os meninos às escola, jovens e crianças para reduzir o absentismo, trazer as famílias a participar, como agora...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**A Oradora:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço-lhe, pela manifestação conjunta da bancada do PSD, que da próxima vez o senhor traga isso numa intervenção que eles possam todos colaborar e participar no debate ativamente, sem ser só em apartes.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Se tivéssemos tempo!

**A Oradora:** O Sr. Deputado Duarte Freitas fez as honras da casa, mas estão todos insatisfeitos, porque todos eles queriam falar de educação.

Traga numa figura regimental que lhes permita a todos intervir. É um pedido que lhe faço.

Continuando, eu diria que a única coisa que agora se pode fazer é pedir o desafio que o Governo estabeleceu para esta legislatura: obter resultados.

Então, como os últimos resultados são muito maus, indo buscar o PISA...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** A Sra. Deputada Cláudia Cardoso não se importou com os resultados!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quantos diplomas o PSD trouxe?

**A Oradora:** Já lá vamos, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Nos resultados do PISA, se bem perceberam e se viram as discussões a nível nacional que se pôs sobre essa matéria, o que eu assisti, na análise feita aos resultados do PISA, foi uma grande crítica ao Governo da República, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Já cá faltava!

**A Oradora:** ... da responsabilidade do PSD e do CDS-PP, de estar a estraçalhar as políticas educativas que estavam a progredir e que ainda nos últimos resultados do PISA mostraram melhoria. Este Governo da República está a estraçalhar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Só lá está há dois anos! A senhora não vai rir, vai chorar!

**A Oradora:** Já dizia Guterres que a educação é uma paixão.

**Deputados Joaquim Machado e Luís Rendeiro (PSD):** Viu-se!

**A Oradora:** Estão todos entusiasmadíssimos.

Disse o Sr. Secretário, e muito bem, que não quis o Governo na Região entrar em políticas destrutivas como entrou o Governo da República. Daí que a primeira atitude foi pôr no terreno medidas que obviamente só podem ter resultados nos resultados dos exames, e passe o pleonasma, quando passar de ciclo, aqueles que agora no 1º, no 2º, no 3º ano, do 1º ciclo, forem a exame.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Daqui a 12 anos!

**A Oradora:** Ou seja, as políticas na educação não são como “dar pontos” numa ferida e pôr uma pomada para passar dali a uma semana.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mas as do Governo da República já são!

**A Oradora:** É preciso tempo para as políticas agirem.

Mas há uma coisa que me faz sempre uma grande confusão cada vez que se fala de educação e cada vez que o PSD vem dizer que é uma tragédia.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Estamos à espera da sua justificação!

**A Oradora:** O Sr. Deputado Duarte Freitas estreou-se esta semana a dizer que é a “tragédia dos *rankings*”.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** E é verdade!

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Tragédia não! Drama!

**A Oradora:** Ainda não tinha falado. Veio falar de educação.

A tragédia dos *rankings*, sublinhar duas ou três questões, a burocracia, o facilitismo, a legislação variável, comparemos tudo... É uma tragédia!

Ah! Mas é que nestas três legislaturas em que eu estou nesta casa, a propositura...

*(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

**A Oradora:** Ok. Têm toda a razão. Vamos só a esta legislatura.

Qual foi o projeto de resolução sobre educação? Qual foi o projeto de decreto legislativo regional sobre educação? Quais foram as propostas estruturantes e contributivas do PSD para a área da educação?

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Zero!

**A Oradora:** Zero! Porquê?

Porque sempre estiveram de acordo com as políticas educativas do PS, ou então, não estando, também não têm alternativa.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É verdade!

**A Oradora:** Portanto, é muito bom vir falar aqui do *ranking* das escolas quando a produtividade ou a propositura a nível da educação é, da parte do PSD, zero.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso pede a palavra para?

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Um protesto.

**Presidente:** Um protesto a?

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** À intervenção do Sr. Deputado.

**Presidente:** Tem a palavra. São três minutos, Sra. Deputada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Não devia ter sido logo a seguir?

(\*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é a primeira vez, digamos assim, que o PSD vem pela voz do Sr. Deputado Duarte Freitas fazer essa espécie de voto pio, de que durante 17 anos o Governo da Região falhou em matéria de educação.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é uma contestação!

**A Oradora:** Uma verdade repetida mil... Aliás, uma mentira repetida mil vezes...

**Deputado Luí Rendeiro (PSD):** A boca fugiu-lhe para a verdade!

**A Oradora:** ... não se transforma em verdade.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor sabe, porque tem uns aninhos desta casa como eu também tenho, que o sistema educativo regional era muito diferente há 16 anos atrás.

**Deputado Joao Bruto da Costa (PSD):** E há 30!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Em qualquer parte do mundo!

**A Oradora:** Absolutamente diferente!

O senhor sabe que na altura que o PSD governava a Região teve intervenções meritórias no parque escolar e teve intervenções meritórias também ao nível da integração dos alunos, mas não teve as suficientes.

Quando nós entrámos no Governo em 96, havia muitos alunos fora da escola.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** E hoje também!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E agora?

**A Oradora:** E esses alunos que estavam fora da escola não contribuía para as taxas de insucesso porque simplesmente não estavam dentro da escola.

**Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** É verdade!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** O Sr. Deputado Duarte Freitas sabe, porque tem uns aninhos desta casa e tem a obrigação de saber pelas responsabilidades políticas que teve e que tem, que os Governos do Partido Social Democrata tinham instituições especiais onde as crianças com necessidades educativas especiais estavam, porque não as integravam na escola.

**Presidente:** Tem que terminar, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Foi o Governo do Partido Socialista que as integrou na escola. Mas tudo isso, Sr. Deputado, fez com que nós, durante anos, piorássemos os números do insucesso.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Onde é que eles estão agora?

**A Oradora:** Melhorámos os números do abandono. Piorámos os números do insucesso.

Agora, Sr. Deputado, vir aqui, depois de eu até já ter ouvido nesta casa os Srs. Deputados do PSD elogiarem algumas das medidas do Governo Regional...

**Presidente:** Tem que terminar, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... dizer que efetivamente durante 17 anos foi um desastre, isto não é, em absoluto, verdade.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Ah! Em absoluto!

**A Oradora:** Durante estes 17 anos, nós tivemos medidas corajosas de integração, de inclusão, e mesmo assim conseguimos, em muitos desses anos – e os Srs. Deputados, sobretudo aqueles que costumeiramente se dedicavam à educação, sabem – resultados acima da Madeira...

**Presidente:** Sra. Deputada...

**A Oradora:** ... acima da zona do Alentejo. Portanto, não estivemos no fundo da tabela.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas isto é um protesto?

**A Oradora:** Tivemos, sim, razões para estar contentes com a melhoria daquilo que era o nosso ponto de partida. O nosso ponto de partida aqui, Sr. Deputado Duarte Freitas, foi injustamente baixo.

Portanto, não é correto encher o peito de ar e vir fingir que o tempo não aconteceu.

**Presidente:** Sra. Deputada...

**A Oradora:** Aconteceram coisas boas, como aconteceram más.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas isto é um protesto?!

**A Oradora:** Dizer que somos os piores de tudo e que nada fizemos, é mentira, não é aceitável e é contra isso o meu protesto.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto foi uma intervenção, não foi um protesto!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sr. Deputado Duarte Freitas, para um contraprotesto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer, Sra. Presidente, que tenho muito gosto em fazer uma intervenção, em jeito de contraprotesto, à intervenção que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso fez. Tenho sempre muito gosto nisso.

A figura regimental talvez não tenho sido aplicada da melhor forma, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Não seja assim!

**O Orador:** ... mas é sempre interessante poder responder à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, eu compreendo o que a senhora sente, da maneira como o atual Governo e alguns dos seus colegas têm tratado o seu trabalho.

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Não!

*(Diálogo entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)*



**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A senhora certamente, como é boa gente, também se sente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

Tem que se sentir com aquilo que os seus colegas e o atual Governo lhe têm vindo a fazer.

Por isso compreendo e tenho muito gosto que a Sra. Presidente lhe tenha permitido fazer este protesto, que é um protesto basicamente (percebemos!) ...

**Deputada Cláudia Cardoso (PS):** É uma posição da verdade!

**O Orador:** ... mais dirigido a algumas pessoas da sua bancada e ao Governo que a senhora suporta. Eu compreendo-a muito bem.

Dito isto, nada mais tenho a dizer face a esta compreensão que tenho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor não tem nada a dizer?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Berto Messias (PS):** O Sr. Deputado Duarte Freitas perdeu uma boa oportunidade!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar o debate, o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem 1 minuto.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Trouxe aqui uma questão que é uma urgência.

Pedem-me tempo para os resultados. Já tivemos 17 anos. Dezassete anos é um longo período de governação. É um período em que podem ser implementadas medidas para que os Açores hoje... Não estamos à frente da Madeira, Sra. Deputada, nem do interior alentejano, estamos mesmo em último lugar.

Não se compreende que se gaste um quarto do orçamento desta Região e que se tenha estes resultados. Estas medidas não são aceitáveis para a Autonomia dos Açores.

Quando eu exijo resultados, não são resultados para o final da legislatura, são resultados já, este ano, no próximo.

Os alunos dos Açores não podem ser os piores estudantes do país. O nosso sistema educativo não pode continuar a ficar em último lugar.

Isto é uma urgência.

O que eu pedia era dinamismo, uma ação concreta, algo que modifique a situação em que estamos. Não é preciso produzir muita legislação, não é preciso criar novas instalações escolares.

É necessário reorganizar as coisas, motivar os profissionais, melhorar a organização do sistema educativo, gerir resultados, motivar todos os agentes educativos. É necessário que os Açores saiam desta situação em que se encontram.

Esta é uma urgência e o que peço é este dinamismo, esta vontade de atacar o problema, esta vontade de vencer.

O povo dos Açores, como acabei de referenciar, Sra. Presidente (e termino), merece. Está no seu ADN ficar entre os melhores. É isto que eu exijo a este Governo.

Os alunos dos Açores têm que de deixar de estar no fundo da tabela e têm que estar aqui em cima, que é o seu lugar, o lugar da nossa história...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... o lugar que os açorianos exigem e o lugar que os recursos que esta Assembleia, este Governo, esta sociedade conduz e projeta para que estes resultados apareçam.

Estes resultados têm que aparecer.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem que terminar, Sr. Deputado. Já terminou.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é um homem educado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, encerramos os nossos trabalhos por agora. Regressamos às 15 com a Agenda da Reunião.

*Eram 13 horas e 15 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde a todos. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 11 minutos.*

Conforme foi decidido em Conferência de Líderes, os pontos 8, 9 e 10 da nossa Agenda, serão discutidos em conjunto.

Cada bancada tem direito a um total de 15 minutos, em duas intervenções, que poderão ser de deputados diferente, naturalmente.

Peço à Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Arlinda Nunes, para proceder à apresentação, em conjunto, das 3 petições que estão em causa.

**Deputada Arlinda Nunes (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Membro do Governo:

#### RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 10/X

“Contra o encerramento do serviço de atendimento urgente do centro de saúde da Praia de Vitória, aos dias de semana a partir das 20 horas, aos sábados à tarde e aos domingos todo o dia.”

**ANGRA DO HEROÍSMO, 21 DE NOVEMBRO DE 2013**

### **CAPÍTULO I**

#### **Introdução**

A 18 de junho de 2013 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 10/X, intitulada “Contra o encerramento do serviço de atendimento urgente do centro de saúde da Praia de Vitória, aos dias de semana a partir das 20 horas, aos sábados à tarde e aos domingos todo o dia”, que reúne um total de 2482 (duas mil, quatrocentas e oitenta e duas) assinaturas, tendo como primeiro signatário João Manuel dos Santos Rodrigues.

A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para relato e emissão de parecer, o que veio a acontecer a 21 de Novembro de 2013.

## **CAPÍTULO II**

### **Enquadramento Jurídico**

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à Saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

## **CAPÍTULO III**

### **Apreciação da Petição**

a) **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 27 de Junho de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Angra do Heroísmo, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) **OBJETO DA PETIÇÃO**

A presente petição tem como objeto manifestar o desagrado pela retirada de acesso aos cuidados de saúde, aquando da proposta apresentada pelo Secretário Regional da Saúde, “ que prevê o encerramento do SAU” do Centro de Saúde da Praia da Vitória “à noite nos dias de semana, aos domingos todo o dia e sábados à tarde”. Segundo estes, “os mais de 21 mil habitantes deste concelho a que se junta a população flutuante, como por exemplo os cidadãos da base das Lajes e outros, ficarão privados de um serviço que lhes é prestado desde a segunda metade da década de setenta no então chamado hospital concelhio da Praia.” Tal medida, para além “das medidas do Governo da República como as taxas moderadoras”, reflete uma redução significativa do “acesso à saúde” e num acréscimo da despesa para os utentes, não esquecendo na voz destes que, a Praia da Vitória é “um concelho à beira de uma grave crise de desemprego, tendo em conta os despedimentos da base americana”. Esta foi a forma encontrada para contestar esta proposta, que no entender dos peticionários adveio “de quem não conhece a realidade do concelho e as necessidades da sua população” e solicitam a intervenção da Assembleia Legislativa Regional e do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores para que os cidadãos da Praia da Vitória não sejam mais penalizados.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Para efeitos de emissão de parecer e relatório, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário
- Audição do Sr. Secretário Regional da Saúde

### **1) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR**

O primeiro subscritor, senhor João Manuel dos Santos Rodrigues, foi ouvido em sede de Comissão, a 30 de agosto de 2013, na delegação de Angra do Heroísmo da Assembleia Legislativa Regional, onde prontamente se disponibilizou para entregar, por escrito, o resumo da sua exposição que passamos a transcrevê-la, para que corresponda, com a máxima fidelidade, ao explanado:

«Como primeiro signatário do abaixo-assinado/petição que circulou no Concelho de 20 de Maio a 20 de Junho, represento, hoje, os 3045 cidadãos que subscrevem a petição cujas assinaturas foram recolhidas por médicos, enfermeiros, auxiliares, administrativos do Centro de Saúde, autarcas e cidadãos com filiação partidária e independentes. Enfim, um número muito significativo de pessoas que defendem:

1 – O Serviço Regional de Saúde;

2 – A manutenção do funcionamento de Centro de Saúde da Praia da Vitória com as atuais valências e horários, já que responde às solicitações dos seus utentes, de forma exemplar.

Se o Centro de saúde não funciona melhor é porque o laboratório de análises clínicas está encerrado, o point care tem falhas frequentes de Kits não fazendo leucograma e p. hepáticas, por exemplo e o RX, embora com 4 técnicos (uma está de licença de maternidade), funciona de modo deficitário, (suponho que seja para não pagarem horas extra). Assim em Junho esteve fechado 9 noites, em Julho 15 noites, em Agosto 21 noites e em Setembro está previsto que encerre 15 noites.

Aproveito a oportunidade para informar que a taxa de referenciação em 2012 foi de 2,1, 23485 utentes atendidos e 507 transferidos.

Também os dados de atendimento das 20 às 24 horas desmentem completamente os números apresentados pelo Sr. Secretário no debate sobre o assunto, no dia 5 de Junho de 2013 que eram, e cito “3/4 utentes por noite”. A realidade mostra outros números, que podem ser confirmados junto dos serviços:

Em 2012 foram 9,2 por noite; Em 2013, de Janeiro a Maio 13/14; Junho 14; Julho 15,4; Agosto 16,4.

Se tal proposta inconsequente fosse para a frente haveria uma redução do funcionamento do S.A.U. de 42,8%.

Gostaria de ter acesso, se possível, aos dados de todos os centros de saúde da Região dos atendimentos das 20 às 24 horas e os dados de S.I.V. em todas as ilhas, conforme o Sr. Secretário se comprometeu, quando lhe foi colocada a questão no debate de 5 de Junho.

Gostaria de recordar a tomada de posição da Câmara Municipal da Praia da Vitória e especialmente, do seu Presidente Roberto Monteiro, numa intervenção muito determinada e objetiva em que rejeitou esta proposta contra os interesses do Concelho, assim como outros autarcas e cidadãos empenhados na defesa deste Centro de Saúde sendo todos unânimes na rejeição desta proposta.»

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimento, com as intervenções dos deputados Judite Parreira, Luís Maurício e Domingos Cunha.

A deputada Judite Parreira usou da palavra afirmando que, tendo conhecimento da incompreensão pelo encerramento do Centro de Saúde da Praia da Vitória, questionou o primeiro peticionário, Senhor João Rodrigues, se não considera também significativo o encerramento deste Centro de Saúde aos sábados à tarde e aos domingos durante todo o dia? Referiu como preocupação e a título de exemplo, o que poderá significar um dia e meio, o Centro de Saúde fechado no período de verão, onde há uma maior concentração de festas e nomeadamente, de touradas. Questionou também, com o funcionamento deficitário do RX e com base no número de dias que esteve encerrado, para onde foram

encaminhados os doentes, se foram para Angra e quais os custos que esse transtorno acarretou?

O deputado Luís Maurício interveio para solicitar que aos dados solicitados ao Senhor Secretário, relativamente às S.I.V., sejam acrescentadas as descrições das patologias dos doentes transportados nas mesmas.

O primeiro peticionário, Senhor João Rodrigues no uso da palavra, concordou integralmente com a preocupação deixada pela deputada Judite Parreira. Efetivamente, os custos com as deslocações para Angra são enormes, disse; quer pelo fato das taxas moderadoras serem mais caras, quer pelo fato de nem todos os cidadãos terem viatura particular, ficando obrigados a recorrer a outras formas de transporte pagas pelos doentes, uma vez que também as ambulâncias não conseguem dar respostas a todas as solicitações.

Em relação ao fator introduzido pelo deputado Luís Maurício, o primeiro peticionário concordou, sendo favorável a que haja o máximo de transparência possível nestas situações.

O deputado Domingos Cunha interveio perguntando se os dados da frequência no atendimento urgente aquando da explanação feita no início pelo primeiro peticionário, correspondiam ao período compreendido entre as 19h30 e as 24h, ao que o Senhor João Rodrigues prontamente respondeu que sim.

O deputado Domingos Cunha referiu ter conhecimento que o serviço de imagiologia tem quatro técnicos ao serviço. Questionou de seguida o primeiro peticionário, qual é que este considera ser a razão para que o serviço de urgência não consiga dar resposta às solicitações, ao que o senhor João Rodrigues alegou só vislumbrar como viável, questões economicistas.

Este deixou em aberto, a possibilidade de encarar o funcionamento do serviço de imagiologia sob direção de uma Comissão.



O documento solicitado pelo primeiro subscritor no âmbito desta audição, bem como os dados solicitados por acréscimo pelo deputado Luís Maurício anexam-se ao presente relatório, do qual fazem parte integrante.

## **2) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE (SRS), DR. LUÍS CABRAL**

O SRS foi ouvido em sede de Comissão a 08 de outubro de 2013, na delegação de Angra do Heroísmo, onde lembrou que esta petição foi formulada numa altura em que o Governo Regional não tinha uma posição definitiva sobre o assunto. Esta proposta, tal como todos os outros documentos apresentados, foram tidos em consideração para a elaboração do Documento Final da Saúde e neste caso concreto, foram mantidos os moldes de funcionamento habituais. Esclarece que, a proposta apresentada pelo Governo Regional tinha uma base de fundamentação, nesta situação pretendia-se libertar os médicos de família para o atendimento de urgência, sendo que agora torna-se necessário recorrer a outros médicos para o atendimento urgente, uma vez que os médicos de família continuam afetos ao atendimento dos utentes.

De seguida, deu-se início a um período de pedidos de esclarecimento, com as intervenções das deputadas Judite Parreira e Graça Silveira.

A deputada Judite Parreira confrontou o SRS com algumas dúvidas, o receio desta medida, de manter o Centro de Saúde da Praia da Vitória com o mesmo horário não ser de longa duração; o objetivo da proposta inicial era libertar os médicos de família para o serviço de urgência, se não for possível contratar novos médicos, significa o que o serviço de urgência poderá fechar? Perante a informação de que o Centro de Saúde não funciona melhor devido a vários fatores, tais como o RX que tem quatro técnicos e funciona de modo deficitário, o “point of care” ter falhas frequentes, etc, se está prevista alguma medida para melhorar estas situações.

O SRS respondeu que em relação à primeira questão, a intenção de um Plano de Saúde é ser uma medida a longo prazo, logo não há intenção que esta decisão de manter o Centro de Saúde da Praia da Vitória nos moldes de funcionamento atuais seja provisória; à segunda questão, o SRS a situação está ultrapassada com a contratação de dois novos médicos proveniente da Força Aérea da Base das Lajes, que permitirão manter o serviço a funcionar nos moldes habituais e encontrar uma melhor solução com mais tempo. No que respeita ao mau funcionamento do Centro de Saúde da Praia da Vitória elencado pela senhora deputada, o SRS lamenta não ter tido conhecimento desses fatos de forma oficial, estranhando não ter sido reportado por parte do Centro de Saúde essas limitações, informando mas que irá proceder ao apuramento dos fatos.

A deputada Graça Silveira pediu esclarecimento sobre as diferenças entre serviço permanente e serviço de urgência, ao que o SRS esclareceu que se trata de semântica, permanência pressupõe 24h. Tratando-se de um atendimento das 08h às 24h00, torna-se mais esclarecedor referi-lo como serviço de urgência.

## **CAPÍTULO IV**

### **Parecer**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 2482 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) O “Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde” apresentado pelo Governo Regional, através do Secretário Regional da Saúde,

no dia 1 de Setembro de 2013, prevê que se mantenha o funcionamento do Centro de Saúde da Praia da Vitória com as atuais valências e horários;

3) As afirmações proferidas pelo Sr. João Rodrigues quanto ao menos adequado funcionamento do Rx e do laboratório de análises, incluindo o equipamento “Point-of-Care”, devem ser objeto de avaliação e correção, cabendo à Secretaria Regional da Saúde averiguar junto do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha Terceira e adequar o normal funcionamento dos referidos equipamentos à prestação de cuidados a prestar;

4) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

**A Relatora:** Arlinda Maria Focha Nunes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** Domingos Cunha

## **RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 11/X**

### **“REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE/ENCERRAMENTO DO SAP NO CENTRO DE SAÚDE DE NORDESTE”**

**ANGRA DO HEROÍSMO, 06 DE DEZEMBRO DE 2013**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Introdução**

A 02 de julho de 2013 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 11/X, intitulada “Reestruturação do Serviço Regional de Saúde/Encerramento do SAP no

Centro de Saúde de Nordeste”, que reúne um total de 2103 (duas mil cento e três) assinaturas, tendo como primeiro signatário Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral.

A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para relato e emissão de parecer, o que veio a acontecer a 06 de dezembro de 2013.

## **CAPÍTULO II**

### **Enquadramento Jurídico**

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à Saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

## **CAPÍTULO III**

### **Apreciação da Petição**

#### **d) ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 30 de agosto de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Angra do Heroísmo, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

e) **OBJETO DA PETIÇÃO**

A presente petição tem como objeto “solicitar ao Governo Regional que o Centro de Saúde de Nordeste **não encerre os seus serviços no período noturno, como agora está previsto**” pela “proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde do Governo Regional” que prevê o seu encerramento “entre as 20 horas e as 8 horas”. Justificam o objeto da petição pela distância entre Nordeste e Ponta Delgada, com a agravante das “chuvas fortes, derrocadas e interrupções da via pública” e pelo “contexto económico e social atual com situações de carência económica graves das populações” e ainda a “população envelhecida” com dificuldades de deslocação até Ponta Delgada, como sendo fatores negativos a ponderar nesta situação em concreto. Como fator abonatório, sublinham o bom serviço do Centro de Saúde de Nordeste reconhecido pelos indicadores existentes e pelas diversas avaliações feitas ao longo dos tempos que o colocaram em termos de qualidade como um dos melhores do país.

f) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Para efeitos de emissão de parecer e relatório, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário
- Audição do Sr. Secretário Regional da Saúde

3) **AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR**

O primeiro subscritor foi ouvido em sede de Comissão, por videoconferência da Delegação de S. Miguel, na reunião de 01 de novembro de 2013, na delegação de Angra do Heroísmo da Assembleia Legislativa Regional. O primeiro subscritor, Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral fez chegar, amavelmente, à Comissão Permanente de Assuntos Sociais a sua exposição em versão escrita, que passamos a transcrever, para que corresponda, com a máxima fidelidade, ao explanado:

«Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Senhoras e senhores deputados.

É para mim uma grande honra vir como representante do povo do Nordeste, que durante anos teve de lutar contra muitas contrariedades, sendo mesmo considerado a décima ilha, berço de ilustre açorianos espalhados pelo mundo e que não vão baixar os braços contra aqueles que os querem mais uma vez fazer sofrer, encerrando serviços, prejudicando-os no seu acesso, como forma de contenção de despesa, sem evidentes ganhos de eficiência. É uma opção política errada.

A melhoria dos serviços públicos, em benefício dos cidadãos, que são, afinal, a sua razão de ser, é uma exigência que se impõe sempre à Administração Nacional ou Regional, sem que tenha de implicar o encerramento de serviços, como é o caso da proposta de reestruturação do Centro de Saúde do Nordeste.

Muito sinceramente, não acredito que o centro de saúde do Nordeste encerre das zero horas até às oito, porque, na infeliz apresentação da proposta feita pelo senhor secretário da saúde no Nordeste, este garantiu que estas alterações nada tinham a ver com questões financeiras e que respeitaria as decisões dos nordestenses. Ora, este abaixo-assinado não é mais do que os nordestenses dizerem que estão contentes com os cuidados de saúde prestados no seu Centro de Saúde, ao longo destes anos, e que já o colocou em termos de qualidade como um dos melhores do país. Por isso, agradecemos que retifiquem o que funciona mal e não estraguem o que está bem.

Também fiquei mais descansado quando vi ser aprovado na ALRA, por todos os partidos, e muito bem, um voto de protesto e repudiada a intenção do encerramento de serviços locais de finanças. Ora, se os serviços de finanças são importantes para as pessoas, muito mais são os centros de saúde, pois é ali que se salvam vidas e se alivia o sofrimento, principalmente quando se tem uma população envelhecida e com grandes dificuldades económicas, pelo que se exige a mesma postura daqueles em quem confiamos com o nosso voto, para nos defenderem desta e de outras injustiças.

Todos os nordestenses estão cobertos com o seu médico de família, não têm consultas em atraso, e o SAP está aberto para fazer consultas não programadas. Também é no SAP que se têm salvado muitas vidas, devido à proximidade do Centro de Saúde das pessoas e da confiança que depositam em todos os bons profissionais que ali trabalham, de dia e de noite, para que os nordestenses se sintam seguros a qualquer hora.

Mas, vamos a alguns exemplos:

Durante a noite, uma hora da manhã, um casal jovem e desempregado que habita no bairro ao lado do centro de saúde depara-se com o seu bebé a entrar em convulsão; telefona para o 112, e passados quarenta e cinco minutos chega a SIVE, que chama uma ambulância para seguirem para Ponta Delgada, onde chega às urgências, na melhor das hipóteses, às três da manhã. Como a criança entra já bem roxa e corre perigo de vida, é logo atendida e, felizmente, tem alta às cinco da manhã. Como este casal não tem carro, terá de esperar pelo autocarro para o Nordeste às sete horas. Pergunto eu: é isto que queremos para os nossos jovens?

Um idoso da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste, que está a dois minutos do Centro de Saúde, cai durante a noite, racha a cabeça, necessita de levar pontos e fazer pequenos tratamentos. É também encaminhado para Ponta Delgada e, felizmente, não necessita de internamento. Tem alta às quatro da manhã. Agora, só lhe resta vir, debaixo de temporal, para a baixa de Ponta Delgada, apanhar o autocarro das sete horas. De certeza que não foi para isto que se lutou pela autonomia!

Já agora o que fazer com o internamento? Vamos mandar toda a gente para o hospital de Ponta Delgada, afastando-os dos seus familiares? Vamos deixar morrer as pessoas em suas casas? Não foi para isto que fizemos o vinte e cinco de Abril.

Poderia estar aqui toda a tarde a dar exemplos de situações que passarão a acontecer se esta proposta for para a frente por teimosia ou falta de sensibilidade para com os mais fracos. Espero que todos saibam assumir as suas responsabilidades, quando chegar a hora de um povo honesto e trabalhador exigir que seja feita justiça pelas injustiças praticadas ou pela perda de um ente querido.

Neste sentido, urge erguer bem alto a voz do povo Nordestense para repudiar mais este atentado político, que visa, apenas e só, continuar a dismantelar os serviços prestados pelos governos, através do fim do carácter de proximidade que devia nortear qualquer serviço público.

Senhor Presidente da Comissão.

Senhoras e senhores deputados.

Foi como muito orgulho que, durante oito anos frequentei esta casa, onde colaborei na tomada de decisões que contribuíram para uma melhor qualidade de vida do povo Açoriano e dos Nordestenses em particular. Lutei para que os idosos do Nordeste tivessem apoio ao domicílio ao fim de semana, lutei para que os jovens deficientes do Nordeste tivessem um centro de atividades ocupacionais, pois são estes os mais frágeis, e tive muito orgulho em servir um governo forte que ajudou os mais fracos. Passados alguns anos, cá estou outra vez ao lado dos mais fracos, esperando que o bom senso e os ideais em que acreditamos permaneçam.

Desejo a todos os senhores deputados votos de um bom trabalho, nestes tempos difíceis que o povo açoriano atravessa e só com a união de todos será possível melhorar.

Obrigado em nome do Nordeste.»

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimento, no qual intervieram os deputados Luís Maurício e Domingos Cunha.



O deputado Luís Maurício informou o primeiro subscritor sobre a posição contra do PSD perante este fato. Segundo o deputado, não existe justificação para o encerramento noturno do Centro de Saúde de Nordeste, uma vez que o atendimento de proximidade se encontrava salvaguardado. Salientou que em causa está não só a distância entre o centro de Nordeste para o centro de Ponta Delgada, mas também as distâncias das zonas limítrofes; que o Centro de Saúde de Nordeste possui internamento, com doentes que irão continuar a existir e que o número de camas no Hospital de Ponta Delgada não irá aumentar. Este fato traduz-se, no seu entender, numa perda de qualidade dos serviços de proximidade para uma população maioritariamente envelhecida, perdem-se mais-valias no atendimento ambulatorio, onde, por exemplo, uma infeção urinária poderia ser bem tratada com internamento momentâneo e subsequente prescrição oral. O deputado aproveitou a oportunidade para se referir aos Centros de Saúde de Vila Franca do Campo, Ribeira Grande e Nordeste, dizendo que o documento final sobre a Restruturação da Saúde divulgado a 01 de setembro demonstra ter havido retrocesso no que diz respeito aos cuidados primários, levantando aqui a questão da defesa dos direitos aos cuidados de saúde de todos os açorianos.

O deputado Domingos Cunha saudou a iniciativa da petição como um exemplo de responsabilidade cívica e de cidadania que a todos dignifica. Questionou o primeiro subscritor se este tem conhecimento do número de médicos que exercem atividade no Centro de Saúde de Nordeste com caráter permanente e se tem uma noção do número médio de inscrições de utentes entre as 24 horas e as 8h00 durante a semana e aos fins-de-semana.

O peticionário respondeu que tem conhecimento de serem 3 médicos e 2 internos a prestar apoio à população; quanto à segunda questão, afirmou que são muitas, mas o que mais importa aqui é salvar vidas, nem que seja apenas uma....

Sublinhou que é importante a população sentir que numa situação de crise noturna pode recorrer e contar com o Centro de Saúde de Nordeste, com os médicos e com os enfermeiros, ao contrário, o que irá acontecer em muitos

casos será aguardarem em casa para evitar a deslocação a Ponta Delgada durante a noite, correndo o risco de ser tarde demais, interrogando a quem será imputada responsabilidade nestas situações.

#### **4) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE (SRS), DR. LUÍS CABRAL**

O SRS foi ouvido em sede de Comissão a 08 de outubro de 2013, na delegação de Angra do Heroísmo, onde disse compreender a pertinência desta petição e a sua importância ao longo do período de discussão do Plano Regional de Saúde. Sublinhou que este propósito foi alterado e consta no documento final divulgado a 01 de setembro. Nesta situação em concreto, o encerramento do SAP do Centro de Saúde de Nordeste será entre as 24 horas e as 08 horas, idêntico ao horário previsto para o Centro de Saúde de Praia da Vitória. Esta foi uma decisão ponderada em vários fatores, nomeadamente a opinião pública manifestada no devido tempo, a afluência verificada após as 24 horas, a resposta de atendimento em Ponta Delgada e a distância facilitada pelas SCUT entre Nordeste e Ponta Delgada.

No período de pedidos de esclarecimento que se seguiu intervieram os deputados Carlos Mendonça e Luís Maurício,

O deputado Carlos Mendonça dirigiu três questões ao SRS: se tem conhecimento do número de utentes atendidos no período entre as 24 horas e as 8 horas; quantos utentes são transferidos para a urgência de Ponta Delgada; e se há abertura pela parte do Governo Regional para manter o serviço de internamento do Nordeste nos moldes habituais, onde fica com presença física o serviço de enfermagem durante as 24 horas no serviço de internamento do centro de saúde, ou seja, em vez do utente contactar o call center no domicílio, dirigir-se ao centro de saúde de Nordeste, ter a porta aberta e o enfermeiro que está presente no internamento apoiar na triagem (como é habitual atualmente) com o próprio call center e assim definir o grau de emergência em que se encontra o utente. Desta forma, a porta do centro de saúde pode continuar aberta durante a noite a quem for pedir auxílio ao serviço de enfermagem. O

SRS disse ser difícil precisar números, porque acontece frequentemente os médicos atenderem os seus próprios doentes nestas circunstâncias, adiantando no entanto, uma média de 2 utentes inscritos entre as 24 e as 08 horas e um utente inscrito ao fim-de-semana; quanto a doentes transferidos para Ponta Delgada indicou que em média é um por dia no período entre as 8 e as 16 horas, sendo que no período entre as 24 e as 08 horas as evacuações não são frequentes, à semelhança, de resto, do que acontece com as ilhas de Santa Maria e Graciosa, podendo considerar-se em média uma evacuação por semana. Reportando-se à dúvida dos internamentos, o SRS esclareceu que estes funcionarão de forma regular, e que existe uma evolução nesta matéria, sendo possível articular um projeto em que o enfermeiro que estiver na Unidade de Saúde faça o atendimento em primeira linha. O SRS lembrou que o horário de serviço do médico permanente é das 8 horas às 20 horas, estando a contar com a contratação de mais médicos para melhorar a resposta em termos de atendimento urgente e de atendimento permanente dos utentes. Importa referir que o Secretário ficou com a sugestão do serviço de enfermagem poder apoiar o call center na respetiva triagem dos utentes que possam aparecer no centro de saúde de nordeste entre as 00:00 e as 08:00 horas.

O deputado Luís Maurício interveio sublinhando que o Centro de Saúde do Nordeste tem um centro de atendimento permanente com um médico, o qual é chamado depois do enfermeiro ter feito a triagem ao doente e alertou que em relação aos doentes internados neste Centro de Saúde é necessário ter em conta a componente social e o grau de gravidade dos doentes atendidos no SAP, sendo certo que em alguns casos os médicos resolvem a situação, pretendendo agora transformar-se, na sua opinião, os internamentos dos Centros de Saúde da Ribeira Grande, Nordeste e Vila Franca do Campo em Unidades de Cuidados Continuados, reencaminhando os casos agudizados para Ponta Delgada; questionou se estes três centros de saúde terão capacidade de resposta no que respeita a camas. O deputado realçou que relativamente às distâncias, não podemos pensar apenas em quem vive nos centros das localidades, mas também

nos que vivem nas periferias e a situação do Nordeste requer ser otimizada, encontrando uma solução equilibrada e justa para as populações.

O SRS disse ser necessário diferenciar o que são cuidados hospitalares ao tratamento ambulatorio havendo um ganho para o utente, que não sendo casos agudos podem ser tratados pelo médico de família; quando se fala em descompensação de doentes crónicos, estes são casos que têm de ser acompanhados, sendo o internamento numa Unidade Hospitalar e não no Centro de Saúde o procedimento aconselhado. O SRS mencionou a intenção de fixar mais médicos nos Açores e redefinir os papéis de cada Unidade Hospitalar. O serviço call center irá ser mais funcional nesta matéria, permitindo que o doente com uma situação não urgente em vez de ser atendido à 1 ou 2 horas da madrugada seja atendido de manhã, não esquecendo que um médico que seja chamado às 3 horas para medicar uma amigdalite e às 6 horas para medicar uma infeção urinária terá menor capacidade de reação durante o dia porque efetivamente não descansou durante a noite.

O deputado Luís Maurício defendeu existirem situações clínicas distintas e que os médicos em prevenção no Centro de Saúde do Nordeste podem resolver determinadas situações. Assim, sublinhou a opinião de se justificar a existência de um médico de prevenção no Centro de Saúde do Nordeste e do serviço de call center funcionar ao mesmo tempo do médico de prevenção. Realça a necessidade de se fazer um esforço para fixar os internos em medicina geral e familiar, destacando que se deveria dar prioridade aos açorianos em detrimento dos que cá vieram apenas fazer a formação. Concluiu, reafirmando a sua discordância em não manter-se no Centro de Saúde de Nordeste a situação anterior e em não transpor esta opção para o Centro de Saúde de Vila Franca do Campo e Ribeira Grande, questionando se o Governo Regional pretende ou não aumentar o número de camas existentes no Hospital de Ponta Delgada de forma a responder aos doentes agudizados que para lá se deslocarão.

O SRS anunciou que é intenção do Governo Regional manter médicos exclusivamente no atendimento do serviço urgente com alguma capacidade de internamento para as ilhas que não tenham hospital. Quanto às camas no

Hospital de Ponta Delgada, o SRS respondeu que a capacidade deste não está esgotada pelo que não se prevê o aumento do número de camas, informando ainda que após uma avaliação médica dos doentes solicitada aos Centros de Saúde de Nordeste, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo verificou-se que mais de 80% consubstanciavam doentes de cuidados continuados e não urgência e que dos restantes 20 % alguns são internados para fazerem tratamentos que podem realizar de outra forma. O SRS explicou ainda que os profissionais de medicina interna familiar fazem formação em reumatologia; os internistas têm 5 anos de formação e os de medicina geral e familiar fazem três meses, sendo necessário perceber se podem ou não tratar de determinadas situações ou se terão que as reencaminhar. Quanto ao atendimento na manhã seguinte, também aqui é necessário compreender se o doente tem capacidade para aguardar para a manhã seguinte e ter uma consulta com o seu médico de família porque será vantajoso para ambas as situações. Se houver a cobertura total por Médicos de Família é que não se justifica que assim não suceda. Quanto à opinião do deputado em manter médico de prevenção de forma física, o SRS disse que dentro do cenário anterior, os médicos não iriam aceitar e que será necessário haver um acordo entre ambas as partes, visto não ser possível obrigar a fazer regime de prevenção.

## **CAPÍTULO IV**

### **Parecer**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Sub-Comissão de Assuntos sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

5) Considerando que a presente petição foi subscrita por 2103 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1do artigo 192º do respetivo Regimento;

- 6) O objeto da Petição centra-se sobre o documento “Proposta de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Governo Regional, através do Secretário Regional da Saúde, em Abril de 2013.
- 7) Os peticionários manifestam a sua oposição ao encerramento do SAP do Centro de Saúde do Nordeste, no período noturno – das 20h00 às 08h00, por considerarem que fica prejudicado o acesso a cuidados de saúde, sem ganhos de eficiência;
- 8) Consideram que os cuidados de saúde prestados ao longo dos anos satisfazem as necessidades da população, nomeadamente, os mais idosos, e que o Centro de Saúde do Nordeste, em termos de qualidade, foi reconhecido como um dos melhores do país;
- 9) Afirmam que, também, é no SAP que se têm salvado muitas vidas e depositam a maior confiança nos bons profissionais que lá trabalham;
- 10) Defendem a manutenção deste serviço público e que não existe justificação para o encerramento noturno do SAP;
- 11) Reconhece-se que existem situações clínicas distintas e a necessidade de se continuarem os esforços para a fixação dos internos de medicina geral e familiar;
- 12) Algumas das alterações/sugestões/opiniões foram consideradas na elaboração do documento “Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde”, apresentado no dia 1 de Setembro de 2013;
- 13) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

**A Relatora:** Arlinda Nunes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** Domingos Cunha

## **RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIÇÃO DA PETIÇÃO Nº 12/X**

### **“CONTRA O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA SAÚDE PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES”**

**ANGRA DO HEROÍSMO, 21 DE NOVEMBRO DE 2013**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Introdução**

A 23 de julho de 2013 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 12/X, intitulada “Contra o Plano de Reestruturação da Saúde para a Região Autónoma dos Açores”, que reúne um total de 1641 (mil seiscentas e quarenta e uma) assinaturas, tendo como primeiro signatário Carlos Fernando Mimoso Vouzela. A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para relato e emissão de parecer, o que veio a acontecer a 21 de novembro de 2013.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Enquadramento Jurídico**

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de Agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de Dezembro, as matérias relativas à Saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Apreciação da Petição**

##### **g) ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 16 de agosto de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Angra do Heroísmo, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

##### **h) OBJETO DA PETIÇÃO**

A presente petição tem como objeto manifestar o “forte desagrado pelas decisões que vão ser tomadas ao abrigo de simples argumentos economicistas” após uma análise feita ao Plano de Reestruturação da Saúde para a Região Autónoma dos Açores e constatar que o mesmo “é penalizador para cerca de 50% da população do Arquipélago, na medida em que concentra grande parte das especialidades clínicas, técnicas de diagnóstico e tratamento numa só ilha (Ilha de S. Miguel). Perante tal facto, não há uma lógica de sustentabilidade que equacione as diferentes parcelas insulares e a inevitabilidade de que 50% da população açoriana, em determinados casos clínicos, tenha de fazer deslocações onerosas, nalguns casos prolongadas, que irão alterar profundamente o equilíbrio social e económico, até agora, salvaguardado pelo Serviço Público de



Saúde no Arquipélago.” Sendo que, a implementação desta reestruturação demonstra “um claro desnorte nos investimentos que se fizeram na área da saúde, dado que foram criadas estruturas modernas e sobredimensionadas que em nada parecem contribuir para a melhoria dos serviços de saúde das populações, na medida em que ficarão desaproveitadas ou simplesmente abandonadas”. Finalizam, afirmando que “não foi devidamente calculado o impacto real na economia das duas ilhas mais afetadas (Faial e Terceira) [...] bem como as consequências que essas medidas terão no acesso aos cuidados de saúde da maioria da população, nomeadamente aqueles com menores recursos.” “Está em causa o próprio sistema autonómico, a filosofia que lhe esteve na génese e os fundamentos para o continuar e aprofundar”.

#### i) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Para efeitos de emissão de parecer e relatório, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário
- Audição do Sr. Secretário Regional da Saúde

#### 5) **AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR**

O primeiro subscritor foi ouvido em sede de Comissão, a 30 de agosto de 2013, na delegação de Angra do Heroísmo da Assembleia Legislativa Regional.

Tendo, amavelmente, o professor Carlos Vouzela feito chegar à Comissão Permanente de Assuntos Sociais um resumo da sua exposição, passamos a transcrevê-la, para que corresponda, com a máxima fidelidade, ao explanado:

«Analisando pormenorizadamente o Plano de Reestruturação da Saúde para a Região Autónoma dos Açores, e sem bairrismos inúteis, podemos verificar que o mesmo é centralizador. Ou seja, baseando-se o mesmo em critérios e rácios (aqui estou a falar em camas hospitalares por número de habitantes) determinados e testados para uma realidade que não é a nossa, por causa da descontinuidade territorial da Região, mas sim para a do Continente Português,

faz com que grande parte das especialidades clínicas, técnicas de diagnóstico e tratamento fiquem praticamente centralizadas no Hospital de S. Miguel e assim colocar, desta forma, em causa o próprio sistema autonómico, a filosofia que lhe esteve na génese e os fundamentos para o continuar e aprofundar.

Caso este Plano venha a ser colocado em prática, logo à partida, existirão especialidades médicas que ficarão adstritas unicamente ao Hospital de S. Miguel em detrimento dos Hospitais da Terceira e do Faial, nos quais algumas já funcionam com elevado sucesso, como é o caso concreto da Cirurgia Vasculuar no Hospital da Terceira, para além de outras até em fase terminal de especialização, nomeadamente Endocrinologia, Reumatologia e Neonatologia. Convém até recordar que este próprio Plano considera as especialidades de Endocrinologia e de Imunoalergia como áreas preferenciais a desenvolver por tratarem de doenças em crescimento na Região Autónoma dos Açores e que as fariam chegar às outras ilhas por telemedicina, a partir do Hospital de S. Miguel. Como o Senhor Presidente desta Comissão, que muito me honra por o conhecer pessoalmente e sendo um médico de reconhecido mérito na Ilha Terceira, saberá melhor do que eu que esta tecnologia em nada consegue substituir a consulta presencial do médico, não obstante a mesma poder ser uma excelente ferramenta de trabalho para médicos da mesma especialidade trocarem opiniões e decisões técnicas sobre casos específicos em análise clínica, quando os mesmos estão afastados fisicamente por barreiras. É, assim, desta forma que também se consegue constatar que o Plano propõe um esvaziamento de especialidades dos Hospitais da Terceira e do Faial que de forma directa e indirecta disponibilizam cuidados médicos a uma população numerosa. Para reforçar esta mesma opinião, fico em dúvida, e tendo em atenção o Plano de Reestruturação da Saúde da Região Autónoma dos Açores, se a ida de um especialista periodicamente, nomeadamente da área de Reumatologia do Hospital de S. Miguel às outras ilhas será a melhor forma de prestar cuidados médicos à população das mesmas e se em termos económicos trará diminuição de custos à Região.

Independentemente de todos os aspectos até agora referidos, verificamos que também se realizaram investimentos avultados na área da saúde com a construção de um novo hospital na ilha Terceira, com estruturas modernas e sobredimensionadas que em nada parecem vir a contribuir para o bem-estar das populações, na medida em que muitas dessas estruturas foram edificadas para darem apoio a determinadas especialidades, algumas até já lá existentes e que em função do Plano não irão funcionar. No entanto, o dinheiro de todos os contribuintes já foi gasto. Situação algo semelhante se constata com a edificação de novas estruturas no Hospital do Faial.

Perante o exposto e da leitura atenta do Plano podemos verificar que o mesmo não é sustentado por um estudo económico credível que diga que o mesmo trará benefícios económicos para a Região Autónoma dos Açores.

Se as questões financeiras vierem a ser o único argumento de análise na decisão política, então as consequências serão desastrosas e continuaremos a olhar com angústia e desalento a partida, a diminuição, o constrangimento de instituições e serviços fundamentais das ilhas mais pequenas em favor da mais populosa.

Para terminar, se V. Exas ainda me permitem, gostaria de referir que nem tudo é negativo no Plano de Reestruturação da Saúde para a Região Autónoma dos Açores, concretamente no que diz respeito ao reforço dos serviços prestados pelos Centros de Saúde nas ilhas que não possuem hospitais, sendo desta forma uma mais valia para a população das mesmas.

Convém lembrar os decisores políticos regionais que estamos a falar de uma Região e não de um conjunto de ilhas que aleatoriamente são beneficiadas ou prejudicadas por diferentes ciclos políticos ou económicos. Os valores que estiveram na base da construção da Autonomia Açoriana reforçavam a necessidade de implementar medidas em todo o Arquipélago de forma a garantir a qualidade de vida de todos os cidadãos.»

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimento, no qual intervieram os deputados Nuno Melo Alves e Luís Maurício.

O deputado Nuno Melo Alves disse comungar da “angústia” demonstrada pelos peticionários, dada a nossa realidade arquipelágica. Um serviço de

proximidade, que no seu entender se perderá com a reestruturação prevista, faz toda a diferença nesse contexto, e até no desenvolvimento e fixação das populações. Julga que as “soluções economicistas” não são as que proporcionam maior economia nem racionalização de meios. Gostaria, pois, de saber em que modelo ou matriz os peticionários julgam que deveria ter assentado a atual reestruturação. O primeiro peticionário disse que, devido à descontinuidade territorial, há um custo social a suportar para que a saúde tenha alguma qualidade. No seu entender, “reestruturação não implica extinções”, devendo optar-se pela criação de melhores condições dos meios hospitalares existentes, bem como por uma atenção particular à gestão dessas unidades, ou seja, ver onde há excedentes e onde há défices.

O deputado Luís Maurício referiu que o PSD já tem manifestado a sua posição relativamente ao presente documento de reestruturação do Serviço Regional de Saúde. Concorda que a reestruturação se consubstancia num documento com pouca consistência ao nível das opções e na base de critérios que considera por vezes contraditórios. Concorda igualmente com a estranheza, manifestada pelo primeiro peticionário, relativamente à extinção de algumas especialidades na Terceira, designadamente a endocrinologia, reumatologia e cirurgia vascular. Algumas medidas, no seu entender, são economicistas, embora o Governo Regional sempre tenha recusado essa visão, frisando antes a sustentabilidade funcional. Acha que a questão da sustentabilidade financeira do Serviço Regional de Saúde é uma ausência significativa do documento. Concorda igualmente com os peticionários na defesa do equilíbrio regional e de cuidados de saúde de proximidade às populações. Questionou o primeiro subscritor sobre qual a sua visão acerca dos cuidados primários, omissos do documento, e da procura de novas soluções nessa matéria, que poderão resultar, pela prevenção e pela educação para a saúde, num decréscimo de custos para os Hospitais. Reconhece ser também uma insuficiência a nível nacional. O primeiro peticionário disse defender um investimento cada vez mais forte nos cuidados de saúde primários, num apoio mais direto por parte dos centros de saúde, com maior número de médicos de clínica geral, por forma a sensibilizar as

populações para hábitos de vida saudável. No entanto, crê que a proposta de reestruturação é positiva no reforço, em certas valências, dos centros de saúde, embora não veja grande necessidade desse aspeto em locais onde há unidades hospitalares (por exemplo, ao nível do internamento). Julga que este era um campo onde se poderia poupar alguma massa salarial, mesmo que implicasse o descontentamento de alguns profissionais.

#### **6) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE (SRS), DR. LUÍS CABRAL**

O SRS foi ouvido em sede de Comissão a 08 de outubro de 2013, na delegação de Angra do Heroísmo, onde considerou que esta petição reflete uma opinião pública quando as Propostas da Reestruturação da Saúde eram ainda e apenas uma proposta que estava em apreciação e discussão pública para recolha de contributos. Para o SRS, a petição em análise tem considerações que foram tidas em conta pelo Governo Regional aquando do documento final divulgado em setembro, nomeadamente a ideia criada da concentração de serviços e que depois da reformulação da proposta inicial ficou, clara e inequivocamente demonstrada a importância que as três Unidades Hospitalares têm no Sistema Regional de Saúde. Clarificou que, não foi intenção do Governo Regional centralizar serviços em determinadas ilhas, mas a proposta resultou da análise de questões técnicas e científicas, por razões que levavam à ligação de determinadas especialidades mas que, com o período de discussão pública percebeu-se que o esforço a ser feito teria que gerar em torno da partilha e não da unificação, recorrendo o menos possível a especialistas do exterior.

No período de pedidos de esclarecimento que se seguiu intervieram os deputados Graça Silveira, Luís Maurício, Renata Correia Botelho e Domingos Cunha.

A deputada Graça Silveira manifestou a sua opinião dos benefícios em manter as diversas especialidades médicas distribuídas pelas três Unidades Hospitalares, defendendo ter de haver operacionalidade no atendimento das diversas especialidades através do intercâmbio entre os três Hospitais da Região.

O deputado Luís Maurício compreende que o SRS afirme que esta e as outras petições em análise nesta reunião tenham perdido significado; teriam, de fato, maior interesse de discussão até à saída do documento final, mas o que constata, de bom grado, é que o Governo Regional recuou em toda a linha de pensamento da reestruturação da saúde e vem privilegiar os cuidados de proximidade às populações, vem promover o intercâmbio entre os Hospitais da Região, medida sempre defendida pelo PSD. Alerta para a necessidade de rentabilizar a coordenação entre as diversas Unidades Hospitalares, bem como os recursos disponíveis. Em relação ao Hospital da Terceira verificou que agora surge a implementação de um serviço Maxilo-facial, questionando se este hospital tem cirurgia adequada a este serviço.

O SRS afirmou que o Plano de Reestruturação da Saúde foi elaborado tendo por base três pilares: a reestruturação técnica, o enquadramento político e o fundamento económico, e que o Governo Regional sempre esperou haver discussão pública e contributos acerca do mesmo, não concordando que, considerar esses contributos seja um retrocesso, mas sim uma adequação entre a proposta e as pretensões dos açorianos.

Quanto à cirurgia Maxilo-facial informou que o Dr. Bruno Válter está inscrito no Colégio da Especialidade Maxilo-facial.

A deputada Renata Correia Botelho teceu o que considera ser a sua interpretação, até como cidadã açoriana, não avaliando as alterações do Plano da Reestruturação da Saúde como um recuo, mas sim, como um avanço no sentido de ir ao encontro das pessoas, uma demonstração de acolhimento à vontade pública, respondendo ao reforço de uma confiança demonstrada por uma maioria absoluta nas últimas eleições legislativas.

O SRS salientou que enquanto Secretário Regional e membro do Governo Regional não lhe cabe tecer convicções pessoais, mas sim satisfazer a vontade da população a quem compete servir. Algumas ideias que tenham estado na proposta inicial da Reestruturação da Saúde e que, ao não serem refletidas no documento final não significa retrocesso, mas o avanço para melhor corresponder aos açorianos.

A Deputada Graça Silveira discorda que a(s) petição(ões) em análise tenha(m) perdido sentido, perderam sim, mas no espaço temporal, disse a senhora deputada.

Questionou se as Unidades Hospitalares da Região têm autonomia administrativa no sentido de estabelecer acordos com outros Hospitais ou quais os mecanismos que irão surgir de novo para operacionalizar este intercâmbio?

O SRS explicou que é necessário estabelecer uma definição de critérios junto dos Diretores Clínicos e definir para quais os Hospitais do Continente serão reencaminhados os doentes que assim necessitem.

O deputado Luís Maurício usou da palavra novamente para frisar que o documento não tinha um pilar económico, nem fundamento técnico, e que existem pareceres conhecidos após a posição lançada a público inicialmente, que confirmam isto mesmo.

O SRS salientou, mais uma vez, que a atuação do Governo Regional foi ao encontro das populações, tendo em conta os pressupostos do Programa Eleitoral; defendeu que a proposta inicial tinha um pilar eminentemente técnico, bem como político neste sentido que acabou de explicar. O pilar economicista surge após terem sido considerados os fundamentos técnicos e políticos e permitindo enquadrar a capacidade financeira neste conjunto base e esta foi a sequência cumprida.

O deputado Domingos Cunha questionou se a contratualização entre as três Unidades Hospitalares prevalecerá sobre os Hospitais do Continente ou se é para funcionar em simultâneo, ao que o SRS respondeu que se pretende desenvolver esforços em paralelo, sendo que há Hospitais que trabalham há mais de 30 anos com Hospitais do Continente, por isso é necessário desenvolver uma complementaridade regional, identificando os diversos serviços existentes na Região e ter em conta a componente de deslocação ao Continente.

## **CAPÍTULO IV**

### **Parecer**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

14) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1641 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1do artigo 192º do respetivo Regimento;

15) O objeto da Petição centra-se sobre o documento “Proposta de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde”, apresentado pelo Governo Regional, através do Secretário Regional da Saúde, em Abril de 2013, e em que algumas das sugestões/opiniões foram consideradas na elaboração do documento “Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde”, apresentado no dia 1 de Setembro de 2013;

16) Realça-se a importância da necessidade do maior investimento nos cuidados de saúde primários, com o recrutamento e fixação de mais médicos de Medicina Geral e Familiar para o apoio mais direto por parte dos centros de saúde às populações, privilegiando a prevenção, a promoção, educação para a saúde e para hábitos e estilos de vida saudáveis.

17) Salienta-se o reconhecimento dos serviços prestados pelos Centros de Saúde nas ilhas que não possuem hospital, sendo desta forma uma mais-valia para a população das mesmas.

18) É de relevar a importância inequívoca que os três Hospitais E.P.E. têm no Serviço Regional de Saúde;

19) A importância da coordenação, rentabilização e complementaridade entre os Hospitais E.P.E. da Região, e entre estes e os do Serviço Nacional de Saúde, numa complementaridade eficaz e eficiente;

20) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.



**A Relatora:** Arlinda Nunes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**O Presidente:** Domingos Cunha

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP saúda os peticionários das 3 petições que analisaremos conjuntamente representados nas pessoas dos primeiros subscritores:

- Sr. João Manuel dos Santos Rodrigues;
- Sr. Nuno Alexandre Cabral Amaral;
- Sr. Carlos Vouzela

Pela coragem de civicamente defenderem os seus interesses enquanto vozes livres da sociedade açoriana e nas quais seguramente muitos açorianos anónimos se revêm.

Estas 3 petições são sintoma de que os Açorianos não estão com o Governo Regional nem com o Partido Socialista nesta questão da Reestruturação do Sistema Regional de Saúde, questão fraturante na sociedade Açoriana.

O Partido Socialista está isolado politicamente porque a oposição não consegue encontrar nenhum mérito na proposta de Reestruturação do Sistema Regional de Saúde.

O Partido Socialista está isolado socialmente porque a sociedade Açoriana reagiu prontamente e negativamente à proposta, rejeitando-a.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP desde cedo se manifestou contra a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde. Consideramos que, perigosamente, o Governo Regional fez uso de rácios e padrões internacionais para justificar as suas opções, desprezando a realidade arquipelágica e demográfica dos Açores.

O Governo Socialista propõe-se desmantelar a rede de cuidados primários de saúde, ao acabar em alguns Centros de Saúde com especialidades como a Nutrição, Psicologia Clínica, Fisioterapia, Análises Clínicas, Imagiologia, ao retirar valências como o encerramento de Serviços de Urgência e ao fechar dependências como os postos de enfermagem nas freguesias.

O Governo propõe substituir os Centros de Saúde da atual rede de emergência pré-hospitalar por viaturas SIV.

O Governo Regional quer desmantelar o Centro de Oncologia dos Açores, um dos melhores serviços na Região, ao retirar-lhe valências. Para além de desmantelar um bom serviço, o Governo ilude os Açorianos quanto à valência oncológica do Hospital da Ilha Terceira, pois já ficou sem a radioterapia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** O Governo Socialista propõe criar o Centro Hospitalar dos Açores, todavia não apresenta uma única solução para um dos mais graves problemas do Serviço Regional de Saúde, que se chama Saudaçor.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** O Governo prepara para transformar os hospitais da Terceira e do Faial em extensões de saúde do Hospital de Ponta Delgada, para triagem e posterior recobro dos doentes que lá forem tratados, disponibilizando apenas serviços básicos, desvirtuando o princípio da complementaridade.

O Governo propõe acabar com a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital (uma das boas medidas dos Governos anteriores), trocando-as por consultas de Telemedicina que nunca funcionou nos Açores.

O Governo propõe ainda fazer uma ingerência nas decisões clínicas dos Médicos ao impor uma redução na requisição de meios de diagnóstico e terapêutica, aconselhar a redução da taxa de reinternamento e a diminuição de partos por cesariana, entre outras. Recorde-se que todos os partidos da oposição suscitaram a realização de um debate de urgência exatamente para manifestar a sua posição contrária à proposta do Governo.

Algumas alterações introduzidas na Proposta de Reestruturação do Sistema Regional de Saúde resultaram de um debate público que se gerou na sequência

da aprovação de uma Resolução do CDS-PP, no sentido de dar a conhecer a todos os Açorianos as intenções do Governo Regional quando apresentou o primeiro plano de reestruturação do Sistema Regional de Saúde que conceptualizava uma metamorfose profunda no funcionamento do Serviço Regional de Saúde, tal como o conhecemos, tendo provocado reações de repúdio, tal é o ataque ao estado social tão defendido pelo Partido Socialista.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** O Grupo Parlamentar do CDS- PP sempre defendeu uma proximidade dos serviços de saúde às populações.

Manifestamos a nossa solidariedade para com os peticionários, pela oposição ao encerramento do SAP (Serviço de Atendimento Permanente) para lá do horário do normal funcionamento do Centro de Saúde da Praia da Vitoria e do Nordeste e tal como eles também o CDS-PP considera que fica prejudicado o acesso aos cuidados de saúde sem ganhos de eficiência.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Estamos cá para o combate!

**A Oradora:** O SAP permite salvar muitas vidas e nem que fosse apenas UMA já justificaria a sua manutenção – afinal, quanto vale uma vida?

Não se trata de exigir a abertura de um Serviço, mas apenas a sua manutenção!

Face ao exposto e uma vez que correm rumores do possível fecho do Laboratório de Análises do Centro de Saúde da Calheta, da Ilha de São Jorge,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não?!

**A Oradora:** ... iremos apresentar um requerimento para que o Sr. Secretário da Saúde faça o esclarecimento concreto de quais são as suas verdadeiras intenções relativamente a este Centro de Saúde, que segundo o plano de reestruturação do Sistema Regional da Saúde foi classificado como Centro de Saúde Avançado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Luís Maurício (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Uma vez que o Governo Regional fez o investimento, e bem, em tecnologia, porque no passado houve a preocupação de dotar os Centros de Saúde da Região, nas ilhas onde não existe hospital, com equipamentos para que os profissionais de saúde possam prestar melhores cuidado aos seus utentes,

devem ser MANTIDOS esses serviços que asseguram um serviço Regional de saúde de proximidade que chegue a todos os Açorianos, pelo que só podemos ser favoráveis às pretensões dos peticionários.

Importa deixar uma nota de preocupação, porquanto o documento inicial de Reestruturação do Sistema Regional de Saúde foi, supostamente, alvo de uma alteração operada por uma recalendarização, mas suspeitamos que talvez apenas tenha servido para desviar as atenções e o Governo Regional esteja implementando à surdina as alterações que pretende desde o início.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

*(Aplausos do Deputado Artur Lima e do Deputado Paulo Estêvão)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saudar todos os cidadãos que subscreveram as Petições nº 10 e nº 11/X.

Registamos a sua participação cívica e responsável.

Estas Petições surgiram na sequência da iniciativa do Governo dos Açores, ao lançar à discussão pública o documento sobre a “Proposta de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde”, em abril de 2013.

Em sede de audição, o 1º subscritor da Petição nº 10/X, referiu falhas no funcionamento e fiabilidade do equipamento “Point-of-Care”, no laboratório de análises e no serviço de Raios-X, do Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Referiu, também, a taxa de referenciação para o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, em 2012, e o número de utentes atendidos, particularizando o atendimento das 20 às 24 horas, tendo concluído que, se a proposta apresentada fosse implementada, haveria uma redução do funcionamento do Serviço de Atendimento Urgente de 42,8%.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista confronta-se com a não coincidência entre os dados que foram apresentados pelo 1º subscritor, e os que constam no documento em anexo da referida Petição, remetido pelo Governo dos Açores, na sequência do solicitado pelo referido subscritor.

Impõe-se, por isso, uma avaliação rigorosa da frequência do Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde da Praia da Vitória registada entre as 20 e as 24 horas, como uma intervenção da Secretaria Regional da Saúde, junto do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha da Terceira, por forma a adequar o normal funcionamento na prestação de cuidados de saúde às populações abrangidas e o normal funcionamento dos equipamentos complementares ao diagnóstico e tratamento.

O Centro de Saúde do Nordeste (Petição nº 11/X) abrange uma população residente de 4.937 cidadãos (Censos de 2011), em que 25,1% têm idades entre os -1 e os 19 anos, 53,7% têm idades entre os 20 e 59 anos e 22,4% têm idade igual ou superior a 60 anos.

Tem nos seus quadros 3 médicos de Medicina Geral e Familiar e 2 médicos do internato complementar, o que, conforme o afirmado pelo 1º subscritor, que cito, *“Todos os nordestenses estão cobertos com o seu médico de família, não têm consultas em atraso, e o SAP está aberto para fazer consultas não programadas.”*

Somos confrontados com o modelo de funcionamento dos Centros de Saúde, tendo em consideração as suas competências e atribuições, os recursos humanos disponíveis e a população abrangida, para que garantam a prestação de cuidados de proximidade, eficientes, eficazes e coerentes. O que nos parece ser o caso dos Centros de Saúde referidos.

A programação do horário de trabalho dos médicos de Medicina Geral e Familiar é feito pelo respetivo Diretor do Centro de Saúde, de acordo com as regras fixadas na legislação específica em vigor.

Para além do horário normal de trabalho que cada médico deve cumprir, sabemos que, quando necessário e consoante o respetivo horário semanal,

deverá prestar um período semanal máximo de 12 horas em serviço de urgência ou de atendimento permanente.

Este objetivo justifica-se no que determina o Regime Legal das Carreiras Médicas, constante no Decreto-Lei nº 73/90, de 6 de março, com as alterações legislativas sucessivas então em vigor, nomeadamente, no que diz respeito às funções e regime de trabalho dos médicos de Medicina Geral e Familiar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece a dificuldade acrescida no recrutamento e fixação de mais médicos com a especialidade de Medicina Geral e Familiar, o que condiciona melhor acessibilidade, maior proximidade e melhor eficiência na prestação de cuidados de saúde no âmbito dos Centros de Saúde, pelo que, na maioria das situações, se impõe a necessidade de adaptar e reajustar os horários de trabalho dos respetivos médicos, para ser possível assegurar o melhor funcionamento e os cuidados a prestar.

Dos dados estatísticos constantes no documento remetido pelo Governo dos Açores e anexo à Petição nº 10/X, podemos concluir que a média diária de inscrições em dia de semana no horário das 20 às 24 horas, no Centro de Saúde do Nordeste, é de 3 doentes e das 00 às 08 horas do dia seguinte é de 2 doentes, não se registando nestes horários transferências de doentes para a unidade de saúde de referência.

Ao fim-de-semana a média diária de inscrições das 20 às 24 horas é de 2 doentes e das 00 às 08 horas do dia seguinte é de 1 doente, e não se registam neste horário transferências de doentes para a unidade de saúde de referência.

A manter-se o funcionamento do SAP do Centro de Saúde do Nordeste, entre as 20 e as 08 horas do dia seguinte, forçosamente há que recorrer aos regimes de prevenção ou de chamada.

Regimes que estão definidos na Cláusula nº 45<sup>a</sup>, do Acordo Coletivo de Trabalho nº 5/2012.

No Centro de Saúde do Nordeste, onde funciona um SAP com um médico, as situações de natureza ocasional, inadiável, de especial complexidade ou de urgência são, numa primeira abordagem, sujeitas a uma triagem pelo enfermeiro, que depois solicita a presença do médico.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece que existem situações clínicas distintas e diferenciadas, com grau de gravidade diferente e independentes do escalão etário dos doentes.

Consideramos que nesta como noutras situações se devem encontrar as melhores soluções que defendam a salvaguarda ao direito a cuidados de saúde e em que impere o bom senso para a sustentabilidade de um serviço de saúde público.

O “Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde” apresentado no passado dia 1 de setembro prevê alterações que advieram do mérito da recolha de muitos contributos e da ampla discussão, não só no seio dos profissionais de saúde, como nas entidades e organismos representativos das diversas classes profissionais, da população em geral e das instituições representativas das comunidades da Região, e que permitiram identificar pontos e situações que necessitavam de ser clarificados, outros que necessitavam de ser alterados e corrigidos, outros, melhorados e consolidados.

Muito obrigado.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD/Açores começo por saudar os cerca de dois mil e quinhentos cidadãos subscritores desta Petição, pela sua participação cívica. Não posso deixar também de enaltecer o seu espírito interventivo e a sua capacidade de agregação em torno de um problema que era motivo de grande preocupação para todos os habitantes do concelho da Praia da Vitória.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** De facto, a proposta de encerramento do Serviço de Atendimento Urgente, do Centro de Saúde da Praia da Vitória, a partir das 20 horas durante a semana e aos sábados à tarde e domingos todo o dia, constituía um claro retrocesso nos cuidados de saúde prestados aos cidadãos do concelho que se

viam, assim, penalizados num dos seus direitos inalienáveis, o direito à saúde, e privados de um serviço que lhes era prestado há mais de 30 anos, ainda no antigo hospital concelhio.

O Governo Regional apresentou uma proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde aos açorianos, pedindo a colaboração de todos na sua análise e construção. Os açorianos da Praia da Vitória responderam prontamente, através de profissionais de saúde, utentes e população em geral, manifestando o seu desagrado e a sua indignação pela redução de acesso aos cuidados de saúde, tornando-os mais onerosos, em difícil época de desemprego e de crise económica.

Considerando a importância dos serviços de proximidade que contribuem para a melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes; considerando o facto de grande parte da população do concelho ser uma população envelhecida, com dificuldade de mobilidade e de fazer deslocações mais longas; e, considerando, ainda, o facto deste ser um concelho virado para o mar e para o turismo, onde é precisamente à noite e no fim-de-semana que se realiza a maioria das manifestações culturais e de animação, que podem proporcionar a necessidade de pequenos cuidados de saúde, esta era, sem dúvida, uma má proposta que tinha em conta mais os princípios economicistas em detrimento dos legítimos interesses dos praienses e/ou de quem nos visita.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem será que a fez?

**A Oradora:** Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores saúda a decisão do Governo Regional de abandonar a proposta apresentada para o Centro de Saúde da Praia da Vitória, comprometendo-se em mantê-lo aberto nos mesmos moldes, com as atuais valências e horários. Medida que, e fazendo fé na palavra do Sr. Secretário Regional da Saúde, não se prevê que seja uma medida provisória, mas sim uma medida de longa duração.

Queremos ainda felicitar todos os praienses por esta conquista, prova de que “tudo vale a pena” e de que quando o povo se envolve e se empenha verdadeiramente, consegue fazer valer a sua razão e alcançar os seus ideais.

Disse.



**Deputados António Ventura e João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

A Representação Parlamentar do PCP saúda os milhares de peticionários que subscreveram as petições em apreço. O número de peticionários que as subscreveram diz bem da importância que se dá efetivamente e das preocupações da população açoriana relativamente ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, por um lado, mas também à proposta de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde que foi apresentada pelo Governo Regional.

De facto, há aqui um conjunto de reações às quais nós não podemos ser alheios, desde logo, os partidos da oposição, mas também a maioria parlamentar que suporta o Governo e o próprio Governo Regional.

Há uma situação que julgo que nos preocupa a todos. Percebemos que é importante garantir a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, mas a sua sustentabilidade não pode passar pela diminuição cega dos serviços.

Aliás, o problema da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde (apenas recordo aqui uma intervenção que fiz quando fizemos o debate sobre este assunto), o grande problema da sustentabilidade da dívida do Sistema Regional de Saúde, prende-se com questões de encargos com a dívida, dos empréstimos que se fazem para pagar dívida e de todos os encargos relacionados com isso, mais do que propriamente com o seu funcionamento em si, até porque também, como na altura pude afirmar, os hospitais têm vindo a reduzir as suas despesas de funcionamento.

Portanto, o problema não passa por aí, isto é, pela diminuição dos serviços, nem dos cuidados de saúde, mas passa, sim, por encarar o problema da dívida de

uma outra forma e de uma forma diferente daquela que tem sido encarada até agora.

Por outro lado, o encerramento de centros de saúde ou de Serviços de Atendimento Urgente, como é o caso que refere duas destas petições, também não nos parece que seja o caminho mais adequado.

Estamos a falar de um concelho distante do hospital, que é o Hospital de Ponta Delgada, no caso do Serviço de Atendimento Permanente do Nordeste, que, apesar de estar mais perto, devido à SCUT que agora liga Ponta Delgada ao Nordeste, a verdade é que aquela população necessita de ter cuidados de saúde, independentemente do tempo, ou da redução do tempo de distância, do tempo que demora a viagem a ligar o Nordeste a Ponta Delgada.

No caso da Praia da Vitória é por demais evidente a necessidade de manter aquele serviço, uma vez que é um concelho com uma população significativa, designadamente pelas razões que já aqui foram aduzidas em relação à sua população flutuante.

Por outro lado, há uma questão que para nós é fundamental:

Os serviços públicos têm que estar próximos dos cidadãos. Isso é fundamental! Não podemos ter um discurso quando se trata de encerramento de serviços públicos do Estado na Região e depois, relativamente à política regional, seguirmos exatamente o mesmo caminho: encerramos escolas, encerramos serviços de saúde. Isso, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não nos parece que seja um bom caminho, até porque devemos, julgo eu, ligar estas questões à questão da coesão social e territorial que também nos preocupa.

Falamos muito em desertificação. Essa desertificação também se relaciona com o encerramento de serviços públicos, porque os cidadãos têm tendência a deslocar-se depois para a proximidade desses serviços públicos.

No caso da saúde (não vou fazer nenhuma crítica à questão do não funcionamento ou funcionamento da telemedicina e outros instrumentos que podem ser utilizados nesta área da saúde, a questão não é essa), precisamos de ter presença física, precisamos de um interlocutor físico e não é a banda larga que nos resolve os problemas de saúde.

Portanto, os serviços de saúde têm que estar na proximidade dos cidadãos, se de facto quisermos pensar a região como um todo e se quisermos também, por esta via, travar a desertificação de algumas das nossas ilhas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para esta primeira ronda.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra. Daria depois a palavra na segunda ronda, para que todos possam intervir mais uma vez.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos entre mãos três petições, cujos peticionários e peticionárias aproveito para saudar vivamente, uma delas contra ao Plano de Reestruturação da Saúde para a Região Autónoma dos Açores, uma outra pela reestruturação do Serviço Regional de Saúde, mas contra o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde do Nordeste, e ainda uma outra contra o encerramento do Serviço de Atendimento Urgente do Centro de Saúde da Praia da Vitória, aos dias de semana a partir das 20:00 horas, aos sábados à tarde e aos domingos todo o dia.

Embora numa ou noutra situação algumas das reivindicações que estes peticionários trouxeram a esta casa já tenham sido de alguma forma respondidas, do nosso ponto de vista elas não perderam ainda oportunidade, na medida em que estas três petições, debruçando-se sobre situações diferentes, para além de terem um ponto em comum, que é o Serviço Regional de Saúde, têm um outro ponto em comum que as une às três, que é a luta das populações pela proximidade dos serviços públicos.

É evidente que estas populações que se manifestaram através destas petições e muitas outras que não se manifestaram através de petição nenhuma, se sentem hoje desprotegidas e, sobretudo, não percebem a política paradoxal do Governo Regional.

O Partido Socialista e o Governo Regional, perante, por exemplo, o fecho de uma repartição de finanças, perante o fecho de uma estação de CTT, perante o fecho de uma escola, como já aqui foi lembrado, clamam e com razão.

O Bloco de Esquerda clama com o Partido Socialista e com o Governo Regional contra os critérios economicistas de rotura na coesão social e territorial do país, de uma política que não olha para as pessoas, e tanto que aqui é dito que primeiro estão as pessoas. Nós, Bloco de Esquerda, acompanhamos todas essas críticas do Partido Socialista e do Governo Regional às políticas economicistas do Governo da República.

Mas isto, Sras. e Srs. Deputados, aparentemente, apenas acontece quando se trata do Governo da República e, evidentemente, quando esse Governo da República não for um governo apoiado pelo Partido Socialista.

**Deputado Francisco César (PS):** Diz a senhora!

**A Oradora:** Só para ilustrar aquilo que estou a dizer, relembro mais uma vez o posicionamento do Partido Socialista e do Governo Regional relativamente à revisão da Lei de Finanças Regionais.

Quando o Governo da República era um, não havia nenhum problema, era uma mera correção; ...

**Deputado Francisco César (PS):** Está enganada!

**A Oradora:** ... agora que o Governo é outro já é uma alteração de fundo e grave.

E têm razão. Sempre foi uma alteração de fundo e grave.

É isto o Partido Socialista a governar. Ou seja, é tão troikista, quando está no poder, como o PSD e como o CDS.

Tudo aquilo que o PS chama ao PSD e ao CDS da República, não se aplica ao PS dos Açores, quando em cima dos cortes que o Governo da República fez nos serviços públicos de responsabilidade nacional (e todos nos lembramos dos problemas, por exemplo, como o Tribunal do Nordeste), o Partido Socialista também corta nos serviços de proximidade. Então aqui já não se aplica os serviços de Estado próximos dos cidadãos? A coesão territorial? A coesão social? E a resposta eficaz às necessidades das populações?

Então, por ser o Partido Socialista a cortar, o sentido de perda das populações não é o mesmo?

Se o Partido Socialista Açores tivesse alguma coerência política, quando o Partido Socialista nacional, nas mais diversas localidades do continente, apoia movimentos de cidadãos que lutam contra a perda de serviços de proximidade, só tinha uma atitude: chegar junto dos seus camaradas do continente e dizer para não tomarem essas atitudes em favor das populações, porque o PSD e o CDS estão a aplicar na República uma política justa, tal e qual como o Partido Socialista, governo e não oposição nos Açores, está a fazê-lo.

Portanto, a política que o Partido Socialista critica ao PSD e ao CDS quando está na oposição, é exatamente a mesma que pratica quando está no Governo.

Tudo isto, Sras. e Srs. Deputados, se torna muito mais grave quando a matéria em causa é a saúde.

Muito obrigada.

**Deputado Berto Messias (PS):** Então qual foi o serviço de saúde que fechou e que consta nas petições?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo por agora mais inscrições, vamos então abrir as inscrições para a segunda ronda.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e em nome da bancada do PSD, manifestar o nosso regozijo perante a iniciativa dos peticionários, das Petições 11/X e 12/X respetivamente, veiculando o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde do Nordeste e manifestando uma posição contra o Plano de Reestruturação da saúde para a Região Autónoma dos Açores.

De forma particular, se me permitem, relativamente ao encerramento noturno do Serviço de Atendimento Permanente do Nordeste, cerca de metade da população subscreveu esta petição, exatamente 2103 cidadãos do concelho do Nordeste.

Relativamente à Petição que se opõe ao encerramento noturno do Serviço de Atendimento Permanente no Nordeste, habitualmente referido pela população como “a sua urgência”, o PSD teve oportunidade, em Comissão de Assuntos Sociais, de manifestar a sua posição, manifestando o seu apoio ao objeto da Petição.

O Centro de Saúde do Nordeste cobre de forma integral toda a população do Nordeste, isto é, os médicos de medicina geral e familiar que lá trabalham contêm nas suas listas todos os cidadãos do Nordeste.

Não constitui por isso argumento, para o encerramento noturno do Centro de Saúde à população, a dita sustentabilidade funcional citada pelo Governo como justificação à reestruturação do Serviço Regional de Saúde, isto porque, até hoje, nunca o seu funcionamento (entenda-se, o funcionamento noturno do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde do Nordeste) pôs em causa o atendimento regular, por parte dos seus profissionais de saúde, a toda a população do Nordeste.

Pelo contrário, o seu encerramento interrompe um ciclo de acessibilidade plena dos cidadãos do Nordeste aos cuidados de saúde, deixando desprotegida, durante a noite, uma população significativamente idosa, fragilizada não só pela idade, mas também pela doença, e deixando interrogações sérias acerca da continuidade do internamento do Centro de Saúde tal como está, pela ausência física de um médico depois das 24 horas.

Aliás, a decisão do Governo contraria bem as declarações prestadas pelo Sr. Secretário Regional da Saúde no Jornal Açoriano Oriental, a 18 de julho de 2013, quando em entrevista, abordando o documento de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, afirmou, e passo a citar: “só não se pode ceder no acesso à saúde”.

Foi precisamente aí que o Governo cedeu, porque, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, mais grave do que fechar serviços locais de finanças, contra o qual esta câmara unanimemente se opôs, é fechar centros de saúde à noite a populações distantes dos grandes centros e para as quais não há argumentos de sustentabilidade funcional que o suportem, nem de

sustentabilidade financeira, sempre negada pelo Governo, como substrato justificativo da reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Sejam, portanto, coerentes, porque cortes são cortes, mas cortes na saúde são muito mais sérios porque têm a ver com o bem-estar e a vida das pessoas.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Relativamente à Petição dos peticionários residentes na Ilha Terceira, que contestavam o desaparecimento no hospital da Ilha Terceira de um conjunto de especialidades médicas, o PSD também teve a oportunidade, no seio da Comissão, de manifestar o seu posicionamento.

Por diversas vezes, quer em debate no Parlamento e fora dele, tive oportunidade, em nome do PSD, de manifestar a incongruência resultante de quem um ano antes tinha inaugurado um hospital, designado como um hospital orientado para o futuro, que se desejava diferenciador nas suas valências, propiciador da prestação de melhores condições de trabalho aos seus profissionais, mas sobretudo de melhores cuidados aos seus utentes e um ano após se esvaziava, inclusive abandonando o esforço de investimento formativo que a Região tinha efetuado sobre alguns dos próprios profissionais do hospital da Ilha Terceira.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo recuou, e bem, em toda a linha, repondo uma situação que se afigurava incompreensível no documento inicial, em função de uma contestação generalizada e para a qual estes peticionários também contribuíram. Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas três petições que estamos a analisar demonstram que um conjunto bastante vasto da cidadania não está de acordo com as alterações que foram feitas no Serviço Regional de Saúde.

Quando se fala em reestruturação, ou reestruturação do Serviço de Saúde, não pode ser sinónimo de redução do serviço que é prestado às populações e de redução das valências das populações mais periféricas.

Este conjunto de pessoas considera que são mais mal servidas, têm maiores dificuldades em aceder ao nosso Serviço Regional de Saúde, e que as condições que lhe são oferecidas são condições que são significativamente inferiores às pré-existentes.

Não é esta a filosofia de uma reestruturação. Uma reestruturação significa organizar melhor os serviços e o objetivo deve ser proporcionar às pessoas, às populações, um serviço melhorado e maior acessibilidade a esse serviço por maioria de razão, até porque nos encontramos num momento de crise, em que a acessibilidade das pessoas diminui até por razões de ordem financeira.

Neste sentido, esta é uma prova bem evidente. Esta iniciativa das pessoas, esta voz que as pessoas e as populações aqui nos trazem, que nos trazem a este Parlamento, é uma voz de protesto contra uma reestruturação que não teve uma filosofia de melhorar o serviço para o tornar mais acessível, para o tornar mais eficiente, para o tornar mais próximo das populações. Pelo contrário, as populações estão assustadas, porque é mais difícil aceder a estes serviços, as populações estão assustadas porque lhes são retiradas valências que são absolutamente fundamentais.

Nesse sentido, penso que esta é uma mensagem muito importante para o Governo Regional.



O PPM já retirou as suas conclusões. As nossas conclusões são no sentido de que estas populações devem ser ouvidas e que o Sr. Secretário Regional da Saúde deve proceder às modificações no sentido de ir ao encontro destas preocupações legítimas por parte das populações.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúdo e registo a iniciativa cívica e responsável dos 1.641 cidadãos subscritores da Petição nº 12/X.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reafirma, que desde a apresentação do referido documento, e como sempre foi afirmado e assumido pelo Presidente do Governo Regional, tratava-se de uma proposta aberta à discussão e à recolha de opiniões, críticas,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso não é verdade, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... pareceres e sugestões credíveis, na busca de uma saúde mais próxima das pessoas, uma saúde de e para todos e uma saúde que garanta o futuro.

Através do Senhor Presidente do Governo e deste Grupo Parlamentar insistimos na importância do diálogo e do consenso na condução da “Proposta de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde.”

Reconhecemos que no “Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, se privilegiaram os cuidados de saúde de proximidade às populações, onde os Centros de Saúde continuam a assumir um papel preponderante e insubstituível no funcionamento do sistema de saúde, e a quem reconhecemos uma mais-valia sobretudo para as populações que vivem nas ilhas sem hospital.

Mas não deixamos de realçar a necessidade de continuarmos a investir neste tipo de cuidados, fomentando o recrutamento e a fixação de mais médicos de

Medicina Geral e Familiar, para que seja possível maior apoio direto às populações aliado a ações que promovam a educação e promoção da saúde, melhoria dos hábitos e estilos de vida saudáveis e a prevenção.

Reconhecemos a inequívoca importância da existência dos 3 Hospitais E.P.E. e reconhecemos que o intercâmbio, a coordenação, a complementaridade e a rentabilização dos recursos instalados,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** “Entalados”! Disse bem!

**O Orador:**... devem promover melhor acessibilidade, melhores cuidados, melhor produtividade, melhor assistência e qualidade desta, para benefício de todos os doentes que a eles acorrem, evitando-se, assim, muitas das deslocações para os Hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Mesmo assim, nas situações em que tenhamos esgotado as nossas capacidades de diagnóstico, técnicas e de tratamento, é importante continuar a parceria e a articulação com o Serviço Nacional de Saúde, numa complementaridade solidária, eficaz e eficiente, que remonta há mais de 30 anos.

Congratulamo-nos com a reclassificação dada aos Centros de Saúde;

Congratulamo-nos com a manutenção da autonomia administrativa, técnica e financeira dos 3 Hospitais E.P.E.;

Congratulamo-nos com a manutenção de todas as especialidades médicas e cirúrgicas do Hospital da Horta e do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é verdade!

**O Orador:** ... e, neste, com o aumento de novas especialidades;

Congratulamo-nos pela postura responsável que o Governo dos Açores e o seu Presidente, Vasco Cordeiro, assumiram desde o início deste processo, que culminou no sentido de irmos ao encontro das pessoas, numa demonstração de acolhimento da vontade pública, como dos profissionais de saúde e todos quantos ao longo de mais de 30 anos consolidaram e garantem, no presente, um bom serviço de saúde público.

Com todo este processo definiram-se as mudanças efetivas no Serviço Regional de Saúde, nas diferentes áreas de cuidados, sem nunca esquecer a realidade

geográfica e populacional da Região, em que os objetivos primordiais são: o reforço da acessibilidade, a permanente melhoria da qualidade dos cuidados de saúde prestados e a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde a longo prazo.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quero reafirmar, que para continuarmos a ter um Serviço Regional de Saúde de qualidade e sustentável é fundamental o contributo de todos, desde os que trabalham com denodo e afinco para o sistema, como todos os cidadãos que dele usufruem.

É fundamental um verdadeiro esforço de todos, incluindo de todos os partidos políticos, para com os seus contributos, empenho e participação responsável possam incentivar a permanente evolução do Serviço Regional de Saúde para benefício de todos os Açorianos.

Tal como afirmou o Senhor Presidente do Governo no discurso de encerramento do debate sobre o Plano e Orçamento para 2014, que cito: “ *O objetivo que nos mobilizou, o objetivo que ainda nos mobiliza, e que prosseguimos ativamente, é o de termos um Serviço Regional de Saúde cada vez melhor e cada vez mais capaz de dar resposta célere e qualificada às solicitações dos Açorianos.*”

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma nota prévia à minha intervenção, relativamente a um aparte que fiz à Sra. Deputada Zuraida, em que fui profundamente injusto. Como tal peço-lhe desculpa.

Não vou responder obviamente ao Sr. Deputado Domingos Cunha, porque não se trata aqui de um debate, mas com certeza que discordamos com aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado.

Queria saudar particularmente o Sr. Secretário da Saúde por duas questões que o Sr. Secretário naturalmente veio ao encontro daquilo que o CDS pensa e defende.

Vou citá-lo, se me permite, Sr. Secretário, elogiando-o nessa matéria, porque quando tenho que o fazer, também o faço.

Disse V. Exa. a respeito de uma auditoria feita ao Serviço de Anestesiologia do Hospital de Angra (vou ler o que está no jornal):

“O Secretário Regional da Saúde anunciou em Angra do Heroísmo que estão em curso inspeções e auditorias, conduzidas pelas Inspeção Regional da Saúde, que irão abranger todas as unidades de saúde dos Açores”.

Felicito-o por essa iniciativa, Sr. Secretário.

Como se lembra, essa era uma proposta do CDS para a reestruturação do Serviço Regional de Saúde, onde dizíamos que o ponto de partida era este, primeiro auditar, inspecionar e depois reestruturar.

Dizíamos isto, mas preferiram fazer o contrário. De qualquer modo, “mais vale tarde do que nunca” e desejo-lhe sucesso nesta matéria.

Vou fazer-lhe mais um elogio. Pode parecer estranho.

**Presidente:** É natal!

**O Orador:** Não é da época natalícia, Sr. Secretário.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O que é que se passa? Foi o arroz de pato?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Isto merecia um protesto do PS!

**O Orador:** “Segundo Luís Cabral, um dos problemas centrais que determinam gastos extraordinários com pessoal na saúde, nos Açores, tem a ver com a legislação que regula as prevenções e que é velha, de 16 anos”.

Sr. Secretário Regional, há 5 que eu digo isto nesta casa. Aquela bancada insulta-me há 5 anos relativamente a esta matéria.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sim, o senhor é uma vítima!

**O Orador:** Portanto, naturalmente, o senhor prepare-se que eles vão insultá-lo um dia destes.

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor é que insulta toda a gente!

*(Aparte inaudível do Deputado Rogério Veiros)*

**O Orador:** Olha de quem vem o aparte, do Sr. Deputado Rogério Veiros. Justamente ele que foi um dos insultadores mores a respeito da prevenção (imagine, Sr. Secretário Regional!) da dermatologia, ...

**Deputado Luís Maurício (PSD):** 24 horas!

**O Orador:** ... onde o senhor até citou o número de consultas programadas em regime de urgência e de prevenção, que o senhor teve a distinta honra de relatar ali, daquele mesmo lugar onde ele estava.

Agora engole aquilo que insultou os outros há anos. Engole e bem, não precisa de anestesia, Sr. Secretário Luís Cabral.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

Também acho que não vai precisar de dentista, porque não vai partir nenhum dente. Vai engolir bem a coisa, porque ela é escorreita e não magoa nada.

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Deputado, insultar é o senhor! Eu não!

**O Orador:** Sr. Secretário Regional, devo dizer-lhe o seguinte:

A primeira audição, chamemos-lhe assim, o Sr. Presidente do Governo e o Governo Regional dos Açores fez aos partidos políticos, às associações, aos sindicatos. Fez e bem! A seguir decidiu por um documento que pôs apenas por 30 dias à discussão pública.

Foi por proposta desta casa, proposta pelo CDS e aprovada por todos, que se estendeu esse período de discussão pública e permitiu também ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista (é bom e é verdade que se lhe diga, aí estou de acordo com o que disse o Sr. Deputado Domingos Cunha) introduzir algumas alterações e melhorar o documento. É verdade. Mas foi na segunda fase, fase dois.

Agora, Sr. Secretário, ainda não é o suficiente, porque o Centro Hospitalar dos Açores continua lá encapotado. Isso não é uma boa política de saúde para os Açores.

O Centro Hospitalar dos Açores está lá.

O que se diz não é reforçar o quadro de especialidades do hospital da Ilha Terceira e do hospital da Horta. Não! O que se diz e o que se quer fazer é aumentar a deslocação de especialistas, as consultas de especialidades. É diferente de ter um especialista residente.

O Sr. Secretário sabe muito bem que é isto que está plasmado no documento.

Agora o que nós queremos é reumatologia no hospital da Ilha Terceira. Não é o aumento de consultas de reumatologia por via da deslocação de especialistas, do Centro Hospitalar dos Açores que está encapotado. Isso também é um aspeto por corrigir, Sr. Secretário Regional.

Para reestruturar é fundamental que isso se faça.

Quanto ao Centro de Oncologia dos Açores, Sr. Secretário Regional, também a missão dele não pode ser apenas aquilo que lhe querem atribuir neste documento, embora tenha evoluído um bocadinho.

Evoluiu! Melhorou! Mas ainda não é o suficiente.

Depois, Sr. Secretário, não há neste documento, lamentavelmente, um plano estratégico, de futuro, para o Serviço Regional de Saúde, na perspetiva financeira.

Os senhores introduziram taxas moderadoras. Já cobraram quase 2 milhões de euros em taxas moderadoras desde que elas foram introduzidas. Um milhão e oitocentos mil (cerca de 2 milhões de euros).

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sabe para que eram as taxas moderadoras?

**O Orador:** Era para a radioterapia.

Sr. Secretário, eu espero que Deus o ilumine em determinadas coisas, porque ouvimos, aqui, ontem, o Sr. Deputado Berto Messias dizer que se instalou o Centro de Radioterapia nos Açores, que houve um privado que disse, “não, não, eu quero fazer em São Miguel” e o Governo foi atrás.

Vá lá que o privado não disse que queria pô-lo no Ilhéu das Cabras, senão o Governo ia atrás e punha lá o Centro de Radioterapia!

Acho, Sr. Secretário, que o Governo deve ter racionalização, sim senhor. É a palavra de ordem agora.

Sr. Secretário, ainda não temos radioterapia nos Açores, era para ter começado em janeiro, primeiro trimestre de 2013, na segunda fase, que na fase 1 da PPP era para o Verão de 2012; na fase 2 do PIR era para o primeiro trimestre de 2013, velocidade de cruzeiro em 2015.

Sr. Secretário, ainda há uma hipótese de entrar em velocidade de cruzeiro em 2015.

Isto não tem nada a ver com bairrismos. Tem a ver com a boa gestão de dinheiros públicos.

Eu sei que o senhor compreende bem isto que eu estou a dizer: racionalização de investimento.

Se o Governo investiu num hospital que diz de ponta, moderno, equipado, com um bunker para a radioterapia...

**Deputado José San- Bento (PS):** Desde que tenha especialistas!

**O Orador:** ... o Sr. Secretário vai a tempo, mesmo para o privado que os senhores gostam e protegem, de lhe concessionar aquele espaço do hospital de Angra e daqui a seis meses ter radioterapia a funcionar nos Açores em velocidade de cruzeiro.

Seis meses, Sr. Secretário!

O que quer dizer que ainda em 2014 o senhor pode ter, se aproveitar a infraestrutura feita ... Olhe, até em 3 ou 4 meses pode, como o senhor bem sabe, ou melhor, nós dois bem sabemos, adquirir equipamento, porque a deslocação de especialistas é duas horas de viagem.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições, por isso vou dar por concluído o debate destas três petições e avançamos assim com a nossa Agenda.

O Ponto 11 é a **Proposta de Resolução n.º 3/X – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2012”**, apresentada pela Mesa da ALRAA.

Pergunto se há inscrições sobre esta matéria.

Não havendo vamos então votar esta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Avançamos então para o ponto 12 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 11/X – “Segunda Alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado por todos os partidos com assento nesta Assembleia.

Esta iniciativa já foi anteriormente debatida e votada nesta casa e remetida à Assembleia da República.

No entanto, com o término da nossa legislatura, a Assembleia da República, em 4 de novembro de 2012, considerou que esta iniciativa tinha caducado.

Portanto, o que hoje vamos aqui fazer é apenas renová-la para que se possa novamente remeter à Assembleia da República.

Por isso vou colocar à votação o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, e uma vez que não vai haver debate sobre esta matéria, vou colocar à votação, na generalidade, a Anteproposta de Lei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** Na generalidade, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.



**Presidente:** Na especialidade, colocarei à votação em conjunto os dois artigos que compõem esta Anteproposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** Na especialidade, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos então com a nossa Agenda, com o ponto 14: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 50/X - “Criação do Espaço Museológico da Horta dos Cabos Submarinos”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Segundo o artigo 146º do Regimento, o requerente pode usar da palavra até 10 minutos, assim como um representante de cada um dos partidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para apresentação da urgência.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Justifica-se tão simplesmente a urgência desta iniciativa devido à entrada do Orçamento em 2013 e como isto foi uma verba que está inscrita no Orçamento para 2014, achamos que era urgente aprovar para dar sequência lógica e para que, logo a partir de 2013, se possa iniciar essa recuperação da *Trinity House* e dar sequência a verba que foi aprovada e há um Projeto de Resolução que depois explica e materializa aquela verba.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência avançamos para o ponto 15, com o debate propriamente dito do Projeto de Resolução.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira para apresentação do diploma.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O património do tempo dos cabos submarinos na Horta, o mais relevante nos Açores da história das Comunicações – devido à sua expressão universal – exige uma rápida intervenção de preservação e musealização. Nos Açores há um atraso significativo relativamente a outros países e comunidades que cuidaram da valorização desta memória coletiva internacional comum.

Na cidade da Horta viveu-se um tempo pioneiro da história das comunicações, quer pela elevada capacidade tecnológica das companhias que aí operavam quer pelas políticas internacionais de comunicações que lhe deram o estatuto de “nó” dos sinais por “*cable code*”, que passavam na “*operating room*” da *Trinity House*, partilhada por empresas telegráficas de vários países.

Na primeira metade do Séc. XX, um período particularmente difícil para a humanidade, na Horta transcenderam-se fronteiras linguísticas, políticas, sociais e religiosas, o que resultou numa cidade verdadeiramente cosmopolita, precursora da sociedade global como hoje a entendemos.

A verdade é que não podemos continuar apenas a lembrar a Horta que fomos e que já não somos mais. Temos que capitalizar este património histórico de valor indiscutível e voltar a colocar a Horta no centro do mundo.

De facto, muito do alcance deste espólio se perderá caso não haja a uma visão duma perspetiva mais global. A musealização agora proposta corresponde apenas a uma dimensão local, mas não pode faltar a ambição de a incluir numa rede global ou perder-se-á todo o seu potencial. O sentido de rede dos sítios históricos congéneres da época contribuirão significativamente para projetar

uma imagem forte da importância internacional dos Açores, naquele tempo pioneiro da telegrafia submarina.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Num movimento de cidadania empenhada, com o qual o CDS-PP se solidariza, a sociedade Faialense reage ao esquecimento, que as sucessivas políticas culturais votaram este património único de elevado significado na história das telecomunicações, com a criação do Grupo dos Amigos da Horta dos Cabos Submarinos, muitos dos quais ex-cabografistas.

O trabalho realizado por este grupo, nos últimos quatro anos, assegurou avanços consideráveis nomeadamente na recuperação de equipamentos da época. Aliás, neste momento, existem no mundo apenas duas ou três pessoas capazes de recuperar este tipo de equipamento, sendo um deles um dos amigos da Horta dos Cabos Submarinos, professor reformado do “Cable and Wireless Telecommunications College de Porthcurno”.

Muitos dos cabo-telegrafistas da época, aquando do fim da atividade dos cabos na Horta, foram para outros países onde as respetivas companhias operavam tendo, através das relações pessoais que desenvolveram ao longo dos anos, dado um contributo valiosíssimos na captação do interesse de outros museus parceiros do Atlântico Norte e do Atlântico Sul que estão hoje disponíveis para colaborar na concretização do espaço museológico da Horta dos Cabos Submarinos.

Este projeto que o CDS-PP agora aqui apresenta deverá possuir duas dimensões: uma física de ordem arquitetónica e outra que se alarga ao espaço urbano envolvente.

Na dimensão de ordem arquitetónica, pretende-se que no edifício da *Trinity House*, se reconstitua o funcionamento original do equipamento de transmissão utilizado pelas companhias cabo-telegráficas da altura, associando suportes virtuais, que permitam simulações de outros elementos comunicacionais. A parceria com outros museus do Atlântico Norte e Sul possibilitará partilhar memórias de características semelhantes.

Na dimensão relativa ao espaço urbano envolvente ao universo das comunicações pretende-se constituir o “Roteiro das telecomunicações”, englobando “o memorial”, localizado na Alagoa, assinalando o local onde foi amarrado o primeiro cabo, passando pelas instalações da companhia alemã que hoje em dia alberga departamentos do Governo dos Açores, sendo vulgarmente conhecida por “colónia Alemã” e o bairro residencial da Western Union, hoje o Hotel Fayal, que muitos de nós conhecemos, num total de 14 elementos arquitetónicos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A criação desta nova valência museológica na Horta é um pequeno investimento com um grande retorno:

1. Quer em termos turísticos, capitalizando este património único de valor inquestionável;
2. Quer em termos de criação de emprego, pelas sinergias que se podem estabelecer com empresas jovens que sejam responsáveis pela criação e manutenção de plataformas virtuais complementares ao funcionamento deste espaço museológico;
3. Quer pelo eventual recurso ao regime de voluntariado pelos Amigos da Horta dos Cabos Submarinos nomeadamente como acompanhantes das visitas guiadas, sendo estes testemunhos ainda vivos desse tempo que queremos lembrar.

Assim, o CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores:

1. A afetação da *Trinity House* ao espaço museológico dos cabos submarinos, a qual dispõe de acesso autónomo;
2. A classificação da *Trinity House* como património de interesse público Regional, à semelhança do que se fez em 2012 com o conjunto edificado conhecido como “Colónia Alemã”;
3. A criação do “Roteiro das telecomunicações”;

4. A inventariação, caracterização e classificação do património edificado que constitui o “Roteiro das telecomunicações” e recuperação de algum deste património para que seja devidamente acautelado;

5. Diligencie, ainda, no sentido da construção do “Memorial da Alagoa”, elemento arquitetónico para assinalar o local onde amarraram os primeiros cabo-submarinos estrangeiros;

6. Proceda a obras de beneficiação da *Trinity House*.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições sobre esta matéria.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, quero felicitar o CDS-PP pela apresentação deste Projeto de Resolução.

Gostaria, no entanto, de sublinhar que este Projeto de Resolução não aparece assim caído do céu, no vazio. De facto, já existe muito trabalho feito nesta matéria.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já estava pensado!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os cabos submarinos normalmente não caem do céu!

**O Orador:** Naturalmente que tratando-se de um património, sobretudo, no que diz respeito aos equipamentos do cabo submarino e das suas conexões com outros equipamentos do cabo submarino noutras partes do mundo, concretamente nas duas margens do Atlântico, trata-se obviamente de um património que colocou os Açores, e concretamente a Horta, no centro do

mundo, por meio do cabo submarino e de toda a movimentação do conhecimento e da informação que ele permitiu.

Portanto, estamos todos de acordo. É um património que deve ser preservado.

De resto, como no Projeto já é referido, aquele conjunto conhecido por Colónia Alemã, que faz parte do mesmo conjunto, já está classificado.

Também faz todo o sentido que os restantes imóveis que estão ligados aos cabos submarinos, a este momento particularmente importante do início do Séc. XX e durante alguns anos mais, que sejam devidamente preservados.

Neste momento, eu gostaria de salientar que o património móvel relacionado com os cabos submarinos e que fazia parte do espólio da *Trinity House*, encontra-se inventariado, protegido e à guarda do Museu da Horta.

Aliás, foi publicado no Jornal Oficial do dia 9, um aviso, o aviso nº 79/2013, que foi por mim assinado a 14 de novembro, que abre o processo de classificação do espólio tecnológico das companhias do cabo submarino.

Este aviso está, como mandam as normas, afixado na Câmara Municipal da Horta, é o início do processo nos termos da lei. Portanto, a partir do dia 14 de novembro, este processo de classificação está em andamento.

Relativamente ao ponto 1 do Projeto, a afetação do imóvel da *Trinity House* ao espaço museológico, naturalmente é um compromisso do Governo anterior, que será cumprido na íntegra. Aqui não se coloca nenhuma questão.

Temos, no entanto, que considerar o seguinte:

Em primeiro lugar, neste momento, o imóvel está a funcionar como sede da Escola Básica e Integrada da Horta, e só ficará disponível quando o novo edifício da escola ficar pronto por finais de 2014.

No entanto, ao lado, e também num imóvel que tem a memória de tudo isso, onde está instalado o Colégio *O Castelinho*, que também vai para obras, esse colégio precisará temporariamente de instalar as crianças. Portanto, a *Trinity House* servirá também para o funcionamento do colégio enquanto decorrem as obras.

Depois do imóvel deixar de desempenhar esta nobre função que tem desempenhado nos últimos anos, ficará naturalmente disponível para que nele

seja instalado (portanto, seja cumprido o ponto 1 do Projeto de Resolução), o museu dos cabos submarinos.

O edifício ficará integralmente – e eu gostaria de salientar isso – afeto ao museu dos cabos submarinos.

Depois, ver-se-á os termos em que será feita a cedência do imóvel, naturalmente será regulada por um protocolo.

Também gostaria de salientar que este edifício da *Trinity House* não está protegido, não está classificado, mas está inventariado. É a ficha nº 188, do Inventário do Património Imóvel dos Açores, referente ao concelho da Horta, portanto, à ilha do Faial.

O edifício está devidamente inventariado, está na zona de proteção da Colónia Alemã, portanto, tem todos os direitos e as proteções de um imóvel classificado. É propriedade da Região, nele será instalado um património que entretanto será classificado, uma vez que já se iniciou o processo. Portanto, classificar neste momento um imóvel que não tem características arquitetónicas que justifiquem a sua classificação em si, mas apenas no conjunto.

Portanto, será feito uma vez que ele albergará um património classificado, que é o património móvel, os tais 740 objetos, mais o facto de estar na zona tampão, na zona de proteção do conjunto classificado.

No que diz respeito à criação do “Roteiro das telecomunicações”, é uma ideia interessante que também já foi por mim discutida com os Representantes da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta e com os Amigos dos Cabos Submarinos e em articulação com a Câmara Municipal da Horta (não pode ser de outra maneira) é possível fazer-se isso. De resto os imóveis estão inventariados e é perfeitamente possível.

Já se falou nisso. O Diretor Regional da Cultura está a par da situação. Já tem tido reuniões com os interessados. Portanto, será feito esse roteiro.

No entanto, gostaríamos de salientar que não se pense que este Museu dos Cabos Submarinos, mais o “Roteiro das Telecomunicações” aqui na Horta, só por si será uma grande atração mundial. Isto faz sentido se o relacionarmos com

outros equipamentos noutras partes do mundo e com as quais se relacionava. É preciso ter em conta isso.

Também é preciso ter em conta que essa relação, esse movimento, terá que ser desenvolvido pelo próprio museu. É assim que as coisas funcionam.

Não faz sentido que sejamos nós, Governo ou Assembleia, a definir isso.

São aspetos técnicos. Tem a ver com técnicas e princípios da museologia e da museografia, e outros, que serão oportunamente postos a funcionar pelos próprios interessados, até porque algum deste património, sobretudo do património móvel, está nas mãos de privados que para já não os querem ceder.

Os equipamentos que se encontram aqui na Horta, só fazem sentido, porque se trata de equipamentos de comunicação, se estiverem em relação com os outros equipamentos com os quais comunicavam em qualquer uma das costas das margens do Atlântico.

Portanto, essa será uma função que decorrerá naturalmente da própria dinâmica do museu.

Relativamente ao ponto 4, “inventariação, caracterização e classificação”, eu já referi isso. Os imóveis fazem parte do inventário. Portanto, todo o processo subsequente seguirá o seu caminho.

Relativamente à construção do “Memorial da Alagoa”, é uma ideia interessante que também já foi discutida com a Câmara Municipal, na anterior vereação.

De qualquer maneira, o Governo não tem nada a opor para já e posso garantir que a Direção Regional da Cultura dará todo o apoio, quer técnico, quer científico, no sentido deste projeto se concretizar.

No entanto, para já, não consideramos que seja uma prioridade, uma vez que a prioridade será preservar o património que existe, quer o construído edificado, quer o património móvel e depois então, de acordo com as disponibilidades, não só financeiras mas também humanas, se proceder à construção desse eventual “Memorial da Alagoa”. Mas, repito, não é para já. Não considero que seja uma prioridade.

Finalmente, que se “proceda a obras de beneficiação da *Trinity House*”.



A Sra. Deputada referiu que o Plano para a Região tem uma ação no valor de 25 mil euros.

Esses 25 mil euros, foi o que a Assembleia aprovou.

Como deve calcular, não vai contribuir para grandes obras no imóvel.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Nós queríamos mais!

**O Orador:** Muito bem! Foi uma excelente iniciativa.

Esses 25 mil euros vão servir, na prática, para pintar o edifício, retelhá-lo e pouco mais.

De qualquer maneira garanto que durante o ano 2014 esses 25 mil euros serão aplicados nas obras de beneficiação.

De qualquer maneira (tenha-se em conta) ainda não serão as obras definitivas. Só poderão ser feitas quando o imóvel ficar devoluto e, além disso, tratando-se de um edifício histórico, com particular interesse para a cidade, qualquer obra que nele se faça terá que obedecer às regras definidas pela legislação que protege o património cultural imóvel dos Açores.

Por isso não pensemos que se vai fazer ampliações ou qualquer obra que adultere o edifício. Ele será restituído às suas características originais e nele será constituído um museu *in situ*. Ou seja, os objetos que neste momento estão no museu da Horta regressarão ao seu local de origem onde poderão ser postos à disposição do público.

Finalmente, queria anunciar a esta casa que na próxima terça-feira o Museu da Horta vai abrir a exposição deste património imóvel, dos 740 objetos que estão à sua guarda.

Suponho que o Sr. Diretor do Museu não se importaria de eventualmente...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ah! O senhor já conseguiu convencer o Sr. Diretor! Vá lá!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Esqueceram-se foi de avisar!

**O Orador:** ... os Deputados poderem visitar a exposição antes da sua inauguração.

De qualquer maneira, na próxima terça-feira essa exposição será aberta.

O Museu da Horta tem, neste momento, as condições necessárias para que esses objetos sejam expostos, com segurança e com a informação necessária e, sobretudo, porque se trata, alguns deles, de aparelhos de grande sensibilidade, não podem ser transportados.

Portanto, está lá neste momento, estão bem guardados e ficarão à exposição do público a partir da próxima terça-feira.

Sra. Presidente, muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Continuam abertas as inscrições.

Penso não haver inscrições, vamos passar...

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que este Projeto de Resolução e esta iniciativa tem o maior interesse cultural, na medida em que estamos a analisar um projeto que teve a ver com a idade de ouro, em termos de comunicações por parte da Ilha do Faial.

Os Açores sempre tiveram um papel geoestratégico muito importante, quer para o Império Colonial Português, quer depois mais tarde, no Séc. XIX, para a idade dos Impérios Europeus e o que se significou em termos de avanços tecnológicos.

A criação dos cabos submarinos permitiu uma ligação com a tecnologia de então que ligou a Europa e a América, dois dos principais polos de desenvolvimento tecnológico da altura. Portanto, é um período de ouro.

Permitiu uma afirmação, do ponto de vista cultural, muito importante da cidade da Horta, que recebeu diversas companhias estrangeiras, recebeu um centro tecnológico muito avançado para aquela época e também um centro de comunicações que era na altura também, do ponto de vista tecnológico, muito importante.

Nesse sentido, a recuperação e a valorização deste património significa uma mais-valia muito importante para a Ilha do Faial e, portanto, para o conjunto dos Açores.

O PPM apoia este Projeto de Resolução.

Nós consideramos, evidentemente, que a verba que está consignada é uma verba que resulta da decisão do ponto de vista da aprovação da proposta de alteração que o CDS-PP apresentou na altura.

Evidentemente será necessário melhorar este investimento nos próximos anos, até que todo este núcleo esteja construído. É um projeto ambicioso, mas é um projeto estratégico para a afirmação, do ponto de vista cultural, da cidade da Horta, e da defesa deste património como património.

Como se sabe, esta decisão em manter este património até já peca por tardia, porque entretanto já se degradaram algumas infraestruturas que eram absolutamente essenciais.

Portanto, nesse sentido, o PPM valoriza muito esta iniciativa e dá o seu apoio político a este Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que estamos aqui a analisar merece a nossa inteira concordância.

Quem estuda e quem conhece o período da história do Faial do tempo dos cabos submarinos, compreende facilmente todo o alcance que é a preservação do imenso património, não só arquitetónico, mas móvel, que nos foi legado.

Também é capaz de compreender toda a importância deste período da história do Faial e do relevante que é recuperar-se essa memória para efeitos não só do respeito pela memória, mas pelos efeitos turísticos e do turismo temático que pode esse fator trazer para esta ilha e para esta zona do arquipélago.

As consequências positivas desta iniciativa são muitas, não só na preservação do património arquitetónico, mas de todo o vasto património móvel que apela com urgência para ser, não só preservado, porque ele tem estado ao cuidado do Museu da Horta, mas mais do que preservado ser musealizado, porque isso é que é importante neste contexto.

Se é verdade que todos estamos de acordo com estes objetivos, e inclusivamente o Sr. Secretário várias vezes fez referência à importância da preservação do património e à prioridade que era a preservação e a proteção do património, infelizmente a verdade é que foi o anterior Governo Regional que cometeu o crime, o atentado, de ter demolido a casa das máquinas que pertencia a este conjunto e que era naturalmente um enriquecimento...

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** E a escola da Horta?

**O Orador:** ... para este conjunto e para este projeto da valorização dos cabos submarinos e da história dos cabos submarinos nesta ilha.

Portanto, é com profundo lamento que esta preocupação, esta prioridade à proteção do nosso património, tenha sido relativamente recente, porque a verdade é que se empobreceu o conjunto que ali dispúnhamos.

Neste Projeto de Resolução – e aliás as palavras do Sr. Secretário foram nesse aspeto cristalinas, são 25 mil euros para fazer a reparação e a pintura da casa *Trinity House* – parece-nos que falta uma coisa, que é recomendar ao Governo Regional que dote o Museu da Horta com meios financeiros e técnicos para poder cumprir aquilo que me parece ser também uma prioridade essencial neste processo, que é a musealização deste património que está à guarda do Museu da Horta.

Muito obrigado.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E talvez um diretor novo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(\*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Ele é desporto, ele é museus!

(*Risos da câmara*)

Em relação a este Projeto de Resolução, apresentado pelo CDS-PP, penso que este texto é conhecido por todas as forças políticas com representação nesta casa, tendo em conta as várias reuniões que foram mantidas, penso que com todos os partidos que têm representação nesta casa, com os Amigos dos Cabos Submarinos e com os Antigos Alunos do Liceu da Horta, onde claramente foram colocadas essas preocupações nas diversas reuniões que tivemos, mais ou menos com as mesmas palavras desse Projeto de Resolução.

Já foi referenciado, quer pela Sra. Deputada Graça Silveira, quer pelo Sr. Secretário, a importância que os cabos submarinos tiveram no Faial, a importância que os cabos submarinos tiveram nos Açores, os registos que deixaram e que se perpetuam ao longo desses anos ainda na nossa comunidade, e também a importância que tem na recuperação do espólio existente.

Felizmente, o Museu da Horta já iniciou esse processo, quer com os técnicos que possui, mas também com uma grande rede de voluntariado, alguns ligados à temática dos cabos submarinos, que também deram o seu contributo fundamental e importante para o desenvolvimento daquilo que é o futuro do núcleo museológico dos cabos submarinos.

Reconhecemos também o compromisso do antigo Governo, assim como a alteração, no último plenário, ao Plano e ao Orçamento no valor de 25 mil euros, para a criação do Núcleo Museológico dos Cabos Submarinos, excluindo aquilo que são as propostas escritas em manifesto eleitoral dos diversos partidos.

No entanto, pensamos que nos tempos de hoje, e nesta fase onde a *Trinity House* ainda está em funções com o funcionamento da Escola Básica e Integrada da Horta, e tendo em conta a segunda fase das obras desta mesma instituição, que incluirá quer a valência desportiva, quer também a remodelação do Lar das Criancinhas, *O Castelinho*, que como sabemos faz parte deste espólio, é importante trabalharmos em parceria, em sinergia, numa lógica de disponibilizarmos este edifício – e esta recomendação deixo-a aqui nesta casa – depois em sintonia com as obras da segunda fase, visto que estamos a falar de

edifícios, quer a *Trinity House*, quer a Fredónia, que hoje servem de valência a uma escola e a uma creche.

Também gostava de referenciar – e penso que o Projeto de Resolução assim bem o define – que tudo isso pode ser feito de uma forma progressiva.

Penso que é vontade do CDS-PP, assim como vontade de todos os partidos desta casa, assim como dos faialenses e dos Amigos dos Cabos Submarinos, que isso tudo seja feito de uma forma em que estejamos todos em sintonia, e que o futuro seja a segunda fase da Escola Básica e Integrada, a remodelação do lar *O Castelinho*, assim como a criação do Núcleo Museológico dos Cabos Submarinos.

Também gostava de referir, no corpo resolutivo do Projeto de Resolução, o ponto 5 que diligencia no sentido da construção do “Memorial da Alagoa” e recordar as afirmações na evocação que foi feita aos Cabos Submarinos, na Gare de Passageiros do novo porto da Horta, onde o Sr. Secretário do Turismo e Transportes referenciou que estava disponível para a construção e a consolidação do Projeto do “Memorial da Alagoa” relativamente aos Cabos Submarinos.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sim, senhor! Estava a ver que ninguém se lembrava!

**O Orador:** Sendo assim, e de acordo com os aspetos, preocupações e considerações que aqui apresentei, o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta de resolução.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vai votar e bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria sublinhar mais duas ou três coisas que acho que são importantes dizer.

Concordo em absoluto com o Sr. Secretário quando diz que, de facto, a grande parte do potencial deste espaço museológico se perderá se não houver a ambição de integrar o espaço museológico da Horta, do tempo dos cabos

submarinos, numa rede internacional de sítios históricos que são congéneres do espaço museológico da Horta e que, de facto, já existe neste momento uma vontade explícita, nomeadamente do Museu da Terra Nova, no Canadá, e do *Porthcurno* na Inglaterra, de não só ajudarem à instalação deste espaço, como a cedência de vários elementos comunicacionais, como ainda de estarem disponíveis para, de uma forma virtual, após a criação de plataformas virtuais, haver a transmissão de vários museus para o Museu da Horta.

Percebo que existam prioridades, mas acho que deixei claro, no Projeto de Resolução de que a *Trinity House* não é o edifício todo. O *operating room*, que é a parte em que existe alguma urgência de afetação, é só a parte frontal. Digo, inclusivamente, que tem um acesso separado e que todo o restante espaço onde poderão ficar as criancinhas de *O Castelinho* é a parte que não seria utilizada.

Há uma urgência nisto. Isto diz-me especialmente respeito. Não sei se sabem, mas posso fazer esta declaração aqui, porque o meu pai é um ex-cabografista e é um dos fundadores do Amigos. Portanto, toda a vida ouvi falar nisto.

**Deputado Berto Messias (PS):** Não tínhamos percebido!

**A Oradora:** Não é por nada, mas porque tenho bem a noção da importância que isto tem e do quanto isto poderia ser capitalizado.

Converso frequentemente com outros elementos. As pessoas não têm a noção de que quando fecharam os cabos aqui houve muitos faialenses que foram espalhados pelo mundo, foram trabalhar onde as companhias ainda continuavam a operar, muitos deles com posições de destaque, nomeadamente na carreira diplomática, que tem hoje um potencial de relações pessoais, que conseguiram capitalizar, que conseguiram sensibilizar essas pessoas que estão dispostas, já, e neste momento, a ajudar a Horta nesse sentido.

Portanto, esta boa vontade, o tempo é agora.

Mais. Muitos dos ex-cabrografistas, que são representantes vivos desta história, poderão servir de cicerones, a explicar o que é que foi a Horta. Isso é de um valor incalculável em termos turísticos, poderem-se passear nesta cidade e explicar como é que as coisas foram. Neste momento (fins de 70), os mais novos, a maior parte deles, estão na idade dos 80.

Foi exatamente quando se reformaram e voltaram à Horta e começaram a ver o estado de abandono em que todo esse espólio estava, movimentaram-se numa atitude de cidadania que, enquanto faialense, eu muito me orgulho.

Obviamente o CDS não pretende ser original com isto. Como disse o Sr. Deputado Lúcio e muito bem, imensas pessoas já falaram, imensas pessoas já viram. Portanto, acho que a hora é agora, porque senão podemos continuar com o património imaterial, mas todas estas vivências, todo este património imaterial que resulta da boa vontade, da experiência e das conexões que já existem e podem ser capitalizadas, poderá perder-se muito em breve.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já há algum tempo que estava para fazer esta referência. Aproveito agora o enquadramento da criação de mais um Núcleo Museológico na Ilha do Faial para fazer referência à necessidade, Sr. Secretário, de existir rigor depois na transmissão dos conteúdos.

Não pode ser tipo Casa Manuel de Arriaga. Aquela informação que é veiculada em relação às questões relacionadas com o regime, é uma informação errada, do ponto de vista factual.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quais são os erros?

**O Orador:** O que queremos é que o museu transmita aos estudantes e às crianças informações corretas e não faça a apologia gratuita de um regime sem rigor histórico.

Portanto, muita atenção aos conteúdos porque na Casa Manuel de Arriaga temos ali um Museu, que o PPM até votou favoravelmente, mas estávamos à espera que fosse transmitida uma informação, do ponto de vista factual, verdadeira.

**Deputado Francisco César (PS):** Qual é a informação?



**O Orador:** Não é isso que é feito. Portanto, há ali uma apologia falsa do regime, projetando atributos que o regime não teve. Não está em causa a personalidade excepcional de Manuel de Arriaga, com certeza, mas é absolutamente essencial ter muito atenção aos conteúdos.

Os conteúdos têm que ser exatos, têm que ser rigorosos, têm que ser verdadeiros.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições. Penso que agora podemos votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17:30H.

*Eram 16 horas e 59 minutos.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 41 minutos.*

Vamos avançar com a Agenda da Reunião. O ponto seguinte é o ponto 16:

**Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 51/X “POSEI”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para justificar a urgência.

(\*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta um Projeto de Resolução sobre o Programa POSEI e solicita a sua urgência e dispensa de exame em comissão, fundamentando o facto do próprio regulamento da União Europeia 228/2013,

no seu artigo 35º, indicar que a Comissão procede à revisão das disposições do regime POSEI até ao final de 2013, tendo em conta a sua eficácia e o novo quadro da PAC e, se necessário, apresenta propostas adequadas para um regime POSEI revisto.

Como sabem os Srs. Deputados, a PAC (Política Agrícola Comum), foi recentemente aprovada pelo Parlamento Europeu. Como também sabem os Srs. Deputados, esta eventualidade de apresentar propostas já passou a uma certeza. Passando a certeza o Parlamento Regional não pode perder mais tempo e tem que afirmar uma posição sobre o passado, o presente e o futuro deste Programa que é tão importante e é de interesse regional para os Açores.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O POSEI é uma ferramenta fundamental para o futuro do setor agrícola e, em particular, no apoio às produções locais, que muito beneficiaram deste regime nos últimos sete anos da sua aplicação, precisamente, porque os Governos do Partido Socialista colocaram em vigor aquilo que foi considerado unanimemente um excelente programa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Mas baixa à Comissão para a Comissão se pronunciar!

**O Orador:** O POSEI é e continuará a ser um programa essencial para a agricultura da Região.

Obviamente que neste momento necessita eventualmente de ser revisto, para ser adaptado para o futuro, até pelas alterações que ocorreram neste período de tempo, quer do ponto de vista económico e social, mas fundamentalmente pelos desafios deste novo tempo e pela grande modernização e evolução quantitativa, qualitativa e de notoriedade que se verificou nas nossas produções locais.

Este é, pois, um assunto que merece a maior atenção e contribuição de todos os agentes das fileiras produtivas dos Açores e merece o maior consenso possível, em nome da estabilidade e da melhoria contínua das condições de trabalho, de rendimento e de sustentabilidade do nosso setor agropecuário dos Açores.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que esta é uma matéria que deve seguir para análise em comissão e baixar à Comissão especializada de Economia.

Entendemos, até pelos prazos previstos no próprio Projeto de Resolução, que é perfeitamente possível estarmos em condições de no plenário do mês de março a Comissão de Economia apresentar aquela que será eventualmente a posição deste plenário sobre esta matéria.

Pelo facto, iremos votar contra o pedido de urgência.

Muito obrigado.

**Deputado António Ventura (PSD):** Mas se vão aprovar o projeto mais tarde, não nos importamos!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

**Secretária:** O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Avançamos assim para o ponto 18 da nossa Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/X “Cria o regime de integração excecional dos docentes contratados por concurso externo extraordinário em 2014”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentação da urgência.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O nosso pedido de urgência tem como principal considerando exatamente aquele que consta da folha de rosto do diploma, do Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Prende-se com o interesse público que obviamente todos reconhecerão, pensamos nós, em que a matéria em questão, no caso a integração excepcional dos docentes contratados nos quadros da Região Autónoma dos Açores, através de um concurso externo extraordinário em 2014, seja debatida e votada no mínimo tempo possível, de modo a que dê resposta na nossa Região à intimação (e não à intimidação; há um erro, nós substituiremos esta folha; nós ainda somos intimados, mas não intimidados com tanta facilidade,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... nem mesmo pela União Europeia) da Comissão Europeia a Portugal, que tem agora 60 dias – agora já não tem, tem menos de 60 dias – para dar conta do procedimento para o cumprimento da Diretiva 1999/70, do Conselho Europeu, de 29 de junho de 99.

Fazemos este pedido de urgência ao abrigo do artigo 146º, no sentido de que sejam encurtados os tempos de análise e de auscultação, em sede de comissão.

Portanto, a urgência é no trabalho de comissão.

Achamos que esse trabalho pode ser fecundo e útil, na medida em que o Bloco de Esquerda está, como sempre esteve, disponível para encontrar consensos nesta como noutras matérias, mas fundamentalmente e neste caso nesta, em nome dos docentes da nossa Região, sobretudo das centenas de precários que infelizmente ensinam nas nossas escolas.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Jugo não haver inscrições, pelo que está à votação o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência, baixa então à comissão competente na matéria que deverá considerar a urgência na tramitação processual.

Avançamos para o ponto 19 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 52/X “Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento (FLAD)”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Como não vai haver apresentação da urgência, então vamos passar de imediato à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado, vamos então passar diretamente para o debate e apresentação do Projeto de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Cabe-me apresentar este Projeto de Resolução que não é só proposta do Partido Socialista, é também proposta do CDS-PP e do PPM.

A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) foi criada em 1985, com o objetivo de promover as relações entre Portugal e os Estados Unidos da América, visando, através da sua ação, o desenvolvimento económico, social e cultural português.

O seu património inicial constituiu-se através de transferências monetárias feitas pelo estado Português, e provenientes do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA (1983), o qual tem como pedra basilar a utilização da Base das Lajes, na ilha Terceira.

É aí que a existência da FLAD encontra o seu substrato factual, pelo que é unânime nos Açores o entendimento que a sua ação deve ter em especial

consideração os projetos, as iniciativas e as necessidades da Região Autónoma dos Açores.

Uma das formas de garantir que, na sua ação quotidiana, a FLAD tem essa atenção e cuidado acrescidos relativamente à Região Autónoma dos Açores, é a que consiste em ter presente no órgão executivo da fundação uma personalidade que tenha uma especial ligação com a nossa Região.

Ao longo dos últimos anos, o Dr. Mário Mesquita foi quem assumiu essa função, lançando, nuns casos, e acarinhando, noutros, projetos que constituem o início da reconciliação da ação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento com os Açores.

No momento presente, em que a histórica relação diplomática entre Portugal e os Estados Unidos da América é assente na Base das Lajes, ilha Terceira, é posta à prova, mais sentido faz uma presença de sentir açoriano ao nível do órgão executivo da FLAD.

Assim, tendo presente o processo em curso de renovação da constituição dos órgãos sociais da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos legais e regimentais aplicáveis, propomos que este Parlamento aprove o seguinte projeto de resolução:

- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária, delibera recomendar que se mantenha, ao nível do Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a presença de um titular com especial ligação aos Açores e especial sensibilidade para as questões açorianas, como se verificou no mandato que agora finda.

- Mais delibera dar conhecimento desta Resolução a Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal.

Disse.

**Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*) e **Deputados Francisco César e Miguel Costa** (*PS*): Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

A mesa já tem inscrições. Tem palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera que é, de facto, importante que no Conselho Diretivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento esteja presente e faça parte uma personalidade com forte ligação aos Açores.

Aliás, o mandato do Dr. Mário Mesquita releva exatamente essa importância, uma vez que as relações e a intervenção da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento na Região Autónoma dos Açores surtiu os seus efeitos. Sentimos a presença da atividade da FLAD na Região Autónoma dos Açores, mas também na nossa diáspora, designadamente no Museu dos Baleeiros, em New Bedford, para o qual a presença do Dr. Mário Mesquita contribuiu.

Portanto, vamos dar o voto favorável a esta iniciativa proposta pelo Partido Socialista, pelo CDS-PP e pelo PPM.

Gostaria de anunciar o seguinte:

A Representação Parlamentar do PCP irá, já no próximo mês de janeiro, apresentar um Projeto de Resolução recomendando a abertura de uma Representação da FLAD (um gabinete) no concelho da Praia da Vitória.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de dizer, desde já, que o PSD-Açores se vai associar ao texto que aqui vamos votar, no sentido de que concordamos com este expressar de um desejo de que se mantenha um açoriano, ou alguém com ligação aos Açores, no Conselho Executivo na Fundação Luso-Americana.

Para além de concordarmos que a Assembleia expresse este desejo, gostaria de colocar duas questões, uma ao Sr. Presidente do Governo Regional e uma ao Sr. Deputado Berto Messias.

Sr. Presidente do Governo Regional, gostaria de lhe colocar a questão se o Dr. Professor Miguel Monjardino foi indicado ao Sr. Primeiro-Ministro para o

Conselho de Curadores, pelo Governo Regional dos Açores? Como é que se passou esse processo?

Ao Sr. Deputado Berto Messias gostaria de questioná-lo, concretamente, a quem é que estamos a recomendar?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Subscrevemos este Projeto de Resolução porque achamos importante que haja uma personalidade no Conselho de Administração da FLAD, que tenha especial sensibilidade para as questões açorianas, para as questões dos Açores.

Também devo dizer (já um esclarecimento ao Sr. Aníbal Pires) que por proposta do CDS, na Comissão de 2008 que estudou o impacto económico da Base das Lajes, na Ilha Terceira, um estudo realizado por este Parlamento e por uma Comissão Eventual dedicada a esse assunto, umas das recomendações que lá estava (ainda não cumprida, é certo), e aprovada por unanimidade por este Parlamento, era a instalação de uma delegação da FLAD no Concelho da Praia da Vitória.

Disso foi dado conhecimento ao Governo da República, de então (estamos a falar de 2008), foi dado conhecimento à Fundação Luso-Americana, que continua a ser a mesma, e, por infortúnio, ainda não fará mal insistir no assunto, com certeza. Mas para lhe recordar que essa proposta foi feita aqui, aprovada e ainda não teve, infelizmente, execução.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Com gosto, para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.



Em tempo e em prazo que não me recordo agora em concreto, o Sr. Primeiro-Ministro teve a amabilidade de me telefonar no sentido de dar de conta do seu entendimento. No âmbito do Conselho de Curadores da FLAD, ele entendia que deveria de haver um nome que pudesse ser avaliado, em conjunto, com o Governo Regional dos Açores.

Aproveitando essa oportunidade, o Governo Regional dos Açores indicou o nome do Dr. Miguel Monjardino, tendo naturalmente ficado satisfeito por esse nome ter sido acolhido pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Portanto, a resposta à questão colocada pelo Sr. Deputado Duarte Freitas é esta, registando também nesta casa, perante esta câmara, perante as Sras. e os Srs. Deputados, este entendimento da parte do Sr. Primeiro-Ministro que, no fundo, vem no seguimento daquela era já uma prática, pelo menos no anterior Conselho de Curadores, de ter presente um nome que fosse articulado, ou pelo menos colocado à consideração, por parte do Governo dos Açores.

No anterior mandato tratou-se do Dr. Vasco Pereira da Costa. Neste mandato que agora se inicia trata-se do Dr. Miguel Monjardino.

Ficamos naturalmente satisfeitos por esta boa prática continuar e por esta boa prática ter seguimento com o atual Primeiro-Ministro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(\*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário da Saúde:

Apenas para responder à pergunta do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Parece-me que o texto da resolução e aquilo que propõe é perfeitamente claro.

Nós fazemos esta recomendação a quem tem competência sobre esta matéria. Entendemos dar também conhecimento ao Sr. Primeiro-Ministro pela via institucional que julgamos ser a mais adequada.

Se o Sr. Deputado Duarte Freitas ou o PSD entendem que deve ser feita de outra maneira ou deve haver uma recomendação mais direta e mais assertiva dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro de Portugal, pois muito bem. Estamos

naturalmente disponíveis para alterar ou reformular o texto para cumprir alguma vontade que o PSD tenha sobre esta matéria.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

Faço-lhe então uma outra questão, Sr. Deputado Berto Messias:

Sabe-me explicar, ou pode-nos explicar, como é que é feito o processo de escolha dos membros para o Conselho Executivo da FLAD?

Se puder fazer o favor de nos explicar, eu agradecia.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo, pediu a palavra. Tem a palavra Sr. Presidente.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu intervenho nesta fase, para além de responder à questão direta que o Sr. Deputado Duarte Freitas me colocou, para trazer também para este debate a apreciação que o Governo faz desta proposta de resolução.

E a apreciação que o Governo faz desta proposta de resolução, é que ela é meritória, ela é tempestiva no sentido de ser no momento certo, e está formulada nos termos institucionais mais adequados.

Naturalmente que o Sr. Deputado Duarte Freitas faz a pergunta de forma retórica, porque a forma de nomeação está no Decreto-Lei dos Estatutos da FLAD.

Se é certo que o Conselho de Curadores elege o Conselho de Administração, o Conselho Executivo é escolhido pelo Sr. Primeiro-Ministro.

*(Aceno negativo de cabeça do Deputado Duarte Freitas)*

É sim senhor! O Conselho Executivo é escolhido pelo Sr. Primeiro-Ministro.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Não senhor!

**O Orador:** Daí eu considero que esta proposta de resolução está feita da forma adequada.

O Conselho de Curadores elege o Conselho de Administração. O Conselho Executivo é de entre os membros do Conselho de Administração...

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Ah!

**O Orador:** ... escolhido pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Não percebo em que é que esta questão está errada.

**Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD):** Percebe!

**O Orador:** O Conselho de Curadores elege o Conselho de Administração; o Conselho de Administração é escolhido pelo Sr. Primeiro-Ministro e o Conselho Executivo é escolhido pelo Sr. Primeiro-Ministro de entre os membros do Conselho de Administração.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Então estamos a recomendar a quem? É um desejo!

**Deputado Berto Messias (PS):** Vou explicar a seguir!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Está mais que explicado!

**O Orador:** A razão pela qual eu acho que esta proposta de resolução está formulada, do ponto de vista institucional adequado, é porque ela vai no sentido da escolha do Conselho Executivo.

Obviamente que com este processo de formulação, toda a gente sabe que isso depende do Dr. Mário Mesquita ser eleito membro do Conselho de Administração, obviamente.

A Assembleia Legislativa considera adequado recomendar ao Conselho de Curadores que eleja o Dr. Mário Mesquita ou outra pessoa para o Conselho de Administração?

Bom, acho que entre órgãos políticos, a postura institucional adequada seria mais esta de, no fundo, em relação ao órgão político, outro órgão político tomar essa posição. Por isso é que considero que a Resolução está feita da forma adequada e correta.

Se porventura, também me parece óbvio, falhar o pressuposto que é a presença no Conselho de Administração, naturalmente que ninguém pode exigir, ao Sr.

Primeiro-Ministro, que faça algo que não tenha possibilidade objetiva para o fazer.

Agora, a questão não é esta.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** A questão é exatamente essa!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Já os lacónicos diziam isso: se!

**O Orador:** A questão é ao contrário.

Estando presente no Conselho de Administração, recomendamos ou não, neste caso concreto, que esta câmara (se for necessário também explicitarei as diligências que o Governo Regional tem desenvolvido sobre essa matéria) seja escolhida para o Conselho Executivo.

Esta é a questão.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É diferente do que está ali escrito!

**O Orador:** E é isto que em boa hora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, e que em boa hora na minha modesta opinião, julgo que esta câmara devia aprovar.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

Sr. Presidente do Governo, muito obrigado pelas suas explicações. Foram claras e muito corretas.

Portanto, é este o momento também para relembrar aquilo que eu disse no início. Nós vamos votar favoravelmente esta proposta que aqui está, entendendo isto como um desejo.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** É uma recomendação!

**O Orador:** Isto é entendido como um desejo. Esta câmara está a expressar um desejo. Mas tudo bem!

Mesmo que seja meramente um desejo, nós estamos aqui para concordar – ponto 1.

Ponto 2 – Ao que sei, aqui neste texto, não está o Professor Mário Mesquita, por muita consideração que nós tenhamos por ele, e eu tenho pessoalmente, mas não é isso que nós estamos a votar.

Houve uma primeira versão que se falava nesse nome, Sr. Presidente. Agora há uma segunda que já não se fala no Professor Mário Mesquita.

É preciso também saber, ao fim e ao cabo, se ao estarmos a votar isto *ad hominem*, se na prática o estaremos a fazer. Esta questão é bom que possamos esclarecer.

Em terceiro lugar, aquilo que eu gostaria aqui de sublinhar, é por que é que eu digo que isto é a expressão de um desejo, é porque é o Conselho de Curadores que vai indicar os cinco membros do Conselho de Administração.

Portanto, não é o Governo da República que o vai indicar, nem é este Parlamento, infelizmente, quem indica os cinco membros do Conselho de Administração, é o Conselho de Curadores que é constituído por sete pessoas.

Depois, o Conselho Executivo é indicado pelo Conselho de Administração. Sai do Conselho de Administração, não é?

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Não é indiciado pelo Conselho de Administração!

**O Orador:** O Conselho Executivo tem duas pessoas. Já tem uma, que é o Presidente, que foi indicado pelo Primeiro- Ministro (já sabemos quem é); depois, as outras duas pessoas que vão constituir o Conselho Executivo e que são nomeadas pelo Primeiro-Ministro, saem do Conselho de Administração.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Ah! Isso é diferente de ser indicado pelo Conselho de Administração!

**O Orador:** Portanto, aquilo que estamos a fazer aqui é a expressar um desejo ao Conselho de Curadores que indique um açoriano para o Conselho de Administração...

**Deputado Francisco César (PS):** Não é que indica! É o Primeiro-Ministro!

**O Orador:** ... para que depois o Primeiro-Ministro possa escolhê-lo para Conselho Executivo.

Portanto, inauguramos nesta casa uma nova figura regional, que é uma proposta de desejo. Mas estamos aqui para votar favoravelmente esse desejo, por muito que seja meramente um desejo e por muito que se veja que o Sr. Deputado Berto Messias não tinha condições para explicar a quem é que nós estamos a recomendar alguma coisa.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Se fosse o Grupo Parlamentar do PSD, tinha descoberto o petróleo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

**(\*) Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

Devo dizer que estou absolutamente perplexo com a participação e a postura do Presidente do PSD neste debate, com perguntas que julgo não fazerem muito sentido naquilo que estamos a discutir. Mas, enfim, são legítimas, eu respeito-as.

Eu julgo aliás, que o texto que consta da Resolução, que aquilo que a resolução propõe, é muito claro e não é um desejo, Sr. Deputado Duarte Freitas, é a afirmação política do Parlamento dos Açores relativamente a uma matéria que é muito importante para a nossa Região.

Isto não é um desejo.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Se, se, se... São três seguidos!

**O Orador:** Considerar um desejo é minorizar o Parlamento dos Açores e o órgão máximo da autonomia dos Açores. Essa é que é a questão.

Eu volto a dizer aquilo que já referi:

Nós entendemos (os partidos proponentes entendem!) que esta é a forma institucional mais adequada para afirmar, política e institucionalmente, esta questão.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E recomenda a quem?

**O Orador:** Se o Presidente do PSD e o PSD-Açores entendem que deve ser feita de outra forma, que deve haver uma recomendação mais direta e mais assertiva, dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro de Portugal...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Mas a quem? O Primeiro-Ministro não é que decide!

**O Orador:** ... pois muito bem, estamos disponíveis para discuti-la.

Como, aliás, o senhor, há pouco, referiu na sua intervenção, também o PSD foi convidado para ser um subscritor desta Resolução.

Era este o esclarecimento que queria prestar.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Recomendamos a quem?

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas suscita uma questão que me parece ser importante ficar esclarecida neste nosso debate, para que se compreenda verdadeiramente aquela que é a questão que aqui está em causa e, sobretudo, aquele que é o posicionamento de cada um dos partidos políticos, nomeadamente do partido político que suscita essa questão. Esse mesmo aspeto deve ficar perfeitamente claro.

A Resolução parece-me clara e óbvia: recomenda...

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** A quem?

**O Orador:** Então vou explicar.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** É melhor!

**O Orador:** Recomenda a presença de uma voz açoriana no Conselho Executivo.

**Deputado António Marinho (PSD):** Quem é que está no Conselho Executivo?

**O Orador:** Quem é que nomeia o Conselho Executivo?!

Lá está!... Quem nomeia o Conselho Executivo é o Primeiro-Ministro.

Portanto, se juntarmos uma coisa com a outra quer dizer que é uma recomendação ao...

**Deputado Francisco César (PS):** Diga, diga!

**O Orador:** Ao... Primeiro-Ministro!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Diz que é para dar conhecimento ao Primeiro-Ministro!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** E por que é que não está no texto?

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas para que foi isto?

**O Orador:** A confusão do PSD é... Se porventura no texto desta resolução tivesse, *recomenda que nos órgãos sociais da Fundação haja uma voz açoriana*, a dúvida do PSD fazia todo o sentido.

Mas só há uma pessoa que pode nomear o Conselho Executivo.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** De entre quem?

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Há 8 pessoas!

**O Orador:** O Sr. Primeiro-Ministro!

Por que razão é que eu considero que esta proposta de resolução tem a formulação adequada?

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mas como é que indicado o Conselho de Administração?

**Deputado António Marinho (PSD):** Como é que vai parar um açoriano ao Conselho de Administração?

**O Orador:** Porque parece-me, naturalmente, (pode ser seguido, essa é a minha opinião) que a forma institucional correta não seria a de dizer *a Assembleia Legislativa recomenda ao Sr. Primeiro-Ministro que...* faça isto ou faça aquilo. Opta-se por uma forma institucional mais adequada. Recomenda-se o que se recomenda, chega-se lá naturalmente por quem tem essa competência e no segundo ponto diz-se que se dá conhecimento a esse órgão.



Mas se isso causa dúvidas ao PSD, é a questão de esclarecer. Não sei se há, mas é uma questão de esclarecer. É tão simples quanto isso.

No entanto, *e pur si muove*. E a dúvida mantém-se.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** O senhor sabe que já percebemos!

**O Orador:** Que o PSD concorda com a presença de um elemento no Conselho de Curadores? Percebi que sim.

Que concorda com a presença de um elemento dos Açores no Conselho de Administração? Também percebi que sim.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Também percebemos isso!

**O Orador:** Concorda com a presença de um elemento dos Açores no Conselho Executivo?

Então está esclarecido. Não percebo qual é a discussão.

Muito obrigado.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** O problema é como é que vai parar um açoriano ao Conselho de Administração!

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Faça-se um desenho!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Secretário Regional:

Penso que todos já percebemos o que está em causa. Esta recomendação, que é um desejo pelas razões que já percebemos, vai ter o apoio de todos nós.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Então qual é a dúvida?

**O Orador:** Todos nós temos esse desejo.

Portanto, as três questões que o Sr. Presidente do Governo estava a colocar são retóricas.

Sim, senhor. Nós concordamos com o Dr. Miguel Monjardino no Conselho de Curadores.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Mas o Conselho Executivo tem a ver com o Sr. Primeiro-Ministro?

**O Orador:** Concordamos que tenha um açoriano no Conselho de Administração e concordamos que tenha um açoriano no Conselho Executivo.

Para que isto se cumpra, para que exista um açoriano no Conselho de Administração, não tem a ver com o Primeiro-Ministro, tem a ver com o Conselho de Curadores, Sr. Presidente e o senhor sabe bem.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Mas o Conselho de Curadores tem a ver com o Primeiro-Ministro!

**O Orador:** Sr. Presidente, diga-me uma coisa:

É verdade ou é mentira que é o Conselho de Curadores, e mais ninguém, que indica o Conselho de Administração? É verdade ou não é?

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Eu vou responder, mas não é em aparte!

**O Orador:** Isto, sim, é uma pergunta retórica, porque o senhor já respondeu há bocadinho e sabe.

O Conselho de Administração sai do Conselho de Curadores.

**Deputado Francisco César (PS):** É nomeado pelo Governo?

**O Orador:** Não!

Os senhores ainda não perceberam.

**Deputado Berto Messias (PS):** Como é não sabem? Está na página da FLAD!

**O Orador:** O Sr. Presidente do Governo já explicou. Nós já sabíamos, mas os senhores ainda não perceberam o que é que estão a propor aqui. Esse é que é o problema.

*(Aplausos dos Deputados do bancada do PSD)*

Eu imagino, eu percebo a intenção, concordo com a intenção. Percebo tudo. Percebo o esforço.

Agradeço ao Sr. Presidente do Governo o seu esforço e a sua clarificação.

Estamos sintonizados, agora é preciso que as pessoas percebam o que é que nós vamos aprovar. É por isso que desde o início disse que vamos aprovar um desejo, porque aquilo que podemos fazer é desejar que o Conselho de

Curadores indique um açoriano para o Conselho de Administração. É tudo o que podemos fazer.

Certamente, Sr. Presidente do Governo, tendo o Dr. Miguel Monjardino sido indicado, de comum acordo naturalmente, e eu acho que foi uma excelente sugestão e um excelente entendimento para o Conselho de Curadores, aquilo que podemos esperar é que o Dr. Miguel Monjardino apresente um nome de um açoriano para o Conselho de Administração, que no Conselho de Curadores esse nome passe, e então aí, depois de estar no Conselho de Administração é que poderá ir para o Conselho Executivo. É assim.

Como disse, é a primeira vez que nesta casa se faz de uma resolução com a expressão de um desejo, mas estamos aqui para aprovar.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor está a minimizar o Parlamento dos Açores!

*(Aplausos dos Deputados do bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

O PPM é um dos subscritores deste Projeto de Resolução.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Já se arrependeu!

**O Orador:** Não, não me arrependi. Nunca me arrependo das atitudes que tomo em defesa dos Açores.

O que devo dizer é o seguinte:

É um desejo, é uma recomendação!

É uma recomendação. Uma recomendação resulta de um desejo.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Mas a quem?

**O Orador:** Há um desejo político desta casa de que esteja um açoriano no Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a

presença de um titular com especial ligação aos Açores, especial sensibilidade. Isto é uma recomendação.

Esta recomendação, na minha perspetiva, está correta, na medida em que esta recomendação é feita a quem?

Para quem tem a capacidade política de influenciar este processo. E quem é? O Primeiro-Ministro!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Os Curadores!

**O Orador:** É evidente. Quem é que tem a capacidade política e influenciar este processo? É o Primeiro-Ministro!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não, não! Quem tem a capacidade é esta Assembleia!

**O Orador:** O Parlamento dos Açores, sendo um órgão de decisão política, deve dirigir-se a quem? Deve dirigir-se a quem tem a capacidade política de influenciar o processo de negociação. E quem é que tem essa capacidade política? É o Primeiro-Ministro...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não! É o Parlamento!

**O Orador:** ... como ficou bem provado.

Meus senhores, é absolutamente evidente que existe uma personalidade que tem um poder absolutamente decisivo nesta questão e capacidade de influenciar o processo, porque nós não somos ingénuos.

Quem é que tem capacidade política de influenciar este processo?

É o Primeiro-Ministro e é a quem o Parlamento dos Açores faz uma recomendação.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não é o que está escrito!

**O Orador:** E esta recomendação é a um agente político que tem capacidade de influenciar o processo.

Na minha perspetiva está corretíssimo o que estes três partidos apresentaram, em relação a esta questão.

Mais, e termino Sr. Deputado Duarte Freitas.

Discordamos na seguinte questão:

O Sr. Deputado (o PSD!) concorda com este desejo.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Concordo!

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Com o desejo!

**O Orador:** E concorda com a recomendação.

**Deputado António Marinho (PSD):** Qual recomendação?

**O Orador:** Não! Está aqui a recomendação. É isto que vai votar. Vai votar na recomendação.

Concorda com o Projeto de Resolução. Nesse sentido, vai votar favoravelmente a recomendação do Parlamento dos Açores.

Nesse sentido, a vossa responsabilidade política é evidente, porque se o documento vai ser aprovado por unanimidade, como já se viu pelas diversas posições, é um documento do Parlamento dos Açores ao Sr. Primeiro-Ministro, que é quem tem capacidade de influenciar este processo.

Portanto, corretíssimo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

Eu não tinha nenhuma intenção de regressar ao debate, mas isto está a parecer-me tão surreal que, ou eu não estou a perceber, ou é o Deputado Duarte que não está a perceber.

É evidente que a recomendação só surte efeito se no Conselho de Administração houver um açoriano.

Sr. Deputado Duarte Freitas, e depois?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Falta o *se*!

**O Orador:** Não temos legitimidade para fazer essa recomendação política?

Claro que temos!

Não percebo qual é a dúvida.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** É o desejo!

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Não há dúvida, há incómodo, pelos vistos!

**O Orador:** Nem percebo qual é a adjectivação à do desejo, em vez de ser recomendação? Pelo amor de Deus, Sr. Deputado Duarte Freitas!

Sinceramente! Não percebo este tipo de discussão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Berto Messias (PSD):** O senhor veio para aqui enriquecer!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Queria ver se percebia aqui uma coisa.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Outra vez?!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O senhor ainda não percebeu?

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Outro que não percebe!

**O Orador:** O PSD vota a favor, o PPM vota a favor, o CDS vota a favor, o Partido Comunista vota a favor, esta senhora ainda não disse nada,...

*(Risos da câmara)*

... o Partido Socialista vota a favor.

Se está tudo de acordo, para quê o desacordo num pormenor?

O Sr. Deputado Duarte Freitas sabe o que o Sr. Presidente do Governo sabe; o Sr. Presidente do Governo sabe o que o Sr. Deputado Duarte Freitas sabe e o que eu sei.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Mas eu não sei!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E eu também quero saber!

*(Risos da câmara)*

**O Orador:** A Sra. Deputada Zuraída Soares, que ainda não sabe, vai falar a seguir, para dizer que vota a favor disto, porque acha que é importante ter um açoriano.

A questão é esta: é ou não é importante ter um açoriano no Conselho Executivo da FLAD? Esta é que é a questão.

Se é A, se é B ou se é C; se é laranja, se é azul, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ou se é amarelo!

**O Orador:** ... se é rosa, se é rosa e azul...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Vermelho é que não pode ser!

**O Orador:** Vermelho é que não pode ser.

*(Risos da câmara)*

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas vejam lá que o vermelho é generoso!  
Alarguem espaço para isso!

**O Orador:** Portanto, esta recomendação é institucionalmente correta e, para usar o jargão, politicamente correta na maneira que deve ser feita.

Obviamente que quem vai analisar é o Sr. Primeiro-Ministro, não pode ser outra pessoa.

O Presidente do Conselho Executivo já está nomeado, é o Professor ou Doutor Vasco Rato.

**Deputado Berto messias (PS):** Grande autonomista!

**O Orador:** Faltam dois.

Que seja um açoriano no Conselho Executivo acho absolutamente fundamental que seja.

Portanto, está tudo feito de forma absolutamente institucional e acho que devemos votar. Quem vota a favor... Vota toda a gente.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** A Sra. Presidente é que põe à votação! Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

**O Orador:** Eu espero ansiosamente pelo voto da Deputada Zuraida Soares.  
Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

A senhora que até agora ainda não tinha dito nada vai dizer duas ou três coisas: Primeiro, o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sim senhora!

**A Oradora:** ... este Projeto de Resolução, sem a mínima dúvida e achando absolutamente razoável, justo e digno.

Agora há duas coisas que eu não percebo.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Até aqui era só uma! Agora são duas!

*(Risos do Presidente do Governo)*

**A Oradora:** Vou fazê-lo, porque percebi imensamente bem as explicações todas que aqui foram dadas.

Agora, sou eu que não percebo duas e vou dizer quais são, Sras. e Srs. Deputados.

Primeira: eu não percebo o que é que o Sr. Presidente sabe, o que é que o Sr. Deputado Duarte Freitas sabe, o que é que o Sr. Deputado Artur Lima sabe, que eu não sei e que os/as outros/as Deputados/as também não sei se sabem ou não.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sabem!

**A Oradora:** Uma coisa é certa:

Eu não sei!

Eu sou curiosa. Já que os outros sabem, eu também gostaria de saber.

**Deputado Berto Messias (PS):** O Sr. Deputado Artur Lima explica!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu vou esclarecer!

**A Oradora:** Segunda: acho que nós, Deputados/as, desta casa devemos ter cuidado com aquilo que dizemos.

Uma recomendação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, seja dirigida ao Primeiro-Ministro ou a outra entidade qualquer, não é um desejo, não é uma cunha, não é uma pressão. É uma recomendação legítima, com peso democrático e institucional.



Portanto, chamar-lhe qualquer outra coisa é diminuir a nossa função e diminuir os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Isso, Sras. e Srs. Deputados, está absolutamente errado.

Era só isto que queria dizer, ficando na esperança do esclarecimento.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para esclarecer.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Muito obrigada, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Então vou reformular o meu saber, o saber do Sr. Presidente e o saber do Deputado Duarte Freitas.

O que nós todos sabemos é que queremos um açoriano no Conselho Executivo da FLAD. É o Sr. Presidente, sou eu, é o Deputado... Somos todos nós. Acho que isto é claro.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Eu também pensava assim!

**O Orador:** Agora, quem é a personalidade, fica no critério do Sr. Primeiro-Ministro. No fim e ao cabo ele é que tem essa decisão. Está aqui a recomendação para uma... vou abster-me de ler, não é?

A recomendação é clara.

A partir daí, o Sr. Primeiro-Ministro lá saberá o que irá fazer com a recomendação que lhe é dirigida. É tão simples quanto isto!

**Deputado José San-Bento (PS):** Se calhar deviam ter recomendado ao Vice-Primeiro-Ministro!

**O Orador:** Já estava resolvido, Sr. Deputado San-Bento.

Muito obrigado.

*(Risos da câmara)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais inscrições. Vamos então votar este Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passo agora a ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de dezembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

**Secretária:** A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Estão assim concluídos os nossos trabalhos.

Não posso deixar de, em nome da mesa, desejar a todos um bom Natal e um ano 2014 muito feliz.

Boa noite e bom regresso a casa.

*Eram 18 horas e 25 minutos.*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Berto José Branco Messias**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Aida Maria Melo Amaral**

**Luís Carlos Correia Garcia**

(\*) Texto não revisto pelo orador

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco